

MARIA ALEXANDRA FONTINELLE PEREIRA

**ORIENTAÇÃO SEXUAL COMO TEMA
TRANSVERSAL EM ESCOLAS PÚBLICAS DE
CURRALINHOS-PI**

Orientador: Emmanuel Maria Carlos Borrego Sabino

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

**Lisboa
2013**

MARIA ALEXANDRA FONTINELLE PEREIRA

**ORIENTAÇÃO SEXUAL COMO TEMA
TRANSVERSAL EM ESCOLAS PÚBLICAS DE
CURRALINHOS-PI**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação, no Curso de Mestrado em Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Prof. Doutor Emmanuel Maria Carlos Borrego Sabino
Coorientadora: Prof. Doutora Ana Benavente

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

**Lisboa
2013**

O educador habita um mundo em que a interioridade faz uma diferença, em que as pessoas se definem por suas visões, paixões, esperanças e horizontes utópicos. O professor, ao contrário, é funcionário de um mundo dominado pelo Estado e pelas empresas. É uma entidade gerenciada, administrada segundo a sua excelência funcional, excelência esta que é sempre julgada a partir dos interesses do sistema.

Rubens Alves. **Conversas Com Quem Gosta de Ensinar** (1980).

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu querido esposo, Daniel Campelo Rodrigues, que contribuiu de forma significativa para efetivação desta Dissertação, apoiando-me, dando-me força, incentivo, amor e principalmente por compreender a minha ausência. Aos meus filhos, Matheus Levi e João Gabriel, que embora tão pequeninos também me apoiaram com a força maior, a que vem de dentro e que branda qualquer tempestade, o amor de filho. À minha sogra, Maria do Rosário e minha querida mãe, Maria das Graças, pelas palavras de conforto e incentivo. Às minhas cunhadas, Marjorie e Danielly, minha irmã, Adriana, que ficaram cuidando dos meus filhos para eu estudar e a todos que apoiaram de alguma forma, direta ou indiretamente, dando-me forças e incentivo para a efetivação deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Doutor Emmanuel Maria Carlos Borrego Sabino, por me acolher de maneira tão afetuosa, pelo seu estímulo e pela orientação recebida.

A minha Coorientadora, Professora Doutora Ana Benavente, por suas importantes orientações.

À Professora Mestre Rosana, de quem obtive sábias orientação, valiosas sugestões e apoio amigo.

À minha amiga Professora Francisca Eudeilane, pelo apoio dado à concretização das oficinas do Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE).

À Professora Especialista, Virginia Maria, pela leitura cuidadosa e pelas ótimas sugestões para o aprimoramento do trabalho.

Aos meus pais, Julimar Pereira e Maria das Graças pela presença fortalecedora.

Ao meu querido e amado esposo, Daniel Campelo Rodrigues, que muito contribuiu com suas sugestões para o aprimoramento e efetivação deste trabalho, pela compreensão da minha ausência e por continuar comigo durante os momentos difíceis desta caminhada.

Aos meus filhos, Matheus Levi e João Gabriel, por ser minha grande fonte de estímulo.

RESUMO

Este estudo objetivou analisar a prática docente relacionada à orientação sexual enquanto tema transversal em escolas públicas no município de Curralinhos-PI, e neste encalço, identificar as formas de práticas docentes relacionadas à orientação sexual enquanto tema transversal; caracterizar os fatores condicionantes para a realização da abordagem da orientação sexual em sala de aula; verificar a contribuição das oficinas do Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE) na formação continuada da prática docente e, a percepção de professores e alunos, quanto à relevância da abordagem do tema em questão de forma sistemática e transversal nas referidas escolas.

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa e quantitativa com função de complementaridade, realizada em duas escolas públicas (X e Y) do município de Curralinhos-PI, de ensino fundamental e ensino médio, respectivamente, envolvendo uma amostra de 8 (oito) professores, que participaram das oficinas do SPE e 116 alunos, sendo 54 da escola X e 62 da escola Y. Os instrumentos da coleta de dados foram a entrevista e o questionário semiestruturados, originários de um roteiro de questões-guia. A coleta de dados foi realizada no segundo semestre de 2011, nos meses de agosto a setembro.

Os resultados apontaram que é grande a necessidade de se discutir e implementar a orientação sexual no espaço escolar, pois embora a maioria dos professores entrevistados reconheçam a importância de se trabalhar a orientação sexual como tema transversal e demonstrarem conhecer esta proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ainda são difusas as práticas incorporadas em suas atividades pedagógicas. Quanto aos alunos, evidenciaram que ainda se fazem presentes dúvidas e angústias, assim como dificuldades para lidar com o tema da sexualidade.

PALAVRAS CHAVE: Orientação sexual; Tema transversal; Prática docente; Escola pública.

ABSTRACT

The aim of the present study is to analyze teacher practice related to sexual orientation as a transversal theme in public schools in the municipality of Curralinhos-PI and, in this route, to identify ways of teaching practices related to sexual orientation as a crosscutting theme; characterize factors that influence the approach to the achievement of sexual orientation in the classroom; determine contribution of workshops of the *Programa Saúde e Prevenção na Escola* (SPE - Health and Prevention at School Program) in the continuing education of teaching practice, and the perception of teachers and students in as far as relevance of the approach of the topic in a systematic and transversal manner in the referred to schools.

The study undertaken herein is of a qualitative and quantitative nature with a complementary function, held in two public schools (which we shall name X and Y) in the municipality of Curralinhos-PI, a primary and secondary levels, respectively, involving a sample of eight teachers who participated in the SPE workshops and 116 students, divided in the following manner: 56 from school X and 62 of school Y. The instruments used to collect data were semi-structures interviews and questionnaires, originating from a script of guiding issues. The collecting of the data for the study took place during the second half of 2011, in the months of August and September.

Results point out a great need to debate and implement sexual orientation at school for, although the majority of the teachers interviewed recognize the importance of dealing with sexual orientation as a transversal theme and show they are familiar with the proposal contained within the *Parâmetros Curriculares Nacionais* (National Curriculum), practices incorporated into their teaching activities are still protracted. In as far as the students are concerned, they make it obviously known that they still hold a great deal of doubt and anxiety, as well as difficulties in dealing with the sexuality issue.

KEY WORDS: Sexual orientation; Transversal theme; Teaching practice; Public school.

ABREVIATURAS / SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imune Deficiência Adquirida Humana
DST	Doença Sexualmente Transmissível
DSTs	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PI	Piauí
PROSAD	Programa Saúde do Adolescente
PSE	Programa Saúde na Escola
SPE	Saúde e Prevenção na Escola
TV	Televisão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFPA	Fundo de População das Nações Unidas

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico número 1	Distribuição dos alunos das escolas X e Y segundo sexo	67
Gráfico número 2	Distribuição dos alunos das escolas X e Y quanto à idade	69
Gráfico número 3	Distribuição dos alunos da escola X quanto à série que estudam	70
Gráfico número 3.1	Distribuição dos alunos da escola Y quanto à série que estudam	71
Gráfico número 4	Distribuição dos alunos das escolas X e Y quanto à religião	72
Gráfico número 5	Diálogo dos alunos das escolas X e Y com alguém sobre sexo	73
Gráfico número 6	Busca de respostas para as dúvidas dos alunos das escolas X e Y sobre sexualidade	74
Gráfico número 7	Vergonha ou receio por parte dos alunos das escolas X e Y de conversar sobre sexualidade	77
Gráfico número 8	Discussão sobre o tema ligado a sexualidade na escola X de forma contínua	80
Gráfico número 9	Discussão sobre o tema ligado a sexualidade na escola Y de forma contínua	80
Gráfico número 10	Abordagem da temática da orientação sexual nas escolas X e Y	81
Gráfico número 11	Contexto de abordagem da temática da orientação sexual nas escolas X e Y	83
Gráfico número 12	Abordagem da orientação sexual nas escolas X e Y pelos profissionais durante as aulas	84
Gráfico número 13	Disciplinas que abordam a orientação sexual na escola X	85
Gráfico número 14	Disciplinas que abordam a orientação sexual na escola Y	85
Gráfico número 15	Temáticas trabalhadas pelo professor da escola X que desenvolve a orientação sexual em sala de aula	87
Gráfico número 16	Temáticas trabalhadas pelo professor da escola Y que desenvolve a orientação sexual em sala de aula	88
Gráfico número 17	Como deveria ser feito o trabalho de orientação sexual nas escolas X e Y	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I A TEMÁTICA DA SEXUALIDADE NA SOCIEDADE OCIDENTAL: SÉCULOS XVIII-XIX	18
1.1 A Disciplina do Corpo e da Sexualidade	19
1.2 A Política Médico-Higienista	22
1.3 A Influência da Medicina Social na Educação Brasileira	24
CAPÍTULO II A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO/ORIENTAÇÃO SEXUAL NO BRASIL	28
2.1 A Implantação Oficial da Orientação Sexual na Escola Brasileira	32
2.2 O Enquadramento Legal da Orientação Sexual no Brasil: Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96).	35
2.3 A Sistematização da Orientação Sexual como Tema Transversal	37
2.4 O Trabalho Docente de Orientação Sexual na Perspectiva Transversal	40
2.5 O Programa Saúde na Escola (PSE) e Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE)	44
CAPÍTULO III APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	49
3.1 A Orientação Sexual nas Escolas Públicas de Curralinhos-PI	49
3.2 Resultados e Discussão	49
3.2.1 Percepção dos Professores quanto à Orientação Sexual nas Escolas X e Y	49
3.2.2 Percepção dos Alunos quanto à Orientação Sexual nas Escolas X e Y	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
ANEXOS	101
APÊNDICES	102

INTRODUÇÃO

A educação, no sentido mais amplo, vem atualmente destacando os múltiplos enfoques de maneira a proporcionar uma formação básica e fundamental. Neste sentido, muitos assuntos como, ética, saúde, sexualidade, dentre tantos outros, vêm sendo trabalhados. Dentro do referido elenco do conhecimento, a orientação sexual tem se constituído num dos temas emergenciais positivando a sexualidade como uma dimensão inerente ao ser humano que está presente em todas as fases de sua vida, encontra-se marcada pela cultura, assim com pelos afetos e sentimentos, expressando-se com singularidade em cada sujeito (BRASIL, 2000).

Nos dias atuais tratar sobre orientação sexual não é mais novidade, porém ainda continua sendo um entrave para muitos educadores. Apesar de a sexualidade humana ter sido, ao longo dos tempos, objeto de estudo de várias pesquisas e nestas surge com bastante significado, dada a sua relação com a própria condição humana, pois se considera que a influência da sexualidade permeia todas as manifestações do indivíduo, do nascimento até à morte, envolvendo o papel sexual do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados nos relacionamentos humanos, dentre outros problemas atuais e preocupantes, como a gravidez precoce e indesejada, a violência sexual, a homofobia (BRASIL, 2000).

Mesmo como parte do currículo oculto das escolas, a orientação sexual sempre esteve presente, apresentando hoje, inclusive institucionalizada na estrutura educacional brasileira por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), como um dos temas transversais, denominado de orientação sexual (BRASIL, 2000).

Apesar da inserção da temática nas escolas, percebe-se que existem limitações gritantes relacionadas à abordagem da orientação sexual pelo corpo docente. É nesta perspectiva que os Parâmetros Curriculares de Orientação Sexual (PCNs) tentam, através de sua proposta, dar nova dimensão à prática pedagógica para que seja alcançado o todo da sexualidade, encorajando o educador e educadora, para que vençam seus medos e se desnudem de preconceitos, mitos e tabus; acentuando a necessidade do profissional não se limitar a informações físico-anatômicas, que remetem apenas ao cunho informativo e não trazem resultados relevantes, para que se obtenha êxito nas diversas dimensões no campo da sexualidade (BRASIL, 2000).

Devendo considerar a viabilidade de um processo de atuação docente que abranja a temática da orientação sexual em sua complexidade e totalidade, contribuindo desse modo para a promoção da saúde sexual e reprodutiva de crianças, adolescentes e jovens escolares e prevenção de agravos, no seu sentido mais amplo.

É pertinente mencionar que na abordagem da temática da sexualidade referente ao âmbito educacional, os termos Educação Sexual e Orientação Sexual são comumente conhecidos, usados e por vezes confundidos por estudiosos da área, pois no percurso de investigação acerca da trajetória da sexualidade humana como tema desenvolvido na escola foi possível verificar uma falta de padronização de uma terminologia básica e de consenso quanto ao posicionamento teórico a respeito dos conceitos dos termos em epígrafe, que embora se assemelhem, diferem no seu significado.

Conforme distinção conceitual contida no guia de Orientação Sexual (GPTOS, 1994), a Educação Sexual é um conjunto de informações desenvolvidas de forma assistemática sobre a sexualidade que inclui um processo global, não intencional, envolvendo toda a ação exercida sobre o sujeito no seu cotidiano, denominado de informal e o qual, surgindo no seio familiar, tende a reproduzir nos jovens os padrões de moralidade de uma dada sociedade.

Assim, Educação Sexual diz respeito ao conjunto de valores transmitidos pela família e ambiente social, sendo um processo que percorre toda a vida do indivíduo com influências da cultura, da mídia, dos amigos e da escola, possibilitando a incorporação de valores, símbolos, preconceitos, tabus e ideologias atribuídos à sexualidade.

Por outro lado, diferencia-se da Orientação Sexual, cujo termo quando utilizado no campo da educação, deriva do conceito pedagógico de Orientação Educacional, definida como processo de intervenção sistemática, planejada e intencional na área da sexualidade, realizado em ambientes de sociabilidades como centros de saúde, centros comunitários de bairros, clubes, igrejas, dentre outros e principalmente em escolas, promovendo o espaço de acolhimento, reflexão e questionamentos abrangendo valores, posturas, atitudes, crenças, tabus e informações consistentes sobre sexualidade, de forma a contribuir para que o sujeito vivencie de forma prazerosa e responsável sua sexualidade (GPTOS, 1994).

O sentido da Orientação Sexual consiste em suprir lacunas nas informações que os indivíduos já possuem, "... e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhe é ou foi apresentado" (BRASIL, 1997, p.122). Desse modo diferenciado da intervenção informal característica da Educação Sexual, a Orientação Sexual implica um mecanismo mais elaborado que se propõe a ampliar, diversificar e aprofundar a visão sobre a sexualidade e erradicar tabus e preconceitos relativos a esta, através da abertura de espaços para discussão, possibilitando aos sujeitos o exercício da liberdade de expressão,

formação de opiniões sobre o que lhes é apresentado e a tomarem suas decisões de forma responsável e conscientes de suas escolhas.

Tendo em vista estes conceitos, neste estudo optou-se pela terminologia Orientação Sexual, uma vez que a abordagem trata das práticas docentes relacionadas à temática da sexualidade na perspectiva transversal proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, valendo salientar que na atualidade, o referido termo é o mais utilizado entre os profissionais de saúde e da educação.

Tendo como base esta premissa, que focaliza o tema da orientação sexual, propõe-se este estudo, mediante o entendimento de que a função da escola é transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, contribuindo para o desenvolvimento de atitudes e valores baseados nos direitos humanos, nos relacionamentos de igualdade, no bem-estar social e no respeito entre as pessoas, e tendo-se em vista que, durante a adolescência, é importante considerar, entre outros, os riscos vinculados ao exercício inadvertido ou impensado da sexualidade, cujas consequências são bem conhecidas: doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, aborto e gravidez precoce. Em função do exposto, delimitou-se o seguinte problema: como é realizada a prática docente relacionada à orientação sexual enquanto tema transversal, na Unidade Escolar X, no ensino fundamental (7º ao 9º ano) e na Unidade Escolar Y, no ensino médio, em escolas públicas de Curralinhos-PI (Municipal e Estadual, respectivamente)?

Desta questão central para a realização da presente pesquisa, que se associa aos objetivos eleitos:

Analisar como é realizada a prática docente relacionada à orientação sexual, enquanto tema transversal, em duas escolas públicas no Município de Curralinhos-PI;

Identificar as formas de práticas docentes relacionadas à orientação sexual, enquanto tema transversal;

Caracterizar os fatores condicionantes para a realização da abordagem da orientação sexual em sala de aula;

Verificar a contribuição das oficinas do Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE) na formação continuada da prática docente;

Verificar a percepção de professores e alunos quanto à relevância da abordagem do tema em questão de forma sistemática e transversal nas referidas escolas.

Para a realização desta pesquisa, observaremos e analisaremos as práticas docentes, levantando os seguintes questionamentos:

A orientação sexual, enquanto tema transversal, é abordada pelo corpo docente nas referidas escolas?

Qual a percepção dos professores e alunos quanto à importância da inclusão da orientação sexual e sua adequação aos Parâmetros Curriculares Nacionais?

As oficinas realizadas pelas Secretarias Municipais de Saúde e Educação, do Programa Saúde e Prevenção na Escola, contribuem para a formação continuada na prática docente, em relação à temática do estudo?

Teve-se como hipótese que a formação básica dos professores é insuficiente e inadequada para subsidiar as questões nos diferentes campos da sexualidade de adolescentes e jovens no dia a dia escolar, e que estes profissionais da educação, atuantes nas escolas de Curralinhos (X e Y), apresentam um conjunto de dificuldades, recheadas de preconceitos, pudores, mitos e tabus além de pré-concepções provenientes de sua própria cultura, que possivelmente influenciam na forma de como agem em sala de aula, no que diz respeito à temática de orientação sexual.

A escolha deste tema para estudo encontra-se justificada na experiência vivenciada como professora de Biologia em uma escola pública do município de Teresina-PI e como enfermeira do Programa de Saúde da Família em um Posto de Saúde do Município de Curralinhos-PI. Enquanto docente, pôde-se observar a abordagem da temática da sexualidade na maioria das vezes efetivara-se por profissionais das disciplinas de Ciências e Biologia e geralmente limitada a informações sobre os conteúdos da matriz curricular, explicando como se dá a prática sexual, anatomia e fisiologia do corpo humano, os métodos contraceptivos e as consequências do sexo sem proteção: doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, gravidez precoce e indesejada e aborto.

Como enfermeira do Programa de Saúde da Família, acompanhando passo a passo o atendimento nos serviços de saúde pública, constatou-se que a maioria dos profissionais de saúde também priorizava e ainda priorizam as práticas curativas, nas quais está arraigado o modelo biomédico e que do mesmo modo é muito tímida a abordagem da orientação sexual, feita na maioria das vezes por enfermeiras através de palestras isoladas, não existindo, portanto, uma sistematização da assistência à saúde em relação à orientação sexual para a faixa etária de adolescentes e jovens, que estão mais vulneráveis as mazelas socioeconômicas e que buscam o Posto de Saúde em situações curativas, e não de promoção da saúde, demonstrando assim, o desconhecimento da necessidade de cuidados preventivos para que possam ser evitados agravos à sua saúde reprodutiva e sexual, tanto nas instituições de saúde pública como na escolar.

Esta experiência pessoal e profissional trouxe inquietações, emergindo a necessidade de contribuir para uma intervenção educativa capaz de reduzir as consequências negativas para a saúde da população adolescente e jovem, no campo da orientação sexual, uma vez que estando na função de coordenadora do Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE) que se constitui como uma ação do Ministério da Saúde e Educação em parceria com UNESCO, UNICEF e UNIFPA e que tem como principal objetivo a promoção da saúde sexual e reprodutiva de crianças, adolescentes e jovens. Importava

contribuir para melhorar a prática pedagógica no âmbito da sexualidade, para esclarecer as dúvidas relacionadas à temática; para ajudar os docentes a se despir de preconceitos, mitos e tabus; desse modo dando seu contributo para a construção de um aparato metodológico que seja capaz de construir uma educação que integre as diversas dimensões do sujeito: psicossocial, afetiva, política e sexual, nas referidas instituições de ensino. A oportunidade surgiu no Curso de Mestrado em Ciências da Educação, possibilitando assim, a viabilidade desta Dissertação que se constituiu numa proposta de dupla intervenção junto a educadores e aos alunos que se encontravam, frequentando em 2011, as escolas públicas (X e Y) de Curralinhos-PI, delimitadas para este estudo.

A opção por trabalhar o tema em escolas públicas deve-se ao fato de conhecer que é neste sistema de ensino que se encontram números, considerados relevantes, de alunos oriundos de classes populares, que muitas vezes não contam com serviços de saúde eficientes, especialmente em termos de promoção e prevenção. Além disso, conforme evidências apontadas em pesquisas, realizadas sobre a orientação sexual na realidade da escola pública brasileira, tem recebido pouca atenção das políticas públicas e educacionais, apesar da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) regulamentar que é dever da família e, sobretudo, do Estado favorecer o pleno desenvolvimento do educando, e os Parâmetros Curriculares Nacionais abordá-la como uma de suas preocupações pedagógicas (BRASIL, 2000)

Como toda a pesquisa científica que estuda seres humanos, esta partiu, em um primeiro momento, para uma pesquisa bibliográfica pertinente ao tema, que se encontra em livros, revistas da especialidade, artigos, em jornais e demais fontes em que se pode apoiar. Após esta etapa o trabalho entrou em campo empírico, no qual se procurou, tanto quanto possível, a descoberta de realidades vivenciadas no cotidiano do universo e espaço escolar. O estudo de campo procedeu à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados, a análise e interpretação com base numa fundamentação teórica consistente, desse modo, o estudo de campo apresentou maior flexibilidade, podendo seus objetivos ser reformulados ao longo do processo de pesquisa; com caráter exploratório, permitiu desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, proporcionando uma visão geral sobre determinado fato (GIL, 2010).

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa pressupõe que o sujeito observador integre o processo de conhecimento e interprete os fenômenos que observa, atribuindo-lhes significados e na qual o pesquisador deverá guiar-se por deduções e inferências (CHIZZOTTI, 2010).

Na abordagem quantitativa, procedeu-se com a codificação das questões, a construção de distribuição de frequências e índices numéricos para os dados coletados, em cuja apuração se utiliza da técnica estatística básica (RICHARDSON, 2009). Através dessa

foi permitida a elaboração de alguns gráficos demonstrativos por meio do programa Excel (versão 2007) de estatística sobre os dados considerados relevantes.

Vale realçar que, a abordagem qualitativa e abordagem quantitativa, tiveram a função de complementaridade, na busca de significações, referentes ao fenômeno a ser estudado.

Quanto ao desenvolvimento da pesquisa, teve como universo de abrangência o município de Curralinhos-PI, localizado na microrregião de Teresina, distando aproximadamente 89 quilômetros da capital, tendo como limites, ao norte o município de Teresina, ao sul Palmeirais, São Pedro do Piauí e Miguel Leão, a leste Teresina e Monsenhor Gil, e a oeste, Palmeirais. A cidade foi criada pela Lei Estadual nº 4.810 de 14/12/1995. A população total, segundo o Censo Demográfico de 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 4.394 habitantes e uma densidade demográfica de 10,24 hab./km², onde 68,2% das pessoas estão na zona rural e apenas 31,8% na urbana (IBGE, 2010).

O campo de realização da pesquisa foram duas escolas da rede pública de ensino de Curralinhos-PI: Escola X (municipal) e Escola Y (estadual).

A escola X localiza-se na Avenida São Raimundo S/N Bairro Centro, que compõem o ensino fundamental completo regular, estruturado em oito séries anuais, em regimento de progressão continuada, por meio de quatro ciclos (I – Corresponde ao ensino de 1ª e 2ª séries; II – Ao ensino de 3ª e 4ª séries; III – Ao ensino de 5ª e 6ª séries; IV – Ao ensino de 7ª e 8ª séries), de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96). Atualmente, estas respectivas séries citadas anteriormente receberam nova nomenclatura (2º ano, 3º ano, 4º ano, 5º ano, 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano).

A escola Y, outro campo de realização do estudo, também localizado em Curralinhos-PI, na Rua Monsenhor Gil S/N que compõem o ensino médio (1º, 2º e 3º ano), etapa final da educação básica com duração mínima de três anos.

Foram sujeitos-alvo dessa pesquisa oito (8) docentes que trabalham tanto na escola X, como na Y. O critério para a seleção da amostra levou em conta os professores que participaram da capacitação do Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE) desenvolvido no primeiro semestre de 2011, e que se dispuseram a participar de forma espontânea da pesquisa; e alunos e alunas do 6º ao 9º ano (ensino fundamental) e 1º ao 3º ano (ensino médio) da escola X e Y respectivamente, e que concordaram em participar do estudo, visto que esta faixa etária segundo muitos estudiosos são mais suscetíveis aos riscos, referentes ao exercício inadvertido ou impensado da sexualidade.

Os docentes sujeitos da pesquisa foram identificados com letras maiúsculas do alfabeto (A a H) com a finalidade de preservar o anonimato dos mesmos. Os dados referentes à caracterização desses docentes seguem distribuídos na tabela 1.

Tabela 1: Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Professores	Sexo	Idade	Área de Formação	Pós-Graduação	Disciplina que Ministra	Tempo de Trabalho na Escola
A	F	24 a 30	Filosofia	Sim	Filosofia	1 ano
B	M	31 a 40	Ciências Biológicas	Não	Ciências Biologia	2 anos
C	M	24 a 30	Letras/Inglês	Não	Inglês	3 anos
D	M	31 a 40	Matemática	Não	Matemática	3 anos
E	M	31 a 40	Letras/Português	Não	Português	4 anos
F	M	41 a 50	Letras/Português	Sim	Português	5 anos
G	F	31 a 40	Ciências Biológicas	Não	Ciências Biologia	3 anos
H	F	31 a 40	Geografia	Não	Geografia	5 anos

Fonte: Pesquisa direta, 2011.

Para a realização desta investigação foram utilizados como técnica de coleta de dados: a entrevista, com um roteiro contendo questões semiestruturadas (APÊNDICE 1), direcionado aos docentes das escolas X e Y, mediante o uso do gravador (MP4) e o questionário com questões abertas e fechadas aos 116 discentes (APÊNDICE 2), das referidas escolas campo de estudo. Estes modelos foram originários em uma matriz, um roteiro de questões-guia, que dão cobertura ao interesse da pesquisa, com ênfase no cotidiano escolar e em conformidade com Triviños:

[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, formado de novas hipóteses, que vai surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes (1990, p.146).

A coleta de dados foi realizada no segundo semestre de 2011, nos meses de agosto e setembro, de acordo com um agendamento prévio. Primeiro foi realizada a

entrevista com os docentes da escola X, no turno da tarde e posteriormente da escola Y, nos turnos tarde e noite, que ocorreu de acordo com o horário pedagógico de cada docente, em uma sala reservada. Ao término das entrevistas aos professores de ambas as escolas, aplicaram-se os questionários semiestruturados aos alunos. Para isso fez-se uma reunião com os professores, coordenadores e diretores, para que esses discentes pudessem participar da pesquisa, momento em que foi mostrado aos mesmos o conteúdo dos questionários e o termo de consentimento livre e esclarecido da Instituição. Sendo que na escola X, essa coleta ocorreu no turno da tarde, pois é nesse turno que se encontram a população-alvo do estudo (alunos e alunas do 7º ao 9º ano) enquanto na escola Y, ocorreu nos turnos tarde e noite, para alunos e alunas do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio.

Nos questionários buscou-se tratar da amplitude do tema, apresentando cada pergunta de forma mais clara possível, conjugando a flexibilidade das questões abertas e fechada com um roteiro de controle que foram previamente testados. A coleta de dados caracterizou-se pela interação entre a pesquisadora, a pesquisa, e os sujeitos, mantendo-se a pesquisadora presente permitindo o esclarecimento de dúvidas dos pesquisados, além de garantir o retorno e a resposta completa das questões formuladas, considerando que na aplicação dos instrumentos de coleta de dados de forma direta entre pesquisadora e pesquisados:

[...] há menos possibilidades de os entrevistados não responderem ao questionário ou de deixarem algumas perguntas em branco. No contato direto, o pesquisador pode explicar e discutir os objetivos da pesquisa e do questionário, responder dúvidas que os entrevistados tenham em certas perguntas (RICHARDSON, 2009, p, 196).

Assim, as entrevistas semi-estruturadas e questionários com questões abertas e fechadas foram os instrumento de apreensão dos dados na obtenção de informações sobre os grupos sociais. A construção deste instrumento foi metodologicamente direcionada aos objetivos que se deseja alcançar.

Os dados coletados junto aos professores sofreram análise do conteúdo. De acordo com Minayo: “está técnica visa ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica frente à comunicação de documentos, textos literários, bibliografias, entrevistas ou observação” (2010, p.203). Para a análise dos resultados foi utilizado o qualitativo das entrevistas que depende da obtenção do ponto de “saturação” das conversações, já que não se tem um número predeterminado de sujeitos, pois, segundo Bardin (2011), o ponto de saturação ocorre quando, a partir de um número suficiente de entrevistas, o pesquisador não obtém dados novos referentes ao objeto do estudo. Desse modo cabe à entrevistadora identificar as semelhanças nas falas dos entrevistados até encontrar o ponto de saturação para nortear sua finalização.

Os dados coletados através dos questionários com questões abertas e fechadas aos alunos e alunas, por amostragem aleatória simples consiste em atribuir a cada elemento da população um número único para depois selecionar alguns desses elementos de forma casual (GIL, 2010). Em seguida estes dados foram organizados, tabulados e descritos em gráficos, através do programa Excel (versão 2007), e os resultados obtidos foram confrontados com a literatura que fundamenta este estudo.

Assim, para os resultados da pesquisa as informações coletadas junto aos professores e os dados obtidos juntos aos alunos foram organizados, considerando os princípios de abordagem e método que balizaram a pesquisa e que se apresenta na sessão: resultados e discussões.

CAPÍTULO I A TEMÁTICA DA SEXUALIDADE NA SOCIEDADE OCIDENTAL: SÉCULOS XVIII-XIX

Para buscar as raízes que sustentam a atual concepção sobre a sexualidade do homem contemporâneo e sua repercussão na educação sexual oficial, foram buscados elementos na discussão realizada por Michael Foucault (2010), que em sua obra evidência como se constituiu e se consolidou a noção sobre sexualidade existente nas sociedades ocidentais, envolvendo alguns elementos que vão de encontro às questões sobre sexualidade na área da educação.

Tratar sobre o tema sexualidade significa discorrer sobre concepções cristalizadas no sujeito contemporâneo que, na visão foucaultiana, foram produzidas como verdades, no século XVIII e XIX, na sociedade ocidental, e que trazem a tona: o poder, a repressão, o preconceito, a interdição do corpo, o pecado, o controle, dentre outras representações sociais que giram em torno da sexualidade na sociedade e que não se excluem do espaço escolar (FOUCAULT, 2010).

Cabe enfatizar antecipadamente, que a pretensão não foi fazer uma análise ou debate do pensamento do referido filósofo francês sobre a temática da sexualidade, mas buscar no pensamento foucaultiano entendimentos e perspectivas que podem ajudar a lidar com a educação sexual escolar, considerando que seus trabalhos têm sido pilar de discussões em tantas outras áreas do conhecimento humano, e em se tratando da temática da sexualidade, antes de ser uma questão na e para a educação, é uma questão da própria sociedade ocidental.

Nesse capítulo, além dos estudos de Foucault (2010), outros se fizeram necessários ao tratamento da sexualidade do homem/mulher brasileiro (a) e/a influência da concepção médica higienista oriunda da medicina social surgida na Europa do século XVIII, na educação sexual do Brasil.

1.1 A Disciplina do Corpo e da Sexualidade

A partir do século XVIII, o chamado século das Luzes, o corpo humano é descoberto como objeto e alvo de poder, e conforme Foucault (2010), é sobretudo o corpo do homem que vai atuar no dispositivo da sexualidade, posto que, como possibilidade de uma manifestação de uma sexualidade, instrumento de desejo e prazer, esse corpo tem de ser controlado, disciplinado, vigiado, e acima de qualquer coisa, exigido que seja saudável, sendo nessa perspectiva que o poder disciplinar investiu sobre o mesmo, normatizando a vida do indivíduo e consequentemente de todo o corpo social, construindo o cidadão necessário a ela, desse modo foi criada uma rede discursiva de saber/poder, cujo intuito era regular os padrões de comportamentos aceitáveis tidos como corretos e benéficos para o sujeito e a sociedade.

O dispositivo da sexualidade se configura nas mais variadas relações de poder que se estabelecem na sociedade nomeadamente, de pai para filho, do homem para a mulher, do médico para o paciente, do professor para o aluno, dentre outras formas de relação que em sua essência, demonstravam ser a sexualidade um dos elementos mais eficazes de controle sobre o indivíduo e a sociedade, transformando os sujeitos em indivíduos subjugados. De acordo com Foucault (2010), no decorrer do século XVIII, no continente europeu, as disciplinas vão atingindo paulatinamente as várias instituições existentes, e até o final desse século, o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil, eram quem reagiam às práticas sexuais, além das regularidades advindas dos costumes e pressões de opinião, fixando a seu modo o divisor de águas entre o lícito e o ilícito, e em totalidade, esses códigos explícitos centravam-se nas relações matrimoniais, e neste contexto, o sexo dos cônjuges era sobrecarregado de regras e recomendações. Assim, discorre o autor em epígrafe que:

[...] o dever conjugal, a capacidade de desempenho, a forma pela qual eram cumpridas as exigências e as violências que o acompanhavam, as carícias inúteis às quais serviam de pretexto, sua fecundidade ou a maneira empregada para torná-lo estéril [...] a relação matrimonial era o foco mais intenso das contrições: era sobretudo dela que se falava, mais do que outra, tinha que ser confessada com detalhes. Estava sob intensa vigilância (...) (FOUCAULT, 2010, p. 44).

É na família que o dispositivo de sexualidade atua inicialmente, e especialmente a mulher e a criança da classe burguesa recebiam um olhar atento do poder disciplinador. O sexo é colocado em discurso sendo, portanto, alvo de poder/saber através de estratégias que surgem, sobre forma de histerização do corpo da mulher, para a qual é atribuído o papel

de procriadora/mãe, que “com sua imagem em negativo que é a mulher nervosa, constitui a forma mais visível desta histerização” (FOUCAULT, 2010, p.115).

Os dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo, desenvolvidos a partir do século XVIII, focaliza a família como local privilegiado de sua atuação, principalmente na célula pais e filhos da classe burguesa, para a qual, inicialmente voltava-se toda a preocupação em torno da sexualidade. Sobre essa, é que foram construídas e aplicadas as técnicas mais rigorosas de controle sobre o corpo. De acordo com Foucault (2010), aos filhos das famílias burguesas, deveriam ser ensinadas as disciplinas do corpo, para que fossem evitadas práticas onanistas (masturbação), comportamento visto como ameaça à capacidade física e intelectual dos mesmos e, comprometedor do futuro sadio de suas famílias e de suas classes sociais. Para reprimir as tais práticas consideradas indevidas, a pedagogização do sexo da criança se manifestou como estratégia viável e de acordo com o autor em epígrafe, mediante a dupla afirmação de que:

[...] as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual; e de que toda atividade sexual sendo indevida e ao mesmo tempo “natural” e “contra a natureza”, traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais; as crianças são definidas como seres sexuais “liminares” de demarcação; os pais, as famílias, os educadores, os médicos e, mais tarde, os psicólogos, todos devem se encarregar continuamente desse germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo (FOUCAULT, 2010, p.115).

A pedagogização do sexo da criança manifestada, sobretudo no combate contra o onanismo, foi uma das estratégias que perdurou durante quase dois séculos no ocidente, e de acordo com Foucault (2010), o investimento deu-se sobre a família burguesa, instituição que inicialmente problematizou a sexualidade das crianças e dos adolescentes, e foi num primeiro plano, alertada para a possível patologia do sexo, a emergência de vigiá-lo e a necessidade de um procedimento racional de corrigi-lo. O olhar sobre o corpo e o sexo do proletariado não importava muito inicialmente. Somente mais tarde, na segunda metade do século XIX, surge a necessidade de cuidar também da sexualidade do proletariado, que passa a constituir-se problema para o estado, o qual objetivava fixá-lo no processo de produção pela sujeição política, enquanto classe. O olhar foi focado sobre ele, posto que, ao desenvolvimento da indústria pesada se colocara a necessidade de mão-de-obra saudável, sendo o controle da prostituição e doenças venéreas decorrente dessa visão.

Segundo Foucault (2010), a tecnologia de controle de vigilância sobre o corpo das “sexualidades periféricas”, foi mobilizadora, em todo aparelho administrativo e técnico, dentre estes a escola, que surge nesse período como um espaço de poder cujo controle dos corpos e da sexualidade dos alunos é feito de maneira proposital, pois embora a instituição do ensino formal do século XVIII, de forma global, desse a impressão de que naqueles espaços praticamente não se falava em sexo, no entanto:

[...] basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior; lá se trata continuamente do sexo. Os construtores pensaram nisso, e explicitamente. Os organizadores levaram-no em conta de modo permanente. Todos os detentores de uma parcela de autoridade se colocam num estado de alerta perpétuo: reafirmado sem trégua pelos dispositivos, pelas precauções tomadas, e pelo jogo das punições e responsabilidades [...] (FOUCAULT, 2010, p.34).

Situando-se entre as instituições disciplinadoras do século XVIII, cujo objetivo consistia em maior eficácia da função disciplinadora do corpo e do sexo do homem, a escola, surgida como um dispositivo de poder, não apresenta mutismo em relação ao sexo. Conforme Foucault (2010), parece omitir-se, mas observados e analisados os seus mecanismos de funcionamento articulados entre si, fala todo o tempo de sexo, uma vez que reitera o referido autor:

[...] o espaço da sala, a forma dessas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina) os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala de maneira mais prolixa a sexualidade das crianças. O que poderia chamar discurso interno da instituição – a que ela profere para si mesma e circula entre os que a fazem funcionar – articula-se em grande parte, sobre a constatação de que essa sexualidade existe: precoce, ativa, permanente (FOUCAULT, 2010, p.34).

A escola é então constituída em micro-espço de poder que controla o corpo e a sexualidade dos alunos de forma pensada e articulada, absorve o discurso normatizador do sexo, elaborado pela literatura médica e pedagógica do século XVIII, tendo em foco a sexualidade do colegial, pois essa sexualidade, mais do que os adolescentes em geral, passa a ser no período, um problema público. Assim “... toda a literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos de instituições ideais, prolifera em torno do colegial e de seu sexo” (FOUCAULT, 2010, p.35).

Os médicos investem no colegial e sobre a sexualidade dos alunos em nome da saúde pública. Além de entrarem na família, adentram também na escola, aos quais deveriam ser instrutores de uma educação/conscientização sexual das crianças. Entre a escola e a família, acredita-se que há conhecimento e formação suficientes para orientar o aluno. Em função disso:

[...] os médicos se dirigem aos diretores dos estabelecimentos e aos professores também, dão conselhos às famílias; os pedagogos fazem projetos e os submetem às autoridades; os professores se voltam para os alunos, fazem-lhes recomendações e para eles redigem livros de exortação, cheios de conselhos médicos e de exemplos edificantes (FOUCAULT, 2010, p.34-35).

O discurso normatizador do sexo elaborado pelos médicos e os projetos dos pedagogos direcionados a esses propósitos, deveriam ser absorvidos pela instituição familiar e escolar. Segundo Foucault (2010), na Alemanha, por exemplo, o sexo do adolescente assume amplitude considerável, chegando até a organizar uma escola de caráter experimental “cuja características particulares consistiam num controle e numa educação sexual tão bem pensada, que nela o pecado universal da juventude nunca deveria ser praticado” (FOUCAULT, 2010, p.35). Em todas essas medidas, a criança não deveria ser apenas um objeto mudo e sem consciência dos cuidados decididos de forma exclusiva entre os adultos, impunha-se um discurso razoável, restrito, canônico e verídico sobre o sexo, não cabendo, assim, afirmar que havia um silêncio nas instituições disciplinares em relação à sexualidade, pois parte significativa de seu debate, envolvendo especialistas como médicos e administradores escolares, pais e responsáveis e as próprias crianças, em cuja “... teia de discursos que ora se dirigem a elas, ora falam nelas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir dela, um saber que lhe escapa tudo, isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação dos discursos” (FOUCAULT, 2010, p.36).

Tendo em vista que no século XVIII a questão da sexualidade passa do foro íntimo ao domínio público, fazendo parte da saúde pública, não podendo, portanto, considerar a existência de uma repressão sexual nessa sociedade, na qual de acordo com Foucault (2010), mesmo o silêncio sobre o sexo representa uma estratégia de controle do dispositivo de sexualidade.

1.2 A Política Médico-Higienista

Na passagem do século XVIII para o XIX, algumas transformações em torno da questão do corpo e do sexo do homem são referidas por esse mesmo autor, que aponta a separação da medicina do sexo e a medicina geral do corpo como relevante destaque. Nessa direção:

[...] a medicina penetrou com grande aparato nos prazeres do casal: inventou toda uma patologia orgânica, funcional ou mental, originada nas práticas sexuais “incompletas”; classificou com desvelo todas as formas de prazeres anexos; integrou-os ao “desenvolvimento” e às “perturbações” do instinto; empreendeu a gestão de todos eles (FOUCAULT, 2010, p. 48).

O discurso médico informava que o sexo, caso não fosse controlado, ameaçaria não só o ator social, mas toda a sociedade futura com doenças. Essa nova tecnologia do sexo, em que esse é entendido como as relações sexuais, as doenças venéreas, as alianças matrimoniais e as perversões, ou seja, o conjunto perversão – hereditariedade – degenerescência, foi dispersa e difundida pela medicina higienista em toda a sociedade, criando toda uma patologia orgânica, funcional e mental em torno das sexualidades indevidas.

De acordo com Foucault (2010), os meios de extorqui a verdade do sexo, a vontade de saber, são multiplicadas, tendo como suporte os livros de medicina, psiquiatria, sexologia, pedagogia, nos quais a totalidade de aspectos mais íntimos e pessoais da vida sexual humana são impressos. Não menos, a medicina do século XIX, que na visão de Foucault (2010) configura uma das formas mais efetivas de domínio e controle social da sexualidade, por meio de dispositivos de saber e poder produz o discurso da normatização e marginalização das sexualidades classificadas como patológicas, e através do qual, os médicos prescreviam intervenções terapêuticas com a finalidade de decifrá-lo e segregá-lo.

[...] na preocupação com sexo, que aumenta ao longo do século XIX, quatro figuras se esboçam como objetos privilegiados de saber, alvos e pontos de fixação dos empreendimentos do saber: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso, cada um corretiva de uma dessas estratégias que, de formas diversas, percorreram e utilizaram o sexo das crianças, das mulheres e dos homens (FOUCAULT, 2010, p. 116).

A medicina higienista informara que uma hereditariedade carregada de perversão sexual podia produzir um perverso sexual. A sexualidade das crianças era um dos alvos principais de preocupação, posto que, nela estava o futuro cidadão. Aliados aos pedagogos, os médicos passaram a perseguir os hábitos solitários das crianças, em destaque, o onanismo (masturbação), considerado o seu maior e mais perigoso vício “... em todo canto onde houvesse o risco de se manifestarem, foram instalados dispositivos de vigilância, estabelecidas armadilhas para forçar confissões, impostos discursivos inesgotáveis e corretivos...” (FOUCAULT, 2010, p.49). A intervenção do agente higienista abrangia o controle da sexualidade das crianças, lançando mão do discurso da higiene para a correção de hábitos de comportamento indevidos, comprometedores da vida adulta e social das mesmas.

Essa medicina, denominada por Foucault (2010) de medicina social, surgida na Europa nos anos finais do século XVIII, opera no Brasil, sobretudo no corpo individual, tendo em vista, mais que qualquer outra coisa, a saúde do corpo social.

1.3 A Influência da Medicina Social na Educação Brasileira

Um elemento central de atuação na política médica surgida na Europa do século XVIII foi a família. É nela que a medicina social vai ter a sua instância básica de medicalização dos sujeitos, marcando a política de saúde implantada no século XIX, na formação de um indivíduo higiênico e sadio.

Certamente, a medicina social do século XVIII, teve forte influência na educação do Brasil, visando à saúde da sociedade, e segundo Bassalo (2000), assim como na Europa, os higienistas brasileiros investiram, sobretudo, na família elite e burguesa, inicialmente, objetivando modificar os velhos hábitos anti-higiênicos coloniais, e a conduta física, intelectual, moral, sexual, social dos membros da família. Nesse sentido, na cidade do Rio de Janeiro dos anos de 1800:

[...] lentamente atitudes e modos considerados poucos higiênicos foram banidos do cotidiano das famílias, e roupas, comportamento, e atitudes passaram a ser distintivos de classe e poder. A nudez e o hábito de se sentar no chão eram símbolos de atraso cultural e pouco refinamento. Através da higiene a cidade foi sendo saneada das pestes e epidemias, e a família transformada em célula da sociedade (BASSALO, 2000, p. 33).

Essa intervenção médico higienista no Brasil, iniciada com a chegada da Corte Portuguesa à cidade do Rio de Janeiro, em 1808, tem na família elitista seu porto de fixação e vinda para o país a serviço do Estado, visando convencer as famílias sobre a necessidade de higiene, dos cuidados relativos à procriação, controle e prevenção de doenças e do bem-estar da criança e da mãe, introduziram-se nas casas das famílias de elite, não a classe pobre que se constituía, com vistas à ordem do espaço social e urbano que se instituía. De acordo com Bassalo (2000), desse modo, as modernas formas de higiene da pedagogia médico higiênica foram adaptadas ao Império e à República, contribuindo para a construção de um Estado moderno.

Semelhante à realidade européia, no Brasil, foi na família burguesa que se problematizou inicialmente a sexualidade das crianças ou dos adolescentes e nela foi medicada a sexualidade feminina. E foi em face disso que as camadas populares por muito tempo não se constituíram foco do dispositivo da sexualidade “... ao invés de uma repressão do sexo das classes a serem exploradas, tratou-se primeiro, do corpo, do vigor, da longevidade, da progenitura e da descência das classes que dominavam” (FOUCAULT, 2010, p.134). E da mesma forma:

[...] quando as sexualidades periféricas afloraram ameaçando a moral e os bons costumes, apesar de todos os cuidados higienistas implantados na

República, e mediante conflitos especialmente com respeito ao espaço urbano, coabitação, proximidade, contaminação, epidemias, como a cólera em 1832, ou ainda, a prostituição e as doenças venéreas” (FOUCAULT, 2010, p.138).

Desse modo, o Estado viu a necessidade de intervir nas classes mais pobres, que se constituíram ao longo do século XIX, à medicalização geral das populações, importando o dispositivo da sexualidade para a classe explorada.

Neste contexto, Bassalo (2000) explica que estava entre as preocupações higienistas o combate a dupla moral alicerçada em papéis sociais distintos, em que ao homem caberia o papel de autoridade máxima, cuja inclinação natural seria para o prazer sexual, restando à mulher, o papel de esposa, dona de casa e mãe, na qual naturalmente submissa, inferior, predominavam as faculdades afetivas. Esta foi predominantemente alvo da medicalização higienista “... tal processo permitiu uma maior concentração na mulher no que concerne ao controle da população e à regulação da sexualidade exercidas, à época, prioritariamente por médicos, novos agentes do saber e do julgamento moral” (ALTMANN, 2009, p. 342).

O discurso da higiene adentrou no núcleo familiar basilar da sociedade ocidental. Porém, a educação médico-terapêutica familiar não correspondeu satisfatoriamente à totalidade de prescrições da higiene. Por conta disso, se fazia necessário buscar uma alternativa para atingir todo o corpo social. A escola aparece como uma possibilidade de desempenho desse papel. De acordo com o estudo de José Gandra sobre a medicina higienista na corte imperial:

[...] uma das formas de penetração da medicina na sociedade ocorreu através da escola. No século XIX se forjou um projeto no Brasil para a escola, enunciada em nome da ciência, que não mais poderia permanecer à esfera privada, fosse ela religiosa ou familiar. A medicina higiênica forneceu um modelo de organização escolar, calcado na razão médica, que tinha como utopia produzir uma sociedade higienizada e, para tal, escolarizada, regenerada e homogênea (ALTMANN, 2009, p. 342).

Portanto, surgida como instituição possível de inculcar os preceitos higienistas, a escola, do século XIX no Brasil, tem como foco de atenção a higiene acordada com os seus preceitos, como um dispositivo ratificador do ideário de família peculiar da sociedade moderna, esmerada no investimento sobre a criança, e possibilidade de construção de um cidadão cujos padrões se adequassem a esta família e a sociedade. Segundo estudo de Jurandir Freire Costa, referido por Silva (2005), com a colaboração da pedagogia leiga, a higiene prega a necessidade de internação das crianças, e assim como na Europa, aqui no Brasil, os colégios em geral e os internatos surgem como instituições disciplinares e normatizadoras, mediante o discurso da higiene:

[...] o internato pode ser visto com o protótipo (de um) espaço disciplinar dedicado ao corpo. No micro-universo dos colégios a higiene antevia a sociedade ideal. As crianças, isoladas das influências do ambiente, prestavam-se docilmente aos ensaios médicos sobre educação física e moral. Os pequenos reclusos seriam cobaias e o colégio laboratório. Separados das famílias, submeter-se-iam com exclusividade às criteriosas regras da pedagogia higiênica (COSTA, *apud* SILVA, 2005, p.41).

Assim, em condição de reclusão, as crianças permaneciam isoladas do ambiente social, que ampliava a possibilidade de cometerem desvios. Dentro desse novo contexto, seriam controladas e instruídas em conformidade com os preceitos médicos, cabendo ao internato além da função da educação e instrução “atender aspectos considerados essenciais para a educação higiênica: a educação física, a educação moral, a educação intelectual e a educação sexual” (SILVA, 2005, p. 41). Nessa perspectiva de controle, não poderia escapar a separação por sexo, pois “... o medo do contato entre sexos os obcecava, embora afirmassem que, na verdade, crianças não têm interesses sexuais” (LOPEZ, *apud* SILVA, 2005, p. 42). Assim, as crianças eram separadas por sexo e suas atividades físicas prescritas de acordo com a idade e o sexo, divisão essa referida como uma forma de controle da sexualidade das mesmas.

De acordo com Silva (2005) essa situação de separação por sexo, nas escolas, perdurou por um longo tempo. Meninos e meninas além de estudarem em colégios separados, recebiam educação diferenciada, e a maioria da população estava fadada ao analfabetismo, em especial as mulheres, as quais submetidas ao regime patriarcal vigente na sociedade brasileira da época, somente em função da primeira lei imperial sobre o ensino de 1827, determinante da gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos de ambos os sexos, foi possibilitado o acesso à escolaridade, ressaltando-se que “... as meninas deveriam aprender a ler, escrever, fazer as quatro operações, costurar e bordar, ficando a instrução secundária somente para os meninos” (SILVA, 2005, p. 42). Demonstrando neste viés a diferenciação de um e de outro sexo, e o estabelecimento dos papéis sociais distintos para homem e mulher, protelados pela higiene.

Cabe salientar que do século XVIII, até início do século XX:

[...] o sexo era restrito à procriação, dele não se devia obter nenhum prazer. Ao contrário, o “dever conjugal” era visto como um grave exercício para a mulher. O discurso higienista relacionava o sexo com a higiene e a moral, mostrando a necessidade de disciplinar seus instintos, de refreá-los. No século XIX, a educação sexual também não existia, nem nas famílias, nem no colégio. Na verdade, todos os esforços eram feitos no sentido de afastar os “virtuais apetites sexuais” dos jovens (DADOORIAN, 2000, p. 161).

No citado acima, a autora põe em pauta o controle da sexualidade dos jovens, que diferentemente de uma educação voltada para a sexualidade dos mesmos, tinha por base a disciplina dos comportamentos mais apropriados de acordo com os valores que

deviam ser transmitidos e conservados, em conformidade com o discurso das correntes médicas e higienistas.

Nesse sentido, reitera Bonato (1996), essa influência das concepções médico-higienistas do século XIX, foi estendida aos trabalhos de educação do século XX, visando o combate a masturbação, as doenças venéreas (DSTs), e a mulher para o exercício pleno do papel de esposa e mãe, no intuito de assegurar a reprodução saudável da espécie. Na visão de Bonato (1996), embora as concepções médico-higienistas não operem com a mesma forma que as do século XIX e XX, nos dias atuais, apresentam-se de uma forma ou de outra na escola.

No Brasil, a orientação/educação sexual foi paulatinamente sendo introduzida na escola, nos anos iniciais do século passado, mais precisamente em 1920, embora não oficializada em Lei Federal. É sobre a trajetória histórica da orientação/educação sexual no Brasil do século XX e XXI, especialmente focalizando o processo de implantação, a legislação, sua sistematização como tema transversal, o trabalho docente nessa perspectiva e os programas parceiros nessa empreitada, que trata o capítulo a seguir.

CAPÍTULO II A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO/ORIENTAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

A temática da educação sexual impõe-se nos dias atuais como fundamental a ser debatida entre os educadores, estando presente mesmo como parte do currículo oculto das escolas brasileiras, inclusive institucionalizada na estrutura educacional do país, inserida como um dos temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), com o nome de Orientação Sexual (BRASIL, 2000).

As terminologias educação sexual/orientação sexual, são muito conhecidas, usadas e, por vezes, confundidas por vários estudiosos da área, que embora demonstrem que apesar da semelhança dos termos, estes diferenciam no seu significado, na investigação feita na trajetória da abordagem da sexualidade na escola, foi possível averiguar uma falta de padronização de uma terminologia básica e de um posicionamento teórico claro e objetivo desses conceitos.

De acordo com o destacado por Lopes (2010), até os anos iniciais de 1990 no Brasil, o nome “Educação Sexual” foi utilizado para referenciar a temática da sexualidade nas escolas. A partir de 1995, o termo orientação sexual passou a ser empregado, sendo o mais utilizado entre os profissionais de saúde e educação, posto que essa designação é referida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), como a mais adequada aos objetivos que se pretende alcançar no trabalho realizado pelas escolas.

Entretanto, na visão de Figueiró (2006), a expressão “educação sexual” é a mais apropriada, posto que o termo orientação sexual eleito pelos PCNs dá vistas à diversidade sexual, pois a autora considera que a educação sexual constitui-se a totalidade da ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, tanto em nível de conhecimento de informações básicas, como de conhecimento e/ou debates e reflexões relacionados a valores, normas e atitudes voltados à vida sexual, e nesse sentido diz que:

[...] a expressão “educação sexual” é mais apropriada porque é coerente com a concepção do método de educação, no qual o educando participa do processo de ensino como sujeito ativo e não como mero receptor de conhecimentos, informações e/ou orientações (...) além de tudo, a educação sexual é um termo que está em consonância com as estratégias consideradas fundamentais nesse processo, quais sejam “debate aberto”, discussões e colocação através da participação em lutas sociais. Por sua vez, a expressão “orientação sexual” diz respeito à direção ou desejo sexual do indivíduo, que pode ser heterossexual homossexual ou bissexual (FIGUEIRÓ, 2006, p. 48-49).

A adoção da referida autora pela expressão “educação sexual” em vez do termo eleito pelos PCNs os quais se referem ao trabalho feito pela escola, afirmando que “... toda família realiza a educação sexual de suas crianças e jovens, mesmo aquela que nunca fala abertamente sobre isso” (BRASIL, 2000, p. 112), se dá frente à percepção de que em momento algum, ao longo desse documento verifica-se uma preocupação dos autores em tornar nítido e justificar a orientação como opção e segundo a mesma autora “parece partir do que já é posto e definitivo no campo teórico da educação sexual, quando, na verdade, ainda não é” (FIGUEIRÓ, 2006, p. 48).

As reflexões de Figueiró (2006), em torno das terminologias educação sexual e orientação sexual, sinalizam para a premência de uma linguagem comum entre os estudiosos, visando uma produção teórica brasileira com maior solidez em relação ao assunto, e também com as implicações advindas da seleção de determinado termo, que segundo esta autora, traz consigo “concepções, pedagógicas quanto ao que é educação, por que e para que educar, qual o papel do professor e do aluno na aprendizagem, e assim por diante” (FIGUEIRÓ, 2006, p. 52). Entretanto registra que, independentemente do nome que carrega, seja educação sexual ou orientação sexual, o que importa sobremaneira é o ensino que está sendo inserido na escola, pois segundo Maria José Garcia Werebe (1998), considerada uma das primeiras referências para a Educação Sexual no Brasil, e cujos pressupostos básicos, de acordo com Silva (2002), auxiliam o pensamento relativo à orientação sexual na atualidade, “... de qualquer forma o importante é o que se inclui nesta prática educativa, seus objetivos e seus métodos” (*apud* FIGUEIRÓ, 2006, p. 52).

Isso leva à reflexão de que a implantação de um ensino voltado ao tema da sexualidade nas escolas deve ser baseado em uma proposta pedagógica que transforme e conscientize a população docente e discente, na qual possa abordar as expressões da sexualidade tanto nos seus aspectos biológicos, como psíquicos e socioculturais, além de suas implicações políticas, pois como referido nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs:

[...] como indicam inúmeras experiências pedagógicas, a abordagem da sexualidade no âmbito da educação precisa ser explícita, para que seja tratada de forma simples e direta; ampla, para não reduzir sua complexidade; flexível, para permitir o atendimento a conteúdos e situações diversas; e sistemática, para possibilitar uma aprendizagem e um desenvolvimento crescentes (BRASIL, 2000, p. 127).

A abordagem recomenda por Figueiró (2006), Silva (2002) e os PCNs (BRASIL, 2000), ao tratamento da sexualidade na escola, é aquela que a considera mais que um simples ato sexual, entendendo que é parte integrante da personalidade de cada indivíduo. E nesse sentido, o trabalho trata-se da ampliação, diversificação e aprofundamento da visão

sobre a sexualidade, trazendo ao debate os diferentes pontos de vista existentes na sociedade, incluindo as práticas sexuais ligadas ao afeto, ao prazer, ao respeito, e à própria sexualidade, não se limitando tão somente à mera informação reprodutiva ou preventiva, mas tendo em vista que a sexualidade tem uma dimensão histórica, cultural, ética e política que abrange todo o ser e seu desenvolvimento sexual compreendido como saúde reprodutiva, relações de gênero, relações interpessoais e afetivas, imagem corporal e a autoestima, envolvendo também o componente informativo e formativo, posto que, ao fazer parte de um programa educacional, é preciso considerar, de acordo com Pfromm Netto (1987):

[...] um conjunto de experiências pessoais, ativas, dinâmicas, mutáveis, por meio das quais o indivíduo seleciona, absorve e incorpora informações, relaciona com as quais já dispõe em seu repertório e a organiza, expressa ou utiliza para criar novas informações, orientar suas ações, agir junto a outras pessoas ou modificar o ambiente (*apud* FIGUERÓ, 2006, p. 39).

Desse supramencionado, refere-se que a sexualidade é um conjunto de relações da pessoa consigo mesma e com as outras. A abordagem da sexualidade é ao mesmo tempo a abordagem do individual e do cultural: crenças, valores e emoções, em outras palavras:

[...] sexualidade é uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, num processo histórico e dialético. A sexualidade não pode, pois, ser restringida à sua dimensão biológica, nem à noção de genitalidade ou de instinto, ou mesmo de libido. Também não pode ser percebida como uma parte do corpo. Ela é, pelo contrário, uma energia vital da subjetividade e da cultura, que deve ser compreendida, em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais (FIGUEIRÓ, 2006, p. 42).

Portanto, sexualidade é uma dimensão inerente do ser humano e que está presente em todos os atos de sua vida, estando marcada pela cultura, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se com singularidade em cada sujeito, por essa razão, diferencia-se de sexo, que segundo o PCNs "... é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade é, de forma bem mais ampla, expressão cultural" (BRASIL, 2000, p. 117).

Conforme o exposto, a sexualidade não se limita somente na questão pessoal ou biológica, mas estende-se ao social e político, é algo cuja construção se dá "... ao longo da vida, de muitos modos, por todos os sujeitos" (LOURO, 2000, p.5). Assim, é necessário compreender as várias dimensões abrangidas pela sexualidade e que essas não se excluem, para que o debate seja enriquecido e propicie o entendimento de como os atores sociais pensam e exercitam sua sexualidade.

Neste sentido, o contexto de experiências, atitudes e informações recebidas em relação à sexualidade, apreendida e aprendida com a família, na vida social, segundo Lopes (2010) corresponde à modalidade informal e/ou não intencional, que envolve toda a ação exercida sobre o indivíduo no seu cotidiano. Essa forma de intervenção é denominada por estudiosos da área, dentre os quais Figueiró (2006) e Werebe (1998) como educação sexual, que de acordo com o guia de orientação sexual (GTPOS, 1994) inclui todo o processo informal pelo qual o indivíduo aprende sobre sexualidade ao longo da vida, seja por meio da família, da religião, da comunidade na qual está inserido, da cultura impressa ou midiática, sendo, portanto, um processo ininterrupto, que se inicia até mesmo no período anterior ao nascimento, mediante a expectativa dos pais no que tange ao sexo biológico da criança, influenciando futuramente o seu comportamento sexual.

Neste contexto, a proposta da orientação sexual, contida nos PCNs, especifica que:

[...] propõe-se que a orientação sexual oferecida pela escola aborde as repercussões de todas as mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pela sociedade, com crianças e jovens. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança já possui e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhe é ou foi apresentado (BRASIL, 2000, p. 122).

A sexualidade, primeiramente abordada no âmbito privado familiar, no qual através das relações estabelecidas, são transmitidos os valores, explícita ou implicitamente, adotado como seus, os quais pressupõem que as crianças assumam. Em formato diferente, cabe à escola propiciar uma intervenção pedagógica que possibilite a reflexão sobre temas polêmicos relacionados aos valores e crenças existentes na sociedade. Dessa forma, reforçam os PCNs que:

[...] o trabalho realizado pela escola; denominado aqui de orientação sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas antes a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação (BRASIL, 2000, p. 121).

Acompanhando a tendência educacional vigente nas escolas do século XIX, tendo por base a formação integral do ser humano científico e social, foi implantada, oficialmente, através dos PCNs, a orientação sexual nas escolas brasileiras. Ela surge, trazendo em seu bojo, significativamente, as concepções médico-higienistas, que influenciam sobremaneira a política educacional oficial do século XIX, mesmo passando a ser uma reivindicação da sociedade civil organizada, objetivando o combate a masturbação, as doenças venéreas e ao preparo da mulher para o desempenho do papel de esposa e mãe, como enfatizando na literatura científica e conforme Dadoorian (2000), a partir das

mudanças sociais conquistadas ao longo do século XX, que proporcionaram a liberação dos costumes sociais, uma educação voltada para a sexualidade vai surgir de forma mais sistemática, com fins ao ensino dos jovens brasileiros em relação ao uso dos métodos contraceptivos, combate as doenças sexualmente transmissíveis, HIV/AIDS, prevenção da gravidez indesejada, dentre outros, sendo essas preocupações que instigaram ao projeto de tornar a orientação sexual uma prática nas escolas compondo o leque dos temas transversais. É sobre esse contexto histórico da implantação da orientação sexual de forma oficial nas escolas brasileiras que trata o tópico a seguir.

2.1 A Implantação Oficial da Orientação Sexual na Escola Brasileira

Na trajetória de implantação da orientação sexual no Brasil, o discurso religioso foi elemento constante, principalmente nos anos de 1920 a 1970. Segundo Lopes (2010), a atuação da Igreja Católica girava em torno da vigilância das práticas educacionais ligadas à sexualidade, visando manter os bons costumes:

[...] a influência religiosa mantinha sua força e a repressão ao tema da sexualidade era constante e exercia um impacto grande na educação dada por pais e professores às crianças e jovens. Falava-se na importância de manter a pureza dos jovens, pois o sexo era visto como pecado e não deveria ser praticado fora de uma relação conjugal (LOPES, 2010, p. 25).

O discurso da Igreja Católica sinalizava que a família e a escola deveriam propiciar esta educação para as crianças e jovens, com observância predominante à moral e os bons costumes, evitando despertar imagens e curiosidades ao sexo, este só devendo ser praticado após o enlace matrimonial.

De acordo com Sayão (1997), em 1920, surgiram segmentos sociais inovadores, entre eles, o movimento feminista liderado por Berta Lutz, no qual teve como propósito implantar a orientação sexual nas escolas, tendo por objetivo proteger a infância e a maternidade, visto que, "... tal tentativa visava dar à mulher maior direito sobre o seu corpo e buscava uma educação que rompesse com a ideia da obrigação da mulher de somente desempenhar papéis sociais relacionados à maternidade e ao casamento" (LOPES, 2010, p. 25).

Sayão (1997) expõe que oito anos após esse movimento feminista, em 1928, foi aprovado em um Congresso Nacional de Educadores a proposta de um programa oficial de educação sexual nas escolas, a ser aplicado apenas para as crianças com idade superior a

11 anos. Ressalta ainda que de 1935 até 1950, não se tem conhecimento de trabalhos ou iniciativas ligadas à sexualidade nas escolas do país. Contudo, Guimarães (1995) evidencia na década de 1950, o domínio da Igreja Católica no sistema educacional para a elite brasileira, mantendo severa repressão a orientação sexual, como referido por Lopes (2010).

Na década de 1960, o Brasil foi marcado por mudanças políticas radicais, especialmente em relação à área da educação. Com o golpe de Estado que levou os militares ao poder em 1964, o processo de implantação de uma orientação sexual oficial nas escolas, certamente foi marcado por esse período repressivo vivenciado no país, como expõe a referida literatura científica de Felix López, ao descrever a atitude histórica dos anos 40 aos anos 60 do século passado:

[...] durante este período, a atitude predominante era de negação, imposição de tabu, proibição e obsessão. Negação porque fazia todo o possível para reduzir a sexualidade a algo secreto. Com efeito, não se podia falar sobre ela. Se as pessoas o faziam era para se auto-acusarem em confissão ou como argumento de gracejo malicioso. Imposição de tabu porque qualquer tema referente à sexualidade, embora enormemente carregado de significado e interesse adquiria o caráter de intocável e indiscutível (*apud* SILVA, 2005, p. 46).

No momento histórico delimitado, em referência, se iniciava as primeiras tentativas de implantação de orientação sexual como componente da instrução escolar, e circulava na sociedade vasta literatura relacionada à sexualidade, mostrando a preocupação a esse respeito. Entretanto, evidencia-se conforme literatura científica exposta acima, que a atitude histórica dominante era a de negação, ocultamento, proibição e obsessão, relacionada à sexualidade.

A partir da segunda metade da década de 1960, algumas experiências com a orientação sexual na rede de ensino público brasileiro são desenvolvidas. Figueiró (1998) situa uma primeira experiência na cidade de São Paulo, envolvendo escolas municipais. Entretanto, o projeto foi cancelado por não considerar a secretaria de Educação do Estado de São Paulo, o tema sexualidade prioritário naquele momento. Posteriormente, a rede municipal de ensino de São Paulo, oficializou um outro projeto, na década de 1980, respaldado pelo então secretário municipal de Educação, Paulo Freire. E em outras localidades brasileiras como Porto Alegre (RS) e Campinas (SP), seguiram os moldes do projeto da rede municipal de ensino de São Paulo, portanto três iniciativas, primordialmente de órgãos públicos ligados à Educação.

Lopes (2010) refere-se a uma orientação sexual nas escolas oficiais brasileiras da década de 1970, cuja responsabilidade ficava a cargo dos orientadores educacionais e dos docentes da área de ciências ou programas de saúde, em conformidade com a lei nº 5.692/1971. A partir da Educação, ficou estabelecido que os programas de saúde do antigo

segundo grau, teriam o objetivo de desenvolver o ensino de orientação sexual, prevendo para os alunos desse nível escolar a explanação de conhecimentos relacionados à “evolução puberal, educação sexual, gestação, puericultura e saúde mental” (ROSEMBERG, *apud* LOPES, 2010, p. 26), notoriamente numa tentativa de relacionar as áreas educação e saúde, posto que, dentro das escolas, os trabalhos de orientação sexual, quando existentes eram coordenados pelo orientador educacional, o professor de ciências ou de programa de saúde, e segundo Sayão (1997), os educadores sanitários e professores davam informações sobre as transformações da puberdade. Nessa mesma época, foi implantado em São Paulo um serviço telefônico e um programa de rádio, destinados a responder perguntas sobre sexualidade.

A década de 1980 foi pródiga na veiculação de questões ligadas à orientação sexual. A abertura política pela qual passou o Brasil trouxe significativas implicações no campo da sexualidade. Conforme Sayão (1997), as revistas eróticas publicavam fotos de mulheres e homens nus; enciclopédias e fascículos eram vendidos em bancas de revistas, todos destinados a responder questões sexuais.

Lopes (2010) acrescenta que neste mesmo período surgiu um programa na TV que trouxe ao debate a sexualidade, em horário referido como familiar. Nas escolas foram abertos os espaços para tratar o tema; através de palestras ou debates mediados por psicólogos ou médicos. Em outras, a abordagem concentrava-se na reprodução humana, ministrada na disciplina de ciências e biologia.

De acordo com os PCNs (BRASIL, 2000), a discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade no currículo das escolas de 1º e 2º graus, vai se intensificando a partir de 1976. E devido ao grande número de gravidez precoce entre adolescentes, e o risco de contaminação pelo vírus do HIV (AIDS) entre os jovens, a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas foi ainda mais intensa a partir de meados dos anos 1980 se estendendo aos anos iniciais da década de 90 (século XX), quando a escola é o espaço indicado à amenização dos problemas sociais, para a informação reprodutiva ou prevenção de agravos, mas mesmo sabendo-se que é possível amenizar tais problemas:

[...] fazer Educação Sexual porque há necessidade de resolver e controlar os problemas (AIDS e gravidez), possivelmente torna o trabalho árduo, pesado, angustiante e desvirtua as energias que poderiam ser redobradas se falassem da sexualidade de uma forma alegre e bonita (FIGUEIRÓ, 1998, p.96).

Não resta dúvida que a escola desempenha uma função na educação sexual de seus alunos, mas como sinalizado por Figueiró (1998), o trabalho na escola não deve limitar-se a veiculação de informações de caráter puramente biológico ou preventivo, no que se refere somente ao controle de DSTs, ao vírus do HIV (AIDS), gravidez precoce e outros

inconvenientes sociais. A abordagem da sexualidade abrange o enfoque sociocultural, permitindo que crianças, adolescentes e jovens entendam a sexualidade como um aspecto positivo da vida humana, propiciado pelo livre discurso de normas e padrões de comportamento em relação ao sexo e debate das atitudes pessoais frente à própria sexualidade, reiterando que perpassa a prevenção da gravidez precoce, das DSTs, e AIDS “... a educação sexual deve ser realizada a fim de contribuir para o desenvolvimento integral da personalidade do educando e, conseqüentemente, para sua qualidade de vida” (FIGUEIRÓ, 2006, p. 17).

Foi nessa perspectiva que a orientação sexual foi implantada de forma oficial na escola, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborado nos anos de 1995 e 1996, pelo Ministério da Educação, que vinculados a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, fez com que em 1998 a orientação sexual ganhasse impulso nas escolas do país, tendo como base a construção da cidadania, foco central da educação escolar após a Constituição Federal de 1988.

2.2 O Enquadramento Legal da Orientação Sexual no Brasil: Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96)

Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil, em 1988, a formação para a cidadania passou a ser foco central da educação escolar efetivada no país. Os princípios fundamentais nela estabelecidos foram criados visando “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” (BRASIL, 2004, p. 19).

Os direitos civis, políticos e sociais elencados neste texto constitucional ora vigente, passam a ser uma ideia constante nos documentos relacionados à educação – LDB (9.394/96) e PCNs, que enquadram em seus postulados os temas humanísticos relativos à formação da cidadania, sendo esses prioritários para “uma formação que torne a população brasileira capaz de exercer a sua cidadania com plenos direitos e deveres” (SILVA, 2005, p. 49).

Nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispõe nos seus primeiros artigos sobre a educação, a preocupação com o exercício da cidadania e o pleno desenvolvimento do educando, mediante a articulação de vários aspectos como a saúde, a sexualidade, a vida familiar e social, o meio

ambiente, o trabalho, a ciência, dentre outros fundamentais para a formação integral do indivíduo.

A partir da nova LDB, promulgada em particular com os PCNs ficou explicitado, para todas as instituições de ensino o reconhecimento da importância do ensino e da aprendizagem dos valores básicos para a vida e para a convivência, bases de uma educação plena que possibilita a integração do cidadão em uma sociedade, plural e democrática, pois como se observa no artigo 2º dessa LDB (BRASIL, 1996) ao definir a educação como dever da família e do Estado, é a afirmação que aquela é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, visando o pleno desenvolvimento do educando, o preparo deste para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Para tanto, no mesmo documento, o artigo 27 determina que os conteúdos curriculares da Educação Básica tomem como diretriz a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, além de respeito ao bem comum e para a ordem democrática, ou seja, se deve tomar como norteamento as questões que por sua urgência e relevância social são consideradas significativas na vivência escolar, devendo essas permearem a abordagem do conteúdo de todas as áreas do conhecimento.

Consta nos PCNs (BRASIL, 2000) que a cidadania é eixo da educação escolar, o que implica a eleição de determinados princípios que orientam a vida em sociedade e uma ação que consista na afirmação destes. A cidadania é algo que envolve todas as dimensões da vida social, abrangendo aí a esfera da sexualidade.

Coadunam-se a LDB (BRASIL, 1996) com o postulado pelos PCNs (BRASIL, 2000). Em ambos figuram a preocupação com o objetivo final da educação que é a construção da cidadania. Entendido, pois, que não se alcança a cidadania de um país com escolas que se limitam ao trabalho dos conteúdos tradicionais, deixando em segundo plano o debate inevitável e inadiável relativo à sexualidade humana, os referidos documentos postulam que a sexualidade é parte integrante na formação do educando em todos os níveis de aprendizagem.

Os PCNs (BRASIL, 2000), elaborados visando à garantia do auxílio do desenvolvimento das disciplinas indicadas pela LDB (9.394/96), são referência para o ensino fundamental e médio de todo o país, e cujo objetivo consiste na garantia de que todas as crianças e jovens brasileiros possam ter o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como essenciais ao exercício da cidadania. E tem como pretensão ser o referencial fomentador de reflexão sobre os currículos escolares no que diz respeito a todos os temas transversais, sugerindo uma proposta aberta e flexível, que pode ou não ser trabalhada pelas escolas na construção de suas propostas curriculares, pois não

são de caráter obrigatório, podendo assim ser adaptados às peculiaridades de cada localidade.

De acordo com Silva (1999), a partir do currículo a escola pode exercer controle e autonomia para educar os discentes, pois este documento concatena polimorfos estratégias. Para esse autor:

[...] o currículo não pode ser visto simplesmente como um espaço de transmissão de conhecimento. O currículo está sempre centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo em que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz (SILVA, 1999, p. 27).

Assim, o currículo formula melhor formas de organizar experiências de conhecimento dirigidas à produção de formas individuais de subjetividade. Ao absorver normativas sobre o indivíduo e a sociedade, possibilita a constituição daquele indivíduo como sujeito, ampliando um leque de possibilidades para a sua formação integral e a construção da sua cidadania.

A prioridade para a cidadania como eixo vertebrador da educação escolar dada pela LDB, de acordo com os PCNs:

[...] implica colocar-se explicitamente contra valores e práticas sociais que desrespeitam aqueles princípios, comprometendo-se com as perspectivas e decisões que os favoreçam. Isso refere-se a valores, mas também a conhecimentos que permitam desenvolver as capacidades necessárias para a participação social efetiva (BRASIL, 2000, p. 23).

Dentro desta nova abordagem educacional, a orientação sexual contribui para a formação de agentes sociais comprometidos e conscientes de seu papel.

2.3 A Sistematização da Orientação Sexual como Tema Transversal

O trabalho de orientação sexual envolve muitas questões para as quais se devem fixar a atenção, considerando-se que essa temática é intimamente associada a preconceitos, tabus, crenças ou valores singulares, e à efetivação desse trabalho, de forma coerente com a visão pluralista de sexualidade proposta pelos PCNs (BRASIL, 2000), implica a ampliação do espaço para que as diferentes crenças e valores, as dúvidas e os questionamentos referentes aos aspectos ligados à sexualidade se expressem, utilizando-se do diálogo, da reflexão e da possibilidade à construção das informações alicerçada sempre

no respeito mútuo, sendo essa a justificativa da opção de integração da orientação sexual nos PCNs através da transversalidade.

A fim de atingir os objetivos propostos pelos PCNs, o tema transversal deve estar presente em toda área educativa a ser abordada por diversas áreas do conhecimento. O trabalho de orientação sexual deve, portanto, ocorrer dentro da programação, através de conteúdos transversalizados e extra programação, recomendando-se assim que:

[...] cada uma das áreas tratará da temática da sexualidade por meio da sua própria proposta de trabalho. Ao se apresentarem os conteúdos de orientação sexual, serão explicitadas as articulações mais evidentes de cada bloco de conteúdo com as diversas áreas (BRASIL, 2000, p. 128).

A orientação sexual como tema transversal proposto pelos PCNs deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica, cujo objetivo é transmitir informações, problematizar questões e ampliar o leque de conhecimentos e opções referentes à sexualidade, incluindo posturas, ideologias, crenças e tabus, propiciando debates e discussões a ela relacionados, para que o aluno faça sua escolha sobre o caminho que deseja seguir, e possa exercer a sua sexualidade de forma responsável e prazerosa.

Como a elaboração dos PCNs, buscou-se substituir o currículo antigo “... nessa perspectiva, a orientação sexual foi dividida em três eixos: corpo: matriz da sexualidade; relações de gênero; e prevenção de DST/AIDS” (SILVA, 2005, p. 11). Assim, a educação sexual escolar surge oficialmente como orientação sexual, surgindo no currículo de forma transversal, diferentemente de ser uma disciplina específica a cargo de um professor, passa a ser visto como um tema de responsabilidade de todos, devendo ser discutido em todas as disciplinas, ao longo de todos os ciclos de escolarização.

Figueiró (2006) sustenta que, de acordo com essas propostas, a sexualidade, assim como outros temas, são possíveis de ser trabalhadas por todo o corpo docente que atuam nas mais diversas áreas do conhecimento. A ideia postulada nos PCNs (BRASIL, 2000) é que a sua inclusão, abrangendo do 1º ao 9º ano do ensino básico, deve ocorrer de duas formas:

a) Dentro da programação: o conteúdo de sexualidade é organizado, planejado e dividido entre os professores de cada série. Pode ser que, numa série, sejam professores de português, história e ciências que considerem capazes e queiram ensinar sobre sexualidade e, assim, ensinarão o conteúdo de sexualidade dentro de suas próprias aulas. Em outra série, pode ser a professora de matemática e a de educação física, por exemplo. Quando a professora é a única da sala, como acontece nas séries iniciais, necessita organizar-se para ensinar os conteúdos estipulados em algumas áreas de conhecimento nas quais houve condições de inserir o tema (FIGUEIRÓ, 2006, p. 54-55).

b) Como extraprogramação: todo e qualquer professor, sem planejamento prévio, aproveita uma situação, um fato que acontece espontaneamente, para, a partir daí, ensinar sobre sexualidade, ou transmitir uma mensagem positiva sobre ela: aproveita enfim, para educar sexualmente (FIGUEIRÓ, 2006, p. 54-55).

Nesse percurso, fica explícito que não cabe unicamente a disciplina de ciências ou Biologia trabalhar o tema da sexualidade, mas também ela em conjunto com as demais da matriz curricular, considerando-se que o conhecimento do corpo é importante quando se trata da sexualidade, porém somente isso não é suficiente para mudanças de práticas e atitudes, pois como se reitera na literatura científica:

[...] temas transversais dizem respeito a conteúdos de caráter social importantes de serem incluídos no currículo, de forma “transversal”, ou seja, não como uma área específica de conteúdo, mas ministrado no interior de várias áreas do conhecimento, perpassando cada uma delas (FIGUEIRÓ, 2006, p. 54).

A abordagem da orientação sexual ocorre assim por meio da transversalidade, permeando as diversas disciplinas. Conforme propostos nos PCNs (BRASIL, 2000), essa abordagem na escola deve inserir as repercussões de todas as mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pela sociedade com os alunos. Entretanto, ainda em muitas escolas, frente à necessidade de trabalhar com a temática da sexualidade em seus conteúdos formais, inserindo o aparelho reprodutivo no currículo de ciências naturais, se limitam a uma discussão sobre a reprodução humana, cujas informações focalizam apenas as noções de anatomia e fisiologia do corpo humano, ou seja, o corpo biológico em detrimento das dimensões culturais, afetivos e sociais inerentes a esse mesmo corpo.

Corroboram com este pressuposto as pesquisas realizadas na primeira década de 2000, em diversas escolas do município do Rio de Janeiro, que constataram que “... a educação sexual vem sendo desenvolvida na disciplina mais próxima do discurso médico, qual seja, a de ciências, que na sétima série, tem como tema o corpo humano” (ALTMANN, 2009, p. 343). Além disso, foi constatado que, assim como na medicina voltada para a sexualidade e reprodução, na escola o corpo da mulher é objeto prioritariamente de maior atenção, ao ponto de um jovem chegar à conclusão de que por ser mais frágil, o corpo feminino foi mais estudado que o masculino.

Historicamente, o corpo da mulher foi alvo de atenção prioritário de dispositivos de saber e poder, referentes ao sexo, como referido por Foucault (2010) e persiste no tempo presente esse foco nas escolas brasileiras investigadas na literatura de Altmann (2009), visto serem as informações restritas às notas biológicas da reprodução nas aulas de ciências, tendo no corpo biológico o fundamento de distinção entre meninos e meninas.

Além disso, no que se refere à implementação da orientação sexual na escola, esse trabalho formal e sistematizado exige planejamento e propõe uma intervenção consciente por parte dos profissionais que nela atua. Contudo, é notável o despreparo e a falta de compromisso de alguns dos envolvidos no processo educativo para trabalhar com essa temática, ficando praticamente restrita no âmbito das ciências biológicas, ou mesmo como um mero item do planejamento que raramente é cumprido, exigido ou questionado.

2.4 O Trabalho Docente de Orientação Sexual na Perspectiva Transversal

A abordagem da sexualidade na escola não é tarefa fácil para grande parte dos educadores. Alegações como a falta de preparo para discutir o assunto e/ou a falta de conhecimento e ainda comentários de que as crianças são muito pequenas e não necessitam de outras informações a respeito, a não ser as recebidas na família, são algumas das justificativas, dentre muitas outras utilizadas comumente por esses profissionais, evidenciando que “... embora tal iniciativa se constitua num avanço em termos de ensino no país, ainda há muito a fazer no campo de formação de profissionais que se incumbam desta atividade” (SAYÃO, *apud* ANDALÓ, *et al.*, 1998, p. 39).

Em face do despreparo crônico da família para lidar com as manifestações da sexualidade dos seus filhos, a escola assume mais essa importante função. Contudo, faz-se necessário um investimento na formação de professores e não somente no professor de ciências e biologia, mas de todos que convivem com os alunos, haja vista que, a tarefa premente que a escola lhes impõe é a de ajudar o aluno a enfrentar a vida e a exercer de forma saudável e equilibrada com as manifestações sexuais próprias de sua idade, pois de acordo com o guia de orientação sexual (GTPOS, 1994), a sexualidade é construída e aprendida ao longo do desenvolvimento do indivíduo e está presente na escola, onde cabe ao professor participar ativamente no ensino do processo de desenvolvimento e manifestações da sexualidade.

Isso sugere que ao desenvolverem temas relacionados à sexualidade com seus alunos, o professor contemple “... não só a formação sobre aspectos biológicos, mas também a discussão sobre sentimentos, valores, crenças, preconceitos, experiências pessoais...” (SILVA, 2005, p. 79), buscando assim, através do diálogo, em conformidade com o policiamento da sua má formação aliada à busca contínua da cientificidade, passar aos seus alunos que sexo associado ao afeto pode gerar e construir vínculos positivos, de grande significado para o desenvolvimento humano, mediando-se pela percepção que a

escola é um *locus* de informação, de troca, de conhecimento e de que o seu papel é de promover debates entre os discentes, fornecendo-lhes informações claras e objetivas, entendendo ainda que:

[...] o trabalho de orientação sexual nas escolas implica planejamento e ação pedagógica sistemática, o que envolve espaço no currículo escolar. Não se trata de fenômeno episódico, como uma palestra ou uma semana especial de atividades, mas de abrir canal para o debate permanente com as crianças e adolescentes a cerca das questões da sexualidade (GTPOS, 1994, p. 1).

Portanto, o que se espera do trabalho de orientação sexual é que a escola seja um espaço dialético e dialógico, onde aos alunos sejam oportunizadas uma reflexão crítica sobre sexo e sexualidade e que lhes possibilitem desenvolver uma visão mais positiva do assunto, de modo a exercer a sua sexualidade com prazer, responsabilidade, respeito à diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes, mesmo que esses sejam diferentes dos seus e, a partir disso, reconheçam a busca do prazer como uma extensão do afeto por si e pelo outro, sendo, para tanto, importante que o professor tenha leitura e compressão claras sobre os temas que pretende desenvolver a “fim de evitar posturas absolutas e pessoais em relação a temas polêmicos como os que se referem ao aborto, homossexualidade ou gravidez na adolescência por exemplo” (ROSA, 2000, p.24).

Cabe ainda salientar que a orientação sexual é um processo sistemático, por essa razão é necessário que a abordagem seja iniciada sempre que os alunos despertem o interesse pelo assunto ou mesmo quando o professor sinta necessidade de discutir tal temática, não se resumido, pois, a uma mera intervenção pedagógica como uma palestra ou simplesmente a informação preventiva em relação aos cuidados para evitar uma gravidez precoce ou para não pegar uma DST, por exemplo; pois conforme Sayão (1997), essas atuações são pontuais, mas que com o tempo se perdem, não se constitui em um processo continuado, portanto sabe-se que a obtenção de resultados efetivos implica a continuidade do trabalho, e é essa proposta que os PCNs (BRASIL, 2000) trazem para a sexualidade ser trabalhada como um dos temas transversais.

Segundo a nova determinação legal, os conteúdos relativos aos temas transversais, dentre esses a orientação sexual, devem ser trabalhados na escola e por todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem. Para tanto, o professor, ao tratar o assunto em sala de aula, deve ter segurança e necessariamente criar um ambiente de respeito, no qual alunos e alunas sintam-se tranquilos e motivados para exporem suas ideias a respeito do assunto, trocar ideias com os seus colegas, de forma que haja contribuição mútua na construção do conhecimento do outro, visto serem “... fundamentais as situações em que os alunos possam aprender a dialogar, a ouvir e ajudar a pedir ajuda, aproveitar críticas, explicar um ponto de vista, coordenar ações para obter sucesso em uma

tarefa conjunta...” (BRASIL, 1997, p. 97). O que é proposto pelos PCNs é que esse tema transversal seja tratado como um assunto de pesquisa e de estudo para o entendimento das relações humanas que acontecem nesse cotidiano. E nesse sentido, Barbosa (2002) adianta que o papel do professor é problematizar as dúvidas, as ações e comportamentos trazidos pelos alunos, sem medo, sem julgamento prévio; e tendo a história como eixo, analisar e com base nessa análise, apresentar todas as formas de entender a questão no momento presente.

A referida pedagoga acrescenta ainda que é importante que o professor possa entender o que se oculta por trás da demanda de seu corpo de alunos, aquilo que este não expressa com palavras, mas que está latente e que pode servir de referencial para o trabalho, visando não tornar banal a sua orientação.

Para Barbosa (2002), a questão da sexualidade ainda é um tabu no contexto escolar, posto ser envolvida num manto de culpas, dúvidas e repressões, sendo necessário que essa sexualidade, seja trabalhada, como também desmistificada, junto aos próprios professores.

Trazendo à reflexão a forma de orientação sexual feita pelos profissionais da escola, Barbosa (2002) se apóia em uma pesquisa desenvolvida por uma pesquisadora referida como Xavier Filha no ano 2000, a qual ressalta cinco formas de abordagem da sexualidade entre os professores no interior da escola: a esquiva, o silêncio, o sexismo, a inculcação de valores e normas morais e a interação professor (a) – aluno (a).

Referindo-se à abordagem da esquiva, Barbosa (2002) caracteriza como a forma de educação na qual o professor faz de conta que não escuta, para ter tempo de rapidamente encontrar uma resposta que desnude a pergunta ou o comentário feito pelos alunos. Por essa forma, o professor infantiliza ainda mais a criança e encobre o que essa deseja saber, não dando a devida importância para a mesma nem para o fato, contribuindo para a reprodução da esquiva de muitas famílias que não conseguem falar de sexo com maturidade.

Sobre a abordagem do silêncio, considera uma das mais perversas formas de educação, por caracterizar-se como aquela que reprime, que não ouve, que não fala e acredita que sexo não é assunto para ser tratado no âmbito escolar. Essa postura, além de ser uma forma de ensinar reações inadequadas frente às diferenças na sociedade, é uma forma de não enfrentamento do preconceito e/ou medo de trazer à tona assuntos referentes à sexualidade como HIV/AIDS, drogas, homossexualismo, bem como ter que lidar com os conceitos e preconceitos sociais e da comunidade escolar. Segundo Barbosa (2002), ao adotarem a educação sexual do silêncio, os professores, ao não escutarem as perguntas a respeito do sexo e da sexualidade, mantêm o assunto no âmbito do proibido/escondido, daquilo que não se pode falar e que gera culpa, em consequência, muitas das situações

concretas que surgem na escola, deixam de ser trabalhadas e de servirem para posteriores aprendizagens.

Quanto à educação pautada no sexismo, é exposto que parte do princípio da superioridade de um gênero sobre o outro, ou seja, baseia-se no princípio de um sexo forte e outro fraco, que devem ser tratados de forma diferente, com direitos e deveres também diferenciados, sendo, de acordo com Barbosa (2002), o objetivo dessa abordagem, fazer com que as mulheres continuem negando-se ao prazer, a sua sexualidade e a sua possibilidade de externar sentimentos e de participar da vida a dois.

Para a referida autora, a abordagem sexista tenta infantilizar as meninas sexualmente e tornar os meninos mais adultos em relação ao sexo, e ao tratar o feminino como sexo frágil, e o masculino como sexo forte, destacam as ações de conquista, tais como a de luta emancipatória, mostrando a possibilidade das mulheres desenvolvê-las para se equipararem aos homens, que nem melhores e/ou piores, são complementares. Acrescenta-se ainda a outra vertente do sexismo, que consiste no entendimento do sexo como propriedade do mundo adulto, distante da criança e do adolescente, ficando esses sujeitos impedidos de vivenciarem sua sexualidade.

Em relação à abordagem da sexualidade inculcadora de valores e normas morais, é referida como a que também traz à tona a função conservadora da escola, porque segundo destaque de Xavier Filha (*apud* Barbosa, 2002) representa a conservação de duas instituições sociais: o casamento e a heterossexualidade, e de certa forma, se alia a ideia de sexualidade apenas a favor da reprodução, desligando-a diretamente da busca do prazer pelo prazer, pois a sua pesquisa junto aos professores, evidenciou que em maioria eles se colocaram contrários a qualquer manifestação de homossexualidade, deixando claro que seus objetivos são voltados ao alcance da manutenção burguesa mantida pelo casamento heterossexual.

Desse modo na escola investigada, o homossexualismo é temido de tal maneira que qualquer suspeita a respeito é atacada com atitude de extrema repressão, impossibilitando novas vivências da sexualidade para os homens, assim como para as mulheres também.

Ao referir-se à abordagem da sexualidade na forma interação professor (a) – aluno (a), Barbosa (2002) enfatiza que esse formato só é possível de ocorrer numa escola que não seja reprodutora de valores sociais, e que, portanto, se caracterize por ser aberta a ponto de propiciar aos alunos a discussão sobre os assuntos relacionados à sexualidade, tendo por base que a orientação prevê a existência da diversidade em termos de sexualidade, dando espaço para várias compreensões, crenças, valores em relação ao envolvimento afetivo dos gêneros presentes atualmente na sociedade brasileira.

Ainda conforme essa autora, os professores, frente ao impasse e possibilidade de utilizar a sexualidade como tema transversal, deve proporcionar uma discussão que conceba a diversidade de opiniões e posições representadas na sociedade, sem estimular preconceitos e competições desumanas.

Os objetivos gerais propostos pelo PCNs (BRASIL, 2000) para a transversalização do tema sexualidade, abrangendo vários aspectos dessa questão, levam ao entendimento de que a escola atual precisa desenvolver uma forma de orientação sexual que parta da interação professor/aluno, e do que acontece com as crianças e jovens nos dias de hoje e os esclareça, trabalhando com conteúdos que responda as reais necessidades do menino e da menina quanto aos assuntos referentes ao conhecimento do corpo e sua relação com a sexualidade; as relações de gênero entre os seres humanos e a prevenção das DSTs/AIDS.

Acrescentando, de acordo com Barbosa (2002), o tratamento pessoal e médico àquele que já contraiu a(s) doença(s), pois para essa autora, a sexualidade é matéria a ser construída na interação também com os parceiros de escola e com os educadores “... mas não é escolar, porque faz parte da vida, sendo, portanto, dinâmica do cotidiano, e não dos livros, do quadro de giz ou das sessões de vídeo” (BARBOSA, 2002, p. 100), levando assim ao entendimento de que, aulas de funcionamento do corpo e de explicações sobre a sexualidade são insuficientes, sendo necessária uma abordagem que insira discussões, comparações, mudanças de atitudes e tudo mais que não é capaz de ser desenvolvido por uma simples matéria específica escolar.

2.5 O Programa Saúde na Escola (PSE) e Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE)

Nos anos iniciais da década de 1990 surge no Brasil o que se poderia chamar amplamente de uma especialização no adolescente, pela instrumentalização de médicos, psicólogos e serviços de orientação sexual no atendimento aos adolescentes.

A medida de urgência da especialização no adolescente é dada também pelo HIV/AIDS, na necessidade de controlar essa pandemia e principalmente de orientar a prevenção, visando à diminuição da vulnerabilidade nessa faixa etária que é mais susceptível aos agravos advindos da prática sexual sem proteção. Nesse deambular segundo estudos de Dadoorian (2000), com o advento da AIDS e a consequente necessidade de se ter uma política de prevenção também focada no jovem, a sexualidade

passa a receber nova atenção e tratamento. Assim, a questão que se coloca é orientar o adolescente no sentido de promover comportamentos seguros no referente à transmissão do HIV (vírus da AIDS) e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs).

Nessa perspectiva, consistiu a implementação de forma mais consistente e generalizada de programas, ao enfrentamento dos desafios, tabus, preconceitos e dificuldades inerentes ao tratamento do assunto nas escolas brasileiras, com vistas a retirar o quase silêncio sobre sexualidade na rotina do (a) adolescente.

Nos dias atuais, observa-se que os jovens têm iniciado cada vez mais cedo sua vida sexual, mas a prática do sexo seguro entre adolescentes apresenta-se muito distante dos níveis ideais, pois além de alguns dados disponíveis sobre o uso de preservativo por jovens revelarem a necessidade constante de trabalho educativo junto a essa população, há no Brasil um número elevado de jovens grávidas, situação que pressupõe práticas sexuais desprotegidas.

Na sua peculiar condição de pessoas em formação e desenvolvimento, os adolescentes são sujeitos tanto de direitos fundamentais universalmente reconhecidos a toda pessoa humana, e principalmente de direitos especiais derivados de sua própria condição de vulnerabilidade, dependência e contínuo desenvolvimento, como enfatizado pela ciência moderna e contemporânea, em confirmação ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) e o Programa Saúde do Adolescente – PROSAD, oficializado pelo Ministério da Saúde em 1996, em cumprimento a Constituição Federal de 1988.

A vulnerabilidade aos agravos de saúde, bem como as questões econômicas e sociais nos seus vieses de educação, cultura, trabalho, dentre outros, são considerados determinantes da necessidade de atenção mais específica e abrangente em relação aos adolescentes brasileiros, que como cidadãos, têm direito a saúde, e conforme previsto no PROSAD “... é dever do Estado possibilitar esse acesso de forma universalizada hierarquizada e regionalizada dentro dos preceitos do Sistema Único de Saúde” (BRASIL, 1996, p. 5-6).

O Programa Saúde do Adolescente (PROSAD) foi o marco inicial de uma atenção voltada aos adolescentes, e cuja proposta incidiu em prestar um atendimento adequado a essa parcela da população, tendo como pilar uma política de promoção de saúde, de identificação de riscos e detecção precoce dos agravos, com tratamento e reabilitação.

Nessa diretriz, o Ministério da Saúde lançou em 2005, o documento denominado Saúde Integral de Adolescentes e Jovens, objetivando orientar para a organização de serviços de saúde; e outro denominado Marco Legal da Saúde de Adolescentes, constando nesse os instrumentos legais de proteção aos direitos dessa população, especificamente em

relação ao pleno exercício do seu direito fundamental à saúde na esfera nacional e internacional (BRASIL, 2005).

Em 2007, o Ministério da Saúde lança o Marco Teórico e Referencial: Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva de Adolescentes e Jovens, documento que se fundamenta na produção de conhecimentos referentes a saúde e sexualidade de jovens e adolescentes no Brasil e nos outros países do mundo, além de agregar e discutir limites legais, nacionais e internacionais, sobre saúde sexual e reprodutiva, e garantia de direitos (BRASIL, 2007).

Nesse mesmo ano, o governo Federal, através da articulação dos Ministérios da Educação e Saúde, lança no dia 5 de dezembro, pelo Decreto Presidencial nº 6.228, o Programa Saúde na Escola (PSE), com o intuito de aproximar cada vez mais saúde e educação, privilegiando a escola como espaço para promoção de políticas voltadas para a sociedade em geral, mediante a participação dos sujeitos desse processo: alunos, família, profissionais da saúde e da educação (BRASIL, 2008).

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2010) o PSE conta com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura – UNESCO; do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, e do Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, no planejamento, na execução, no monitoramento e na avaliação das ações desenvolvidos em âmbito federal, estadual e municipal.

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2008) o Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE), tem como eixo estruturante as ações de integração entre saúde-educação e incentiva a articulação entre as diferentes instâncias governamentais e as organizações da sociedade civil, reconhecendo o sujeito integral como centro de atenção das diversas políticas públicas. Esse projeto leva em consideração a importância das ações educativas em saúde sexual e reprodutiva, ressaltando-se que os conteúdos dessas ações devem veicular as informações atualizadas sobre saúde, que dentro de uma visão integral deverá refletir o interesse dos adolescentes, seus sentimentos, questionamentos e necessidades, posto que:

[...] a integração de ações e políticas públicas que possam ir além da superfície dos problemas requer o empenho em apreender, compreender e dialogar com múltiplos aspectos que modulam as crenças, os hábitos, os comportamentos e o estilo de vida dos indivíduos e grupos com os quais interagimos (BRASIL, 2008, p. 26).

Assim, a ação educativa com adolescentes vai além da simples transmissão de informações relacionadas à saúde, mas consiste numa ação mais ampla e em conformidade com as necessidades percebidas ao longo do trabalho direcionado para os problemas detectados, visando proporcionar aos adolescentes e jovens a oportunidade de se tornarem mais responsáveis e atuantes, abrange dessa forma, a saúde reprodutiva, no sentido de

procurar oferecer aos alunos elementos para que possam optar pelo uso de métodos contraceptivos, para terem seus filhos no momento desejado e no que tange a AIDS, propiciar-lhes o conhecimento e a valorização do uso de medidas eficazes para prevenir a transmissão do vírus e se empenharem em cuidar de si e do outro, pois segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2008), o processo educativo em saúde requer a adoção de estratégias de ensino/aprendizagem que favoreça a construção e incorporação de conhecimentos, que contrariamente à simples memorização de conceitos gera oportunidades ao desenvolvimento de atitudes e à utilização prática dos conhecimentos adquiridos.

O Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE), criado desde o ano de 2003 é uma das ações do Programa Saúde na Escola (PSE), que promove predominantemente ações de promoção à saúde sexual e reprodutiva e prevenção de agravos de adolescentes e jovens, articulando os setores saúde e educação. Através da aplicabilidade desse programa nas escolas de forma sistemática e contínua, espera-se reduzir as vulnerabilidades e contribuir para a promoção da saúde desses discentes, abordando questões relacionadas à saúde integral tais como, prevenção, DSTs/AIDS, gravidez não planejada e precoce, diversidade sexual, drogas, promoção da cultura e paz, qualidade de vida (BRASIL, 2008).

O guia Saúde e Prevenção na Escola (SPE), é dividido em sete unidades. Dentro dessas unidades, encontram-se 38 oficinas que já possuem tempo de duração e estratégias formuladas e que podem ser reformuladas de acordo com o conteúdo programático da escola e disponibilidades dos profissionais de saúde e educação desenvolvam seus trabalhos em equipe (BRASIL, 2008).

Conforme Lemos (2003), a educação em saúde implica em um trabalho que interpreta os processos de saúde-doença a partir de múltiplos referenciais considerando que educadores e população possuem saberes complementares, sendo parceiros na luta por melhores condições de vida.

A abordagem da temática educação e saúde oferece espaço para atuação do profissional de saúde na escola, através de práticas educativas com escolares como oficinas, debates, grupos operacionais, feiras culturais, que planejadas em conjunto com os educadores, em torno de situações e temas que dizem respeito à promoção da saúde e à prevenção dos agravos, no sentido que todos os alunos da escola, crianças, adolescentes e jovens, possam alcançar completamente seu potencial de saúde no que se refere a "... ambientes favoráveis, acesso à informação, às experiências e habilidades na vida mais sadia" (LOPES, *et al.*, 2010, p. 463). Tal como situado na Carta de Ottawa, que segundo Buss (2003), é documento de referência básico e fundamental no desenvolvimento das ideias de promoção de saúde em todos os lugares do mundo.

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2008), integrado ao componente da promoção da saúde e prevenção, o SPE tem como principais objetivos:

- a) Contribuir para a promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos de adolescentes e jovens;
- b) Contribuir para o enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS entre adolescentes e jovens;
- c) Desenvolver ações articuladas no âmbito das escolas e das unidades básicas de saúde;
- d) Envolver toda a comunidade escolar na promoção de ações em saúde sexual e saúde reprodutiva;
- e) Promover a participação juvenil para que adolescentes e jovens possam atuar como sujeitos transformadores das suas realidades.

Para o alcance desses objetivos e êxito do programa, torna-se fundamental que a educação integral seja compreendida como um conceito que abrange a proteção, a atenção e o pleno desenvolvimento da comunidade escolar, tendo em vista que:

[...] a promoção da saúde é um esforço da comunidade organizada para alcançar políticas que melhorem as condições de saúde da população e os programas educativos para que o indivíduo melhore sua saúde pessoal, assim como, para o desenvolvimento de uma “maquinaria social” que assegure a todos os níveis de vida adequados para a manutenção e o melhoramento da saúde (WINSLOW, *apud* BUSS, 2003, p. 21).

A incorporação do tema saúde no projeto político-pedagógico da escola possibilita a promoção de ações educativas que levam a reflexão sobre o que é ter vida saudável. É por meio dessa reflexão, a partir da realidade, que as pessoas vão descobrindo que é impossível falar de saúde sem pensar nas condições de moradia, de trabalho, na alimentação, na educação, nos serviços de saúde, lazer, na forma como as pessoas se relacionam, com o meio ambiente, na forma da organização, na decisão política. Enfim, nas condições de vida pessoal e coletiva.

CAPÍTULO III APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 A Orientação Sexual nas Escolas Públicas de Curralinhos-PI

Neste capítulo faz-se a apresentação e discussão dos resultados obtidos com a aplicação da entrevista e questionários à população-alvo da pesquisa: professores e alunos das escolas denominadas de X e Y (ensino fundamental e médio respectivamente).

Em primeiro momento faz-se a apresentação e análise da visão destes professores frente ao tema orientação sexual nas escolas buscando investigar como esse trabalho vem sendo realizado nas escolas X e Y, que espaço vem sendo dedicado a esse tema, como os professores vêm abordando, dentre outros aspectos que foram destacados tendo como suporte o referencial teórico que embasa esse estudo, os conhecimentos advindos de outras leituras utilizando-se da análise de conteúdo por entender-se ser a técnica que melhor coaduna com essa abordagem, por visar à ultrapassagem do nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica frente à comunicação das entrevistas, tal como exposto por Minayo (2010).

Em seguida faz-se apresentação e análise dos dados estatísticos obtidos por meio de questionários semiestruturados aplicados aos alunos da escola X e Y e apresentado por meio de gráficos.

3.2 Resultados e Discussão

3.2.1 Percepção dos Professores quanto à Orientação Sexual nas Escolas X e Y

De acordo com a literatura revisada, a discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade no currículo das escolas brasileiras de ensino básico tem se intensificado a

partir da década de 1970, sendo o aumento da demanda por trabalhos nesta área mais acentuado a partir de meados dos anos 1980, devido à preocupação dos educadores com o elevado crescimento da gravidez precoce da adolescência e com o risco da contaminação pelo HIV entre os jovens.

Neste sentido, muitas escolas do país tem se utilizado de estratégias e metodologias buscando auxiliar na prevenção das DSTs/AIDS e na promoção da saúde, bem como a transversalização do tema sexualidade nas diferentes áreas do ensino, tal como exposto nos seguintes depoimentos dos professores e professoras das escolas X e Y, ao serem indagados sobre quais estratégias a escola deveria trabalhar para desenvolver o tema da orientação sexual, os quais evidenciam também a importância do planejamento, da participação dos pais, dos alunos e dos professores no processo de trabalho com o tema.

[...] “A primeira estratégia que a escola deveria adotar seria a adequação do conteúdo, enquanto tema transversal na matriz curricular da escola, no planejamento curricular da escola e depois disso fazer a adaptação, à adequação de todos esses conteúdos nas mais diversas disciplinas do currículo, porque somente dessa forma, com um planejamento claro e específico, o professor teria todas as possibilidades de trabalhar o tema de maneira interdisciplinar” (P.A).

[...] A educação hoje dispõe de vários recursos que podem ser usados: audiovisuais, palestras, oficinas, reunião com os pais e mestres e com os próprios alunos para discutir isso em conjunto (P.B).

[...] A escola precisa estar orientando os alunos, trazendo os pais para a escola para conscientizar da importância do tema sexualidade [...] englobando pais, professores e alunos [...] (P.C.).

[...] A gente teria que se juntar com os demais professores e ver qual seria a melhor forma de se trabalhar a orientação sexual na sala de aula, pois a gente se depara com situações de adolescentes e fica sem saber como se manifestar (C. D.).

Estes depoimentos indicam que as estratégias a serem adotadas pelas escolas X e Y para o desenvolvimento do trabalho de orientação sexual, devem abranger a transversalidade do tema nas diferentes áreas do ensino, um planejamento claro e específico, sendo de acordo com o recomendado nos PCNs (BRASIL, 2000), que também salienta a participação dos pais, referida pelas professoras B e C, como aspecto importante e fundamental no processo de orientação sexual, pois incentiva o processo de corresponsabilidade, assim como a implementação do trabalho de orientação sexual, com a promoção de reuniões com os que compõem a escola (professores, alunos, pais), e a construção de vínculos entre os professores, que segundo Silva (2002) possibilita aos mesmos o reconhecimento de seus vários papéis, das diferenças e aprendizados da possibilidade de conviver com eles. Este autor situa o planejamento como essencial neste

processo, por predispor o profissional numa postura aberta, para compreender o processo que será desencadeado junto aos seus alunos, e que esse planejamento seja integrado com a proposta pedagógica geral da escola.

Outras estratégias também foram referidas para o desenvolvimento do tema da orientação sexual, como demonstram os seguintes depoimentos:

[...] Promover palestras que informem tanto o aluno como os professores. Trazer profissionais especialistas na área, trabalhar com dados estatísticos a respeito da orientação sexual, de forma que o alunado esteja mais informado porque é um tema que está sempre na mídia e que vem sendo trabalhado tanto pela saúde como pela educação (P. D).

[...] Pode-se desenvolver este trabalho contratando profissionais de saúde, para fazer palestras na escola para os alunos e professores e tentar capacitar professores para eles se prepararem para dar esse tema na sala de aula (P.E).

[...] Através de palestras. Ela vai conscientizar o seu quadro discente (P. H.).

Para os professores (D, E, H), a estratégia a ser utilizada pela escola seria as palestras sobre os temas referentes à sexualidade, ministradas por profissionais especialistas na área, para informar os alunos e também professores sobre o tema.

Estas falas revelam o despreparo destes professores para trabalhar o assunto, assim como a equivocada compreensão de que apenas a informação extraída de procedimentos esporádicos como as palestras, é suficiente para possibilitar a adoção de comportamentos preventivos pelos alunos.

A Orientação sexual como tema transversal proposto pelos PCNs (BRASIL, 2000), deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica, cujo objetivo além de transmitir informações, é problematizar questões e ampliar o leque de conhecimentos e opções referentes à sexualidade, incluindo posturas, ideologias, crenças e tabus, propiciando debates e discussões a ela relacionadas para que o aluno escolha seu caminho, constituindo-se em um processo formal e sistemático que envolve um espaço no currículo escolar, diferenciando-se assim de um fenômeno episódico, como uma palestra realizada por especialistas (médicos, psicólogos, enfermeiros, dentre outros profissionais) ou de uma abordagem esporádica (feira de ciências, gincana ou algo dessa natureza), assim como informar aos alunos dados estatísticos sobre os casos de infecção das DSTs, HIV/AIDS, como referido pelo professor D, sem considerar um questionamento mais amplo sobre o sexo e seus valores, seus aspectos preventivos para o indivíduo como forma de exercício da cidadania.

Conforme explicitado nos PCNs (2000), o trabalho de orientação sexual não deve limitar-se à veiculação de informações de caráter puramente biológico ou preventivo, no que se refere somente ao controle das DSTs, gravidez na adolescência e outros

inconvenientes sociais, ao contrário, exige planejamento e intervenção por parte do profissional de educação, de forma contínua e integrada, tendo em vista a necessidade de se recorrer a um conjunto de conhecimentos relativos a diferentes áreas: Filosofia, História, Antropologia, Sociologia, Biologia, Psicologia e outras mais, assim como, a abordagem das diversas mensagens transmitidas pela mídia (TV, revistas, *internet*, jornais), família, amigos, escola e sociedade, auxiliando o aluno a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão.

Concordando com a literatura consultada, pode-se afirmar que não existe uma exigência profissional específica para alguém exercer o papel de orientação sexual. No entanto, conforme crença dos estudiosos, a escolha mais adequada tem sido o próprio professor, e não necessariamente o professor de ciências e biologia, pois como exposto por Lopes (2010); Barbosa (2002), Dadoorian (2000), em se tratando da sexualidade, o conhecimento do corpo é importante, mas insuficiente para mudança de práticas e atitudes, além disso, a formação na área de Ciências Biológicas não garante que este professor tenha atitude e postura para ser um bom orientador sexual.

Para esta abordagem, dar-se preferência por aquele professor que tem maior empatia pelo aluno, que em sintonia com a sua linguagem seja capaz de exercer autoridade com afetividade e não com autoritarismo, que tenha receptividade e abertura com os alunos e se interesse pelo tema, considerando-se que é o professor que convive com seus alunos, muitas vezes diariamente, e que conhece a forma como vivem em grupo, seus conflitos, interesses, dentre outros.

A estratégia indicada pelos professores D, E, H, como enfatizado por Sayão (1997), já se tornou comum em grande parte das escolas do país, que se valem da convocação de médicos, psicólogos, enfermeiros, dentre outros especialistas, com atuações pontuais que certamente, alcança um grande êxito, mas momentâneo, uma vez que aos poucos vai se diluindo e se perdendo no tempo; por não se constituir em um processo, firmando assim, mais uma vez que a orientação sexual não pode constituir-se só em informações, que é apenas um dos seus componentes, mas compreende a modificação de atitudes, portanto algo mais amplo, para o qual a intervenção não pode resumir-se a atuações esporádicas, de cunho preventivo, como habitualmente ocorre em grande parte das escolas do país.

Cabe ainda focalizar como estratégia positiva a capacitação dos professores, preparando-os para a abordagem do tema em sala de aula, referida pelo depoente E, pois conforme postulados nos PCNs (BRASIL, 2000) e por Figueiró (2006), o investimento na formação dos professores é uma das alternativas importantes para que se inclua a orientação sexual na escola.

Discorrendo sobre o assunto, Silva (2002), diz que o trabalho de orientação sexual com professores e professoras, em nível de formação, propicia o aprofundamento do conceito de sexualidade, bem como uma nova forma de lidar com os conteúdos, com as situações de sala de aula e com o relacionamento no âmbito escolar.

Para este autor, a capacitação de professores para o trabalho de orientação sexual produz mudanças que se refletem de alguma forma em sua ação pedagógica e relação professor aluno. Entretanto, tais mudanças não ocorrem com todos os professores e nem no mesmo nível de intensidade, posto que, alguns apresentam mudanças significativas e consolidadas por se encontrarem insatisfeitos com o próprio trabalho e preocupados em atender às questões mais próximas da vida de seus alunos, como demonstrado na pesquisa que realizou com professores em uma escola municipal de Campinas (SP), tendo como fio condutor o trabalho em torno das questões ligadas à sexualidade humana na e da escola.

Pode-se assim dizer que a capacitação/formação é fator importante para o processo de trabalho de orientação sexual na escola, assim como é da mesma forma o reconhecimento por parte do professor da importância de se trabalhar a sexualidade na escola, conhecer a proposta dos PCNs e incluir em sua prática pedagógica a discussão desse tema, sendo negativados tais aspectos nos depoimentos de uns dos professores entrevistados, quando solicitados a apontar estratégias que a escola deveria trabalhar para desenvolver o tema de orientação sexual.

[...] Não há estratégias, se há eu desconheço, apenas se faz um planejamento de rotina tradicional, estes temas transversais não são abordados aqui na escola (P.F.).

O professor F revela assim que a escola somente trabalha conteúdos tradicionais, relegando a exclusão o debate inevitável e inadiável como o da sexualidade humana, e as recomendações dos PCNs (BRASIL, 2000), que concebem o tema como parte integrante na formação do educando em todos os níveis de aprendizagem e que sua abordagem deve ocorrer dentro da programação, por meio dos conteúdos, ou seja, transversalizados nas diferentes áreas de ensino, e extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema.

Contudo, cabe ressaltar, a luz da percepção de Sayão (1997), que não resta dúvida que a escola desempenha uma função na orientação sexual dos seus alunos. Entretanto, o grande problema é que os docentes, assim como o professor F, representantes diretos entre os jovens, nem sempre se dão conta disso em suas ações individuais e/ou coletivas. Como mediador do trabalho de orientação sexual, cabe ao professor disponibilizar-se para lidar com o tema e comprometer-se em atualizar-se com

informações referentes à sexualidade e levar isso para discussão no processo de planejamento escolar.

A maioria dos docentes questionados se acha preparados para desenvolverem a temática da sexualidade em sala de aula, pois, justificaram positivamente suas respostas, quando entrevistados, sobre a participação nas oficinas desenvolvidas na escola através do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), acionada pelo Ministério da Saúde e Educação em parceria com UNESCO, UNICEF e UNIFPA, e por outras capacitações desenvolvidas, que lhes proporcionam informações no campo da orientação sexual, como relatado nos seguintes depoimentos:

[...] Sim. Eu participei de oficinas voltadas para esse assunto que foram realizadas aqui em Curralinhos, ocasião em que foi esclarecido, e muito bem explorado o tema, transmitindo muita informação. E além desses já li alguns livros sobre o tema (P. B).

[...] Sim. Já tive algumas capacitações de 20 e 40 horas dentro do tema e me acho preparado para trabalhar em sala de aula (P.E.).

Estes relatos revelam que a participação em oficinas e capacitações referentes à orientação sexual possibilitou-lhes o preparo necessário para intervir em sala de aula em relação ao tema, indo de encontro ao exposto por Silva (2002), ao referir-se às mudanças advindas com a capacitação dos professores as quais se refletem de alguma forma em sua ação pedagógica.

Também as informações sobre sexualidade veiculadas na mídia (TV, *internet*, revistas) e sua circulação de forma ampla e aberta nos dias atuais, foi considerada como fator determinante para justificar a necessidade do preparo do professor para desenvolver a temática da sexualidade em sala de aula, como se verifica na seguinte fala:

[...] Sim, pois a sexualidade está cada vez mais ganhando espaço na forma de ser explorada (P. D.).

Para o professor (D), o fato do acesso cada vez mais acrescido propiciado pela abertura à exploração do tema relacionado à sexualidade remete a necessidade do preparo do professor para não só problematizar o conteúdo veiculado pelas fontes que são mais utilizadas pelos alunos para obter informações sobre a temática da sexualidade, mas também porque ao professor é exigido um bom nível de conhecimento sobre determinados conceitos e características da sexualidade humana, que são essenciais para a discussão dos temas relacionados, como enfatizado pela literatura revisada.

O trabalho de orientação sexual na escola como prescrito nos PCNs (BRASIL, 2000) exige uma atenção diferenciada, especialmente por tratar-se de uma abordagem que

suscita um olhar amplo para as manifestações de uma população que se insere numa fase da vida considerada conturbada, crítica e de grandes contradições e atritos, como caracterizada pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2005; 2009), que exige do profissional de qualquer área da educação, dedicação, disponibilidade e planejamento como enfatizado nas seguintes falas de professores que também se consideram preparados para desenvolver o tema na sala de aula:

[...] o preparo do profissional vem da dedicação que ele tem com o trabalho, na disponibilidade da leitura, da efetivação de um bom planejamento. Em se tratando de um público jovem, com o qual nós trabalhamos, é necessário que o professor busque conhecimento e também estratégias para melhor trabalhar esse tema em sala de aula (P.A.).

[...] A sexualidade é um tema que precisa ser trabalhado em qualquer disciplina. Basta que o professor quando surgir determinado assunto na sala de aula, explicar e trazer o conhecimento, abrindo a questão às perguntas (P.C.).

[...] Eu procuro me informar. E quando os meus alunos precisam e chegam até mim, eu tenho sempre aquela formazinha de tirar as dúvidas deles (P.H.).

De acordo com estas falas, a abordagem da sexualidade é essencial, e exige do professor adequado preparo para lidar com o assunto e dizimar as dúvidas trazidas pelos alunos, incluindo o tema na programação dos conteúdos das disciplinas dispostas no currículo escolar ou conforme solicitação da turma, como recomendado nos PCNs (BRASIL, 2000).

Além destes professores que afirmaram estarem preparados para desenvolver a temática da sexualidade na sala de aula, os demais professores investigados também se manifestaram, porém contrariamente ao posicionamento afirmativo, revelaram não se acharem preparados para o exercício da atividade referida, como se verifica nos seguintes depoimentos:

[...] Não, a respeito desse assunto eu não me sinto preparado porque precisa de um aprofundamento nessa área e minha área é língua portuguesa, portanto não interage (P. F.).

[...] Não. A gente nunca está preparada definitivamente para trabalhar. Sempre quando surge perguntas sobre sexualidade, você fica sem saber nem por onde começar, mas você sempre encontra uma forma, até chegar ao ponto principal. Porque são adolescentes, às vezes até crianças na faixa etária de oito, nove anos e você fica sem saber como fazer para não ir diretamente ao assunto da sexualidade (P.G.).

O relato do professor F demonstra uma incompreensão quanto à forma de abordagem do tema da orientação sexual, pois o mesmo evidencia o desconhecimento quanto ao postulado nos PCNs (BRASIL, 2000) que neste novo contexto educacional a

orientação sexual deve ser abordada de forma pulverizada nas disciplinas que integram o currículo escolar, pois como também enfatizado por Lopes (2010), os saberes relativos ao tema não se restringem ao conhecimento sobre o corpo e seu funcionamento e a informações de cunho preventivo, e não tão somente se integra as disciplinas de Ciências e Biologia.

Já a professora G demonstra insegurança para abordar o tema, e sente-se um tanto desconfortável para falar sobre sexualidade, especialmente com crianças e adolescentes, para os quais, na sua percepção, é difícil de proceder a respeito, indicando que o assunto para a mesma ainda é um tabu, deixando transparecer que a sexualidade se reduz ao corpo e seu emprego mecânico, ou seja, restrita a prática sexual e não as significações e percepções que os sujeitos atribuem ao corpo e ao seu uso, pois conforme Barbosa (2002); Dadoorian (2000); Silva (2002), dentre outros autores que embasam este estudo, falar de sexualidade é estabelecer um diálogo sobre a prática sexual, perpassando esta prática, tendo-se em vista que ela inicia-se antes do ato sexual propriamente dito. A sexualidade está presente em todas as fases da vida, sendo aprendida em todas as interações da criança, do adolescente e do adulto com a sua cultura.

De acordo com Barbosa (2002), no cotidiano da vida escolar a forma de compreender a construção da sexualidade envolve todos os profissionais da educação e por isso, necessita que esse seja também um tema a ser discutido e vivenciado pelos mesmos, aos quais cabe o papel de problematizar as dúvidas, as ações e comportamentos trazidos pelos alunos, sem medo, sem prévio julgamento, como propõem os PCNs (BRASIL, 2000), e nos quais é assinalado que a sexualidade seja tratada como um tema de pesquisa e de estudo para a compreensão das relações humanas que ocorrem no cotidiano escolar, para o discernimento da busca do prazer e da lida com a realidade.

Neste sentido, acrescenta Figueiró (2006) que o trabalho realizado pelos professores relativo à orientação sexual constitui um processo formal e sistematizado, exigindo uma intervenção planejada. Os temas de orientação sexual podem ser diluídos na programação das disciplinas curriculares ou extra programação, ou seja, dentro ou fora do plano de ensino.

Investigados a respeito da forma que incluem seus conteúdos relativos à orientação sexual enquanto tema transversal, ao elaborarem seu plano de ensino, os professores deram respostas diversificadas: adequação do conteúdo e esclarecimentos à medida que os alunos solicitados responderam e de acordo com suas respostas foram citadas:

[...] fazendo uma adaptação, uma adequação do conteúdo que pode levar as mais diversas formas de exposição, com vídeos, com documentários, análises estatísticas, e entrevistas (P.A.).

[...] a medida que os alunos perguntam, a gente vai esclarecendo juntamente com o assunto já preparado, já pré-organizado, que vem nos livros didáticos (P. B.).

Estes professores (A, B) relataram adequar o conteúdo de suas disciplinas como temas da sexualidade, da mesma forma dos professores que trabalham na área de Matemática, Português e Ciências, como seguem respectivamente os relatos:

[...] trabalha com gráficos, tabelas, envolvendo percentagem sobre gravidez precoce, DSTs, e através de panfletos, jornais e gráficos (P. D.).

[...] como professor de português eu sempre procuro um texto que aborde o tema. Depois da leitura do texto a gente faz os comentários e a discussão sobre o tema (P.E.).

[...] principalmente na área de Ciências a gente coloca a orientação sexual, trabalhando textos; em forma de figuras; fazendo pesquisas, e formando sempre grupos de estudos (P. G.).

Segundo estes relatos, os conteúdos relativos à orientação sexual enquanto tema transversal, são contemplados nos seus planos de ensino e trabalhados de forma pulverizada nas suas respectivas disciplinas. Portanto, observou-se que os conteúdos relacionados com temas transversais são abordados como conteúdos específicos de cada disciplina, acrescentando que a professora B, indicou abrir espaço em sua aula para a discussão sobre o tema.

Ao contrário destes professores, também foi revelado para participantes do grupo indagado que os temas transversais não são contemplados em seus planos de ensino.

[...] não abordo, faço o planejamento tradicional específico da minha área: Língua Portuguesa (P.F.).

Assim como este professor, os professores C e H, afirmaram não incluir conteúdos relativos à orientação sexual em seus planos de ensino, mas, indicaram que mesmo excluído em seus planos de trabalho formalmente, descerram em um dos momentos de suas aulas, e quando solicitados pelos alunos para abordá-los:

[...] Só faço os meus planos de aula normais, mas quando eu me deparo com o tema, manifesto pelos alunos na sala, abro espaço para os alunos fazerem perguntas com relação ao tema, e procuro responder da melhor forma possível (P. C.).

[...] Na medida, e me procurando, eu abro um leque no meu horário em sala de aula e exponho o assunto, mas eu não coloco essa parte no meu plano de curso (P. H.).

Os relatos dos professores C e H refletem a disponibilidade em lidar com o assunto, embora não dêem um lugar específico nos seus planos de ensino aos temas transversais. Não se quer dizer com isso que o planejamento não seja necessário, pois como dito por Silva (2002), este é essencial, pois predispõe o profissional para uma postura aberta para entender o processo que será desenvolvido junto aos seus alunos; diferentemente do professor F, o qual não considera que o assunto comporte no conteúdo que ministra e nem mesmo fora do seu plano de curso.

Conforme os professores C e H, questões e situações comuns no cotidiano dos alunos em relação à sexualidade, podem ser discutidas, evidenciando neste contexto, uma afirmativa em relação à outra questão desta pesquisa concernente a existência de situações em que a orientação sexual é trabalhada fora do plano de ensino, também confirmada pelos professores A, B, G, H. Excluindo-se apenas o professor F que negou existirem tais situações que são trabalhadas fora do plano de ensino, e os professores D, E, os quais responderam positivamente a questão, mas não exemplificara.

Os demais professores investigados a respeito deram exemplos de situações que cabem o trabalho de orientação sexual e que presenciam no cotidiano escolar: indagações a questionamentos que os alunos trazem das suas vivências extra escolar trazidas para a sala de aula; conversas em grupos sobre o assunto; perguntas individuais e/ou coletivas advindas dos alunos; conversas paralelas, sobre algum caso de gravidez indesejada, foram exemplos referidos, além das situações já expostas na questão anterior pelos professores C e H.

[...] eu dou aula numa turma de 3º ano e estou ministrando um determinado conteúdo e aí percebo um grupinho de 3, 4 adolescentes conversando sobre alguma inquietação em relação à sexualidade. Ao perceber aquilo mesmo não tendo feito um planejamento, vejo a necessidade de discussão, sem expor o aluno, garantindo a preservação da individualidade de cada um ao trabalhar o conteúdo (P.A.).

[...] Sempre que os alunos estão conversando em grupos, às vezes grupos isolados na sala de aula, a gente escuta que estão falando sobre sexo e naquela oportunidade, nós usamos e fazemos um comentário sobre aquilo que eles estão discordando pra sala inteira (P. B.).

[...] Surgem perguntas quando o adolescente abre o livro e ver uma figura de uma pessoa nua, e surge uma conversinha de um para o outro, então você foge um pouco de sua rotina e vai falar de orientação social (P. G.).

[...] no caso de uma gravidez indesejada, nós orientamos essa pessoa a procurar o posto de saúde para poder fazer um pré-natal adequado para ter uma criança saudável (P. H.).

Estes relatos evidenciaram, que, estes professores se deparam no seu dia a dia escolar com situações que envolvem questões relacionadas a sexualidade. Ao abrirem espaço para a abordagem do tema, os docentes possibilitam aos alunos a formarem opiniões do que lhes é apresentado, desenvolvendo atitudes inerentes com os valores que os mesmos elegerem como seus, ampliando os conhecimentos a respeito da sexualidade, como assinalado pelos PCNs (BRASIL, 2000), a abordagem dos conteúdos de forma flexível no sentido de abranger as necessidades específicas de cada turma, a cada momento é outro ponto acentuado pelos PCNs (BRASIL, 2000), dando visão que o professor também pode abordar temas trazidos pelos alunos e considerando-se ser este o ponto de partida do trabalho de orientação sexual. Este entendimento foi evidenciado na seguinte fala:

[...] o plano de ensino é flexível, se a orientação sexual não estiver inserida neste plano, a gente coloca de uma certa forma para que sejam tiradas as dúvidas dos alunos na hora que surgirem, porque sempre acontece [...] (P.C.).

Observado que questionamentos sobre sexualidade são sempre expressos pelos alunos na escola, cabe aos professores contribuir para que estes adolescentes e jovens possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. De certa forma os relatos dos professores A, B, C, G, H apontam para o início de uma transformação pedagógica, por demonstrarem que nas muitas das situações exemplificados as suas atuações rompem a limitação das atividades formais e ampliam um leque de possibilidades para a formação dos seus alunos.

Segundo já enfatizado por Silva (2002), a capacitação de professores para o trabalho de orientação sexual é capaz de produzir mudanças que se refletem não só na forma de se posicionar, como também na sua ação pedagógica. Isso foi revelado quando solicitado aos professores que respondessem em que o treinamento das oficinas do Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE), pôde contribuir para melhorar as estratégias de aplicabilidade da orientação sexual na escola.

[...] essas oficinas foram a oportunidade dos profissionais vivenciarem na prática as questões relativas à sexualidade. Foi um momento enriquecedor, de discussão real sobre o conteúdo, foi profícuo e realmente proveitoso e vantajoso para a formação do profissional (P. A.).

[...] todas essas oficinas foram bem trabalhadas e trouxeram muitas informações, que se repassadas para os alunos e até em casa, vai contribuir bastante, porque foi realmente enriquecedora (P. B.).

[...] através das oficinas e dinâmicas trabalhadas no treinamento a gente pôde perceber que esta é a forma da gente trabalhar na sala de aula, com

dinâmica e oficinas relacionadas ao tema feito pelos próprios alunos [...] (P.C.).

[...] foram muito produtivas, muito ricas, porque hoje a gente já sente mais segurança quando se depara com situações com a do aluno abrir o livro a ficar sorrindo com aquela figura. A gente já tem mais uma forma para entrar no assunto (P. G.).

[...] melhorou muito, porque muitos professores não sabiam como lidar na sala de aula com o tema sexualidade e depois das oficinas, mostraram-se preparados para lidar com o tema (P. E.).

Estes relatos sugerem que o treinamento das oficinas do SPE, contribuiu para a mudança na forma de pensar e agir sobre, e com o tema sexualidade, confirmando o que afirma Silva (2002), as mudanças não ocorrem com todos os professores e nem no mesmo nível de intensidade, como se pode verificar nos seguintes depoimentos:

[...] foi o primeiro passo e despertou curiosidade. Mas precisaria fazer um planejamento e colocar em prática na escola para dar cabo a esse assunto. Até agora não foi iniciado esse processo (P. E.).

[...] tirando as dúvidas dos professores que tinham e colocando exemplos de como a gente pode trabalhar de uma forma mais simples (P. H.).

Para outro professor, as oficinas contribuíram para que ele obtivesse informações de cunho técnico científico, referentes a “[...] exploração do corpo humano masculino e feminino e nas informações sobre as DSTs e os anticoncepcionais” (P. D.).

Para o professor D, o treinamento das oficinas propiciou o aumento de informações sobre a sexualidade, mas este não deixou claro se a informação recebida lhe propiciou um crescimento de dentro para fora, ou seja, se apenas este repasse foi suficiente para o mesmo assumir novas atitudes, comportamentos nas situações de sala de aula e na forma de lidar com os conteúdos da sexualidade, podendo pressupor que não, tendo por base a consideração de que é a partir do resgate da visão de sexualidade, tomando-a como um processo sócio-histórico que a mudança é operada, e que a compreensão da amplitude do tema, implica a compreensão do corpo como algo também construído incluindo a discussão dos limites, frustrações e vivência do prazer/desprazer, como enfatizado por Silva (2002).

De acordo com Silva (2005) e Lopes (2010), o trabalho de orientação sexual na escola exige dos professores um saber e um saber-fazer consciente por conta do caráter subjetivo da questão. Na prática, no cotidiano de sala de aula, ocorrem situações complexas, principalmente em relação à sexualidade e como parte integrante deste contexto, o professor deve estar preparado para conduzir o trabalho e intervir conforme o que determina a complexidade do assunto.

Neste sentido, os professores deste estudo ao serem questionados sobre as suas estratégias de abordar a sexualidade em sala de aula, com exceção do professor C que não se manifestou e o professor F que declarou não abordar o assunto de orientação sexual em sala de aula, evidenciaram a utilização de estratégias diversificadas que variam de um para o outro, mas que em maioria, predominam as que se restringem ao campo da prevenção, contemplando a formação sobre aspectos biológicos e com base em informações sem aprofundamento das questões como demonstram os seguintes depoimentos:

[...] “eu faço uma adaptação do conteúdo que estou ministrando em relação ao tema sexualidade, proporcionando momentos de discussão, oportunidade aos nossos alunos de tirar as dúvidas em relação a uma sexualidade responsável, sobre a vivência, relatos de casos anteriores e também convidando profissionais da área de saúde que se dispõem a fazer esse trabalho com maestria de forma homérica dentro da escola”. (P. A)

[...] “usando o livro didático para falarmos em funções mais científicas dos órgãos reprodutores e vamos ao longo do tempo comentando de maneira mais detalhada sobre estes órgãos e na oportunidade orientamos esses jovens a isso”. (P. B)

[...] “através de leitura nos livros e exemplificando algum caso que aconteça (...)” (P. H).

Diante destes relatos, identificou-se que os professores sondados parecem se contradizer, pois os mesmos afirmaram se acharem preparados para desenvolver a temática da sexualidade em sala de aula, assim como revelaram contribuição positiva advinda do treinamento das oficinas do Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE).

Entretanto, a professora A, demonstra considerar que o trabalho esporádico de um profissional da saúde é mais significativo e mais eficaz do que as intervenções que realiza em sala de aula, dando espaço para o diálogo, o questionamento, estabelecimento do juízo de valor, e informações significativas para os alunos, indicando desconhecer que como se trata de trabalhos informativos, no máximo o aluno resolve algumas dúvidas, tendo em vista que os profissionais aos quais atribui “forma homérica de trabalho dentro da escola”, na maioria das vezes não tem conhecimento prévio das demandas dos alunos, e que em uma palestra, por exemplo, ocorre a mera difusão de informações, muitas vezes limitada, na medida em que não há continuidade e conhecimento do contexto da escola.

O professor B mostra-se confuso ao referir-se ao trabalho restrito do aparelho reprodutor humano como abordagem da orientação sexual na sala de aula, demonstrando o não entendimento e/ou desconhecimento do significado da expressão tema transversal. Da mesma forma, a professora H, que parte do livro didático com base para difundir o assunto e dando exemplo de algum caso que ocorra, sem indicar o aprofundamento das questões

relativas à sexualidade emanadas dos alunos, tidas como basilares do trabalho de orientação sexual.

Fica subtendido que há uma dicotomia entre teoria e prática, pois se estes professores (A, B, H) acham-se preparados para o trabalho da orientação sexual e que em maior ou menor intensidade mudanças de posturas bem como melhoria na forma de trabalhar foram possibilitadas pelo treinamento das oficinas do SPE, a prática se mostra diferente do proposto pelos PCNs (BRASIL, 2000), que ressaltaram que o trabalho de orientação sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o rol de conhecimento e de opções para que o próprio aluno escolha seu caminho.

Nestas perspectivas se direcionam os relatos a seguir, que enfatizam a abertura ao diálogo, a linguagem usada para que o aluno entenda o conteúdo transmitido, o esclarecimento das dúvidas que o mesmo traz para a sala de aula como estratégias utilizadas:

[...] “começo a falar de forma aberta com os alunos de maneira que os mesmos se sintam seguros ao comentar sobre o tema com seus pais e/ou familiares” (P. D).

[...] “como eu falei antes, através de um texto, ou também quando surgir entre os alunos alguma pergunta e a gente pode responder e partindo disso, abordar o tema” (P. E).

Dos relatos acima, se extrai importantes aspectos referidos nos PCNs (BRASIL, 2000) e nos estudos de Silva (2002) e de Lopes (2010), dentre outros estudiosos do assunto, que diz respeito à postura do professor D, quanto ao esclarecimento das dúvidas dos seus alunos de forma direta e com simplicidade e da linguagem utilizada para que os mesmos possam entender o conteúdo transmitido, assim como a criação de um ambiente de respeito em sala de aula, para que os alunos se sintam seguros e à vontade para se expressar, perguntar, dialogar, com seus pais e/ou familiares sem medo, da mesma forma a abordagem do tema partindo da necessidade da turma em dado momento da aula, como relatado pelo professor E, o qual acata a solicitação dos alunos como ponto inicial dessa abordagem.

Ressalta-se a importância também do entendimento por parte dos professores (D, E), em relação ao que está por trás da demanda de seus alunos, que segundo Barbosa (2002) refere-se aquilo que não é dito, mas que está latente e que pode servir de referencial para o trabalho, visando a não banalização de sua orientação.

A abordagem da sexualidade na escola não é tarefa fácil para grande parte dos educadores. De acordo com o exposto por Barbosa (2002), a questão da sexualidade ainda é um tabu, envolvida num véu de culpas, dúvidas e repressões, necessitando de ser

trabalhada e desmitificada junto aos próprios professores. Estes por sua vez, revelam ter dificuldades em abordar o tema, seja pela falta de preparo, seja pelo próprio desconforto que os mesmos sentem em lidar com a questão da sexualidade.

Em maioria, os professores investigados afirmaram já terem vivenciado alguma dificuldade, na sala de aula, em relação à abordagem no campo da sexualidade. Com exceção de dois professores do grupo: um que declarou “... não, não é muito comum e não me deparei com a situação desse tipo”; (P. F), e outro que respondeu positivamente a questão (P.C), mas solicitado a dizer como, não se pronunciou. Os demais professores relataram suas dificuldades, explicita e/ou implicitamente.

“[...] sempre existe dificuldade. Quando nós falamos dos órgãos masculinos, os adolescentes ficam com vergonha, começam a rir, escondem o rosto, e as meninas riem. Quando nós vamos falar dos órgãos femininos, então elas travam e não perguntam muito sobre o próprio órgão delas. Então fica difícil de você falar às vezes para os homens (...) temos dificuldade para fazer com que elas se sintam mais a vontade”. (P. B)

“[...] ao ser indagado por uma aluna que me perguntou qual o dia fértil da mulher e eu não tinha preparo suficiente para dar essa resposta” (P. D)

“[...] muitas vezes o professor não está preparado para responder a pergunta do aluno. Geralmente, a professora de outra área pede para o aluno perguntar ao professor de ciências, às vezes por falta de informação e às vezes por não estar por dentro do tema”. (P. E)

“[...] crianças de 9 (nove) anos de idade e despertando para a sexualidade e a gente tem dificuldade de saber como vai lidar com aquela criança, para não traumatizar, para não frustrar aquela criança no futuro” (P. G).

“[...] no caso de uma aluna grávida. Eu tive que conversar com ela orientando e pedindo para ela procurar uma orientação melhor no posto de saúde” (P. H).

Estes relatos indicam que as dificuldades vivenciadas pelos professores em sala de aula convergem para a dificuldade dos mesmos em lidar com as questões da sexualidade.

Como apontado por Sayão, referido por Lopes (2010), as dificuldades foram decorrentes de incômodos sentidos por alguns desses professores de passar esse conteúdo para os alunos, principalmente porque durante a aula, os alunos manifestam-se com piadas, sorrisos, cochichos e perguntas de toda ordem, e contê-los constitui-se em tarefa estafante.

Também, indicando que os professores demonstraram que as dificuldades foram geradas por não saberem como se aproximar de seus alunos no momento de abordar o tema, por não considerar-se preparado para isso, e/ou pelo entendimento de que o sexo é uma propriedade do mundo adulto, distante da criança e do adolescente, este condizente a

uma vertente do sexismo, que conforme Xavier Filha (2000, *apud* Barbosa, 2002) é uma das cinco formas de abordagem da sexualidade entre profissionais no interior da escola.

Ainda em relação a esse questionamento referente às dificuldades, o relato de uns dos professores chamou a atenção pelo fato de afirmar que existem as dificuldades na escola, e que, exatamente por isso momentos de discussão, de socialização e de experiências proporcionados pelo Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE), são de suma importância. Entretanto, solicitado a expor a dificuldade vivenciada na sala de aula, em relação à abordagem no campo da sexualidade, exemplificou:

“[...] uma adolescente que encontra-se grávida, ela teve um início de uma vida sexual e se a escola tivesse percebido e falado com ela, dado as informações científicas preciosas, talvez essa gravidez precoce pudesse ter sido evitada” (P. A)

Este exemplo leva a pressupor que a professora A percebe a orientação sexual como forma de repressão e punição, pois pela fala desta pesquisada, é como se o objetivo da orientação sexual fosse impedir a adolescente de praticar o ato sexual, quando ao contrário, conforme sinalizam os PCNs (BRASIL, 2000), é orientar os adolescentes para que estes quando iniciarem a vida sexual tenha conhecimento das práticas de sexo protegido e procurem orientação para a adoção de métodos contraceptivos seguros.

Segundo enfoque de Dadoorian (2000), na sociedade contemporânea brasileira a gravidez na adolescência é vista como intolerável e indesejada, decorrente da falta de informação sexual dos jovens com relação ao uso de contraceptivos, ideia essa que embora muito difundida, não leva em conta a complexidade da questão, a qual perpassa o limite da desinformação sexual.

Para a referida autora, não se pode falar de falta de informação, mas sim de falta de formação, tendo em vistas que o fornecimento do conhecimento sobre as questões referentes à fisiologia sexual e às práticas contraceptivas consiste numa política insuficiente e pouco eficaz para evitar as graves consequências que daí advém. Sob a ótica que a gravidez na adolescência é indesejada, não se leva em conta a valorização do discurso da adolescente sobre a sua gravidez, fato que poderia explicar o insucesso de diversos projetos de orientação sexual, visto que os sentimentos (desejos, fantasias) dessa população em relação a sua gravidez são relegados à segundo plano.

De acordo com Lopes (2010), é necessário considerar que a discussão sobre sexualidade em sala de aula requer o repensar e questionar constantemente a respeito dos seus valores e convicções, no sentido de eliminar posturas eventualmente inadequadas, para que sejam oportunizado ao adolescente a livre expressão, a qual deve ser respeitada, assim como os valores que este tem como seus, reconhecendo as particularidades do contexto em que o mesmo se encontra.

Neste sentido, Silva (2002) diz que, na prática, isto se traduz numa participação efetiva do adolescente na totalidade de momentos que se processa o trabalho de orientação sexual, que se estende do planejamento até a avaliação, haja vista que o interesse do aluno e suas necessidades são a verdadeira causa do programa, e devido a isso todo o processo educativo irá ter como norte a voz desse aluno.

A experiência realizada com um grupo de professores no trabalho de orientação sexual levou Silva (2002) à convicção da importância de abertura de espaços para a abordagem da sexualidade em todas as escolas do país. Para este autor, nos dias atuais, toda e qualquer escola brasileira tem a possibilidade de incluir a orientação sexual no seu currículo e de enquadrá-la no seu quadro de horário, em conformidade com seu planejamento pedagógico.

Nas escolas X e Y de Curralinhos-PI, a possibilidade referida por Silva (2002) foi identificada por seis dos professores do grupo pesquisado, os quais disseram perceber que a escola dá abertura para o trabalho direcionado à questão da sexualidade, sendo citado que esta abertura abrange também outros temas transversais, e se amplia no sentido de possibilitar a participação ativa dos educandos no processo ensino-aprendizagem, como se confere nos seguintes relatos:

“[...] Sim. A escola dá abertura a esse trabalho com o tema sexualidade e também com muitos outros temas transversais que perpassam o currículo (...) à medida que a escola se abre para receber todos os profissionais dos mais diversos campos, que estejam dispostos a contribuir com a formação integral dos nossos alunos”. (P. A)

“[...] Sim. A escola sempre foi aberta para gente trabalhar os temas que forem adequados: sexualidade, droga, violência, todos os temas. Eu sempre tive oportunidade de falar e trabalhar esses temas”. (P.B)

“[...] Sim. A escola facilita pra caramba a questão do tema sexualidade” (P.C)

“[...] Sim. Com toda certeza (...) na melhoria do ensino e aprendizagem de seus alunos e na qualidade do trabalho dos professores e de forma geral dentro da sociedade do município” (P. D)

“[...] Sim. A escola já trouxe alguns profissionais para orientação de como trabalhar o tema. A escola sempre esteve à disposição para gente trabalhar esse tema”. (P. E)

Um dentre estes professores que afirmaram perceberem a abertura dada pela escola ao trabalho com orientação sexual, justifica a forma de atendimento individual que viabilizam os diretores da instituição.

“[...] Sim. Ela ajuda sempre que a gente está com dificuldade. A gente procura a direção da escola e eles orientam, às vezes até em uma forma de como trabalhar aquela criança, aquele adolescente” (P. G).

Na percepção desta depoente, as escolas X e Y proporcionam abertura para trabalhar a sexualidade porque faz um atendimento pessoal, sigiloso com os alunos quando estes apresentam comportamentos tidos como inadequados, revelando neste contexto, que esta professora relaciona o tema ao estabelecimento de normas e condutas a serem cumpridas pelos alunos, ficando subentendida que a mesma distorce o conceito do que seja orientação sexual, e não vê com clareza que a função da escola se cumpre na medida em que ela oportuniza a criação de um espaço para o trabalho de orientação sexual, como exposto nos PCNs (BRASIL, 2000).

Da totalidade do grupo investigado, dois professores indicaram em seus relatos não estarem convictos em relação a esta questão:

[...] acredito que sim, mas não há planejamento para isso. Acho que a escola é aberta a qualquer trabalho nessa área, mas não há orientação por parte dos pedagogos para implementar isso aqui na escola". (P.F)

"[...] a escola prepara palestra, mas não é direto, uma vez por ano. Mas nem sempre ela dá essa abertura não" (P.H).

Embora sugira acreditar e achar que a escola abre um espaço para o trabalho de orientação sexual, seja dentro da programação, ou extra-programação, o professor F demonstra incerteza quanto à viabilidade do trabalho de orientação sexual justificando-a pela não contemplação do tema no planejamento escolar e pela falta de orientação dos coordenadores pedagógicos para despertar e motivar esses profissionais para uma atuação diferente do que vem sendo feita tradicionalmente, e por fim, viabilizar esse trabalho na escola de forma contínua e sistemática.

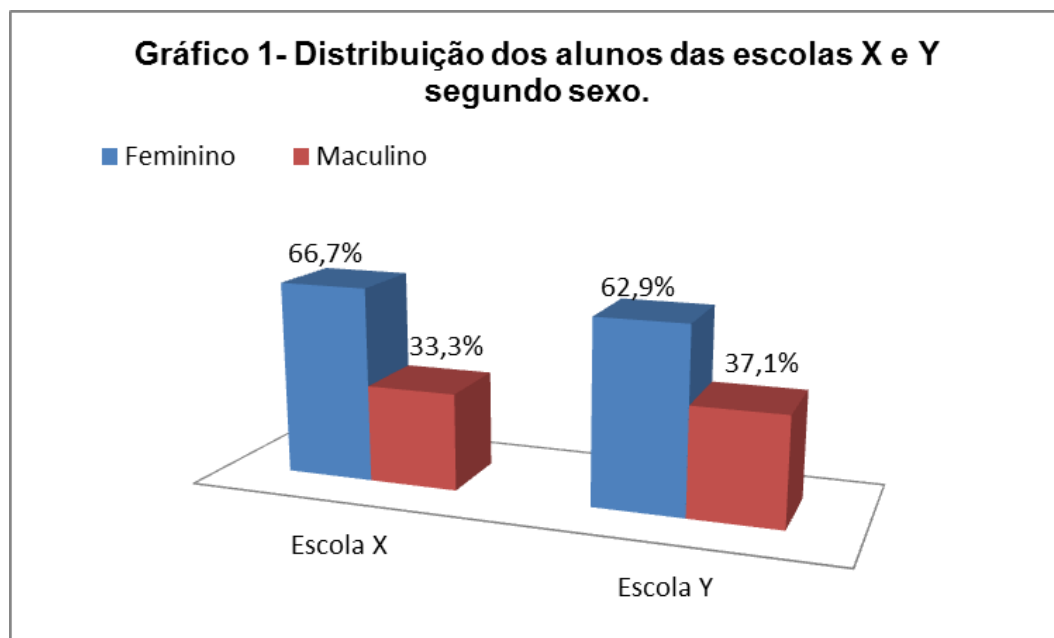
Já a professora H, demonstra perceber abertura parcial por parte das escolas, devido ao reduzido número de palestras que ocorrem durante o ano, levando a subentender que a palestra sobre qualquer um dos itens da prevenção já as definem como comprometidas com esse trabalho. Sobre estes aspectos, Figueiró (2006) entende que para a execução de um trabalho de orientação sexual de fato, é necessário que haja uma atuação interdisciplinar dos professores que devem reunir-se e planejar em conjunto para dar conta de um ensino sistematizado das várias temáticas da sexualidade. No entanto, a iniciativa de se abordar a sexualidade na escola, deve partir do próprio professor, significando dizer que mesmo que este tenha uma formação adequada, tenha participado de inúmeras capacitações que lhes possibilitem uma preparação, a efetivação desse trabalho, implica em o professor se sentir a vontade para fazê-lo.

Outro ponto destacado por Figueiró (2006) é que a forma como está estabelecida a orientação sexual (transversalmente) deve fazer ver e sentir, de maneira

definitiva aos profissionais da educação que o trabalho com a temática na escola, cabe a eles próprios, no contexto do ensino que se processa diariamente e não a profissionais que venham de fora para dar palestras e/ou cursos breves para o corpo discente.

3.2.2 Percepção dos Alunos quanto à Orientação Sexual nas Escolas X e Y

Foram sujeitos da pesquisa 54 alunos da escola X e 62 alunos da escola Y de ambos os sexos, conforme indicam os gráficos a seguir:



Fonte: Pesquisa direta, 2011.

Conforme os dados do gráfico 1, há predominância do sexo feminino 36 (66,7%), dentre os alunos pesquisados da escola X. O sexo masculino representou um percentual de 18 (33,3%) deste grupo.

Na escola Y, a distribuição dos 62 alunos envolvidos na pesquisa demonstrou semelhança quanto ao resultado obtido na escola X, em relação à predominância do sexo feminino 39 (62,9%) sobre o sexo masculino 23 (37,1%) conforme constatado pelos dados do gráfico 1, apresentado acima.

Esses resultados evidenciam situação diversa da que ocorria na Europa e no Brasil do século XIX, período em que, querendo de alguma forma pretendendo controlar a

sexualidade das crianças, meninos e meninas eram matriculados em escolas separadas, nas quais havia educação diferenciada e conforme a idade das crianças.

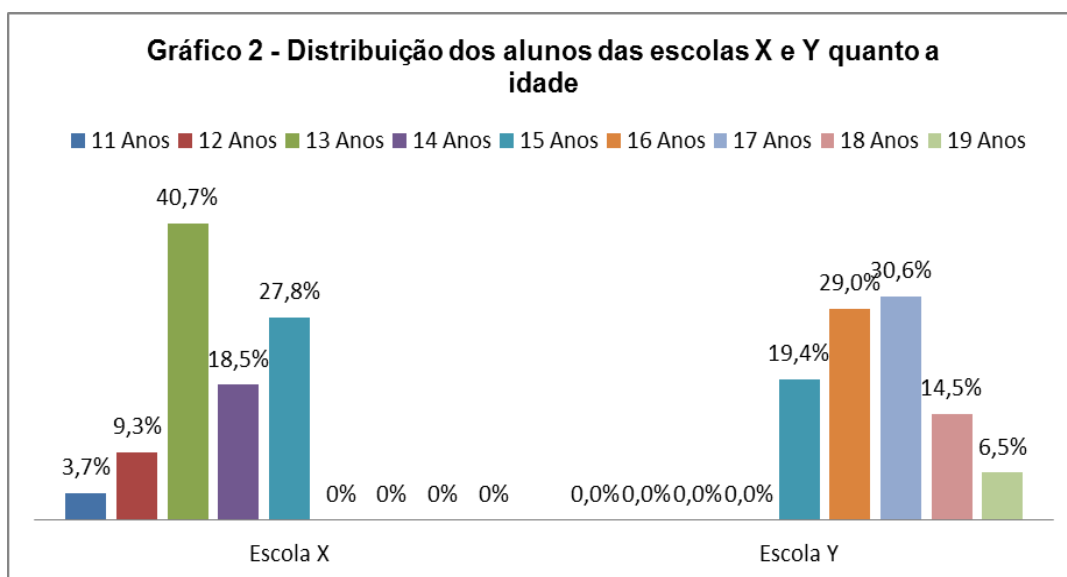
Acrescentando-se ainda, conforme relato de Felix López (*apud* Silva, 2005), que nesta sociedade patriarcal a maioria das mulheres eram analfabetas, e somente puderam fazer parte da instrução pública a partir de 1827, quando passou a vigorar a primeira Lei Imperial sobre o ensino. Entretanto, esta lei estabelecia que as meninas devessem aprender a ler, escrever, fazer as quatro operações básicas de matemática, costurar e bordar, ficando a instrução secundária (hoje, segundo nível do ensino fundamental) somente para os meninos, estabelecendo papéis distintos para o sexo masculino e para o sexo feminino.

Nos anos iniciais do séc. XX foi requerida uma mudança no papel exercido pela mulher devido aos novos valores trazidos pela urbanização e o avanço do capitalismo e neste contexto, foram realizados congressos defendendo programas de orientação sexual nas escolas para crianças com idade superior a 11 (onze) anos, emergindo assim, a ideia de que o espaço escolar seria um local apropriado para a discussão sobre os conhecimentos referentes à área da sexualidade.

Embora não oficializada em Lei Federal, a orientação sexual foi paulatinamente sendo implantada no sistema educacional brasileiro, e principalmente as meninas e suas mães recebiam orientações sobre as mudanças sexuais que ocorrem na puberdade, gravidez e parto quando solicitavam, pois segundo Guimarães (1995) em primeira instância, as mulheres eram os alvos da orientação sexual escolar e nesse modelo, o papel de macho, do sexo forte e viril do homem consolida-se.

Referindo-se as meninas do século XIX, Dadoorian (2000) dá vista às etapas do desenvolvimento rigidamente respeitadas, sendo ainda prescritas as adolescentes uma educação moralista, ditada pela autoridade materna, e para as quais o papel social destinado restringia-se ao casamento e à maternidade entre os seus 15 e 16 anos. Entretanto, o seu papel social amplia-se com as mudanças ocorridas na segunda metade do século XX, incluindo os estudos e a profissionalização.

Nos dias atuais, tanto os adolescentes como as adolescentes iniciam precocemente a atividade sexual. Segundo Dadoorian (2000) uma pesquisa sobre a saúde reprodutiva do adolescente brasileiro realizada pela fundação *Pathfinder* junto com a UNICEF e o Ministério da Saúde em 1996, evidenciou experiência sexual antes do casamento, por jovens entre 15 a 24 anos, destacando como idade média da primeira relação sexual das mulheres no Brasil 16,4 anos, tendo como parceiros geralmente o namorado ou noivo. Para o sexo masculino a idade da primeira relação sexual é de 15,3 anos e em geral, ocorre com as amigas e/ou com a namorada.



Fonte: Pesquisa direta, 2011.

Os dados do gráfico 2 confirmam que a maior quantidade de alunos pesquisados na escola X, corresponde à faixa etária de 13 anos 22 (40,7%), seguida pelos que se encontram na faixa etária de 15 anos 15 (27,8%); 14 anos 10 (18,5%); 12 anos 5 (9,3%) e 11 anos 2 (3,7%), respectivamente.

Observou-se que os alunos da escola X, abrangidos pela pesquisa, se inserem na fase da adolescência, em concordância com a faixa etária delimitada pela Organização Mundial da Saúde – OMS (10 a 19 anos) também adotada pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2005).

Na escola Y, a distribuição dos alunos quanto à idade é visualizada no gráfico 2, assim dividida: 17 anos 19 alunos (30,6%); 16 anos 18 alunos (29,0%); 15 anos 12 alunos (19,4%); 18 anos 9 alunos (14,5%); 19 anos 4 alunos (6,5%).

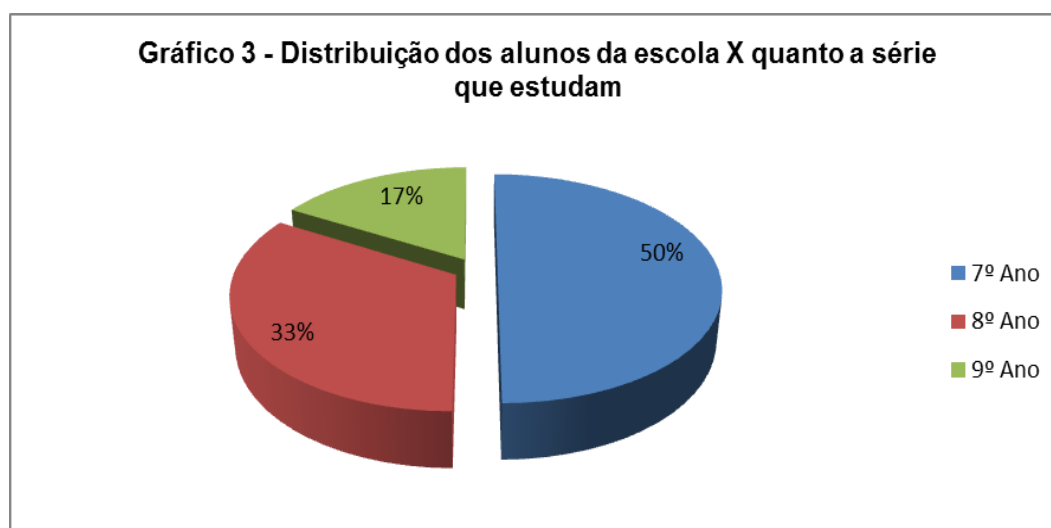
Como exposto acima, a OMS considera a adolescência a segunda década da vida (10 a 19 anos), expondo em acréscimo que dos 15 aos 24 constitui-se em período da juventude, subdividindo-se em duas fases: adolescentes jovens (15 a 19 anos) e adultos jovens (20 a 24 anos), podendo-se dizer que o grupo de alunos, sujeitos desta pesquisa na escola Y se inserem na fase adolescente jovens, adotada também pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2005) o qual põe em destaque que a relação sexual é um rito de passagem envolvendo distintos trânsitos entre a adolescência e a juventude, e que esta vem sendo exercida cada vez mais cedo entre a população jovem.

Segundo consta na literatura revisada, nesta fase da vida humana ocorre alterações significativas, incluindo o crescimento físico e a transição psicossocial. Dadoorian (2000) caracteriza a adolescência como processo de crescimento e desenvolvimento humano em que são observadas rápidas e substanciais mudanças na vida e nos corpos

infantis, e mais que somente a passagem da infância para a idade adulta, envolve um conjunto amplo de transformações físicas, psicológicas e sociais e cujo processo de transformação e elaboração pode fragilizá-los de diferentes maneiras e intensidades, tornando-os mais vulneráveis para uma série de riscos, e especialmente para as jovens, posto que, a adolescência é uma fase que lhes impõem uma forte pressão para se afastarem do seu próprio eu a fim de adotarem os padrões predeterminados socialmente para a mesma, principalmente dos 14 aos 17 anos.

Além disso, como frisado por Dadoorian (2000), hoje a adolescência é uma fase particularmente difícil para as adolescentes jovens, porque na sociedade vigente estas são mais facilmente expostas a situações de violência (agressões físicas e sexuais como nos casos de estupro e assédio sexual) e a ambientes hostis, nos quais se inclui a própria escola.

Os alunos da escola X envolvidos na pesquisa foram os que cursavam do 7º ao 9º ano do ensino fundamental. No gráfico 3 verifica-se a distribuição destes alunos nestes três níveis do ensino fundamental, sendo que o maior percentual de alunos foi obtido no 7º ano 27 (50%); seguido pelo 8º ano 18 (33%) e 9º ano 9 (17%) respectivamente.

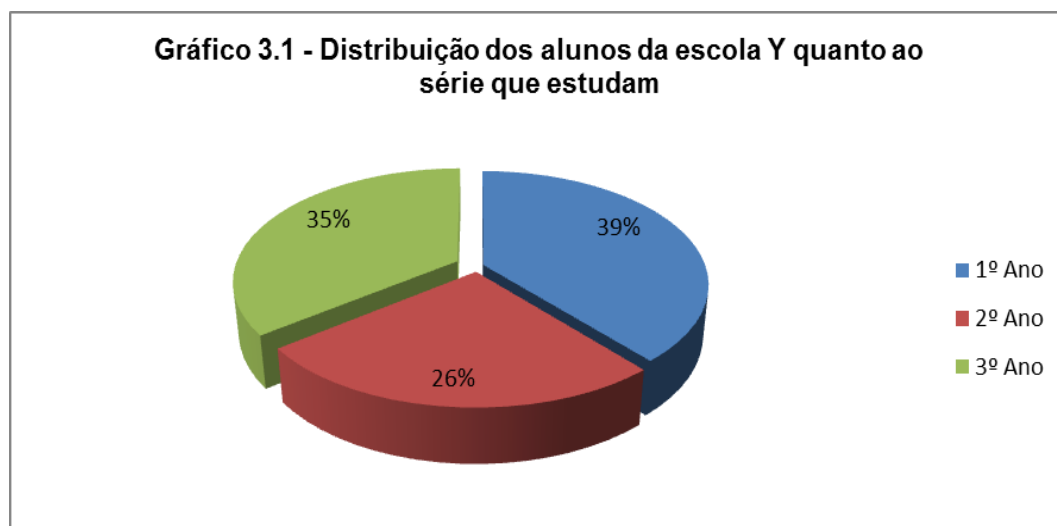


Fonte: Pesquisa direta, 2011.

Para estas séries do ensino fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000), recomenda o desenvolvimento de um trabalho de orientação sexual, cuja metodologia inclua a transversalidade e o espaço específico. Este trabalho é destinado ao ensino fundamental que os PCNs (BRASIL, 2000) denominam de orientação sexual o qual busca preencher lacunas nas informações que estes alunos apresentam, proporcionando informações atualizadas do ponto de vista científico, dando-lhes oportunidade de formarem opiniões do que lhes é apresentado, desenvolvendo atitudes coerentes com os valores que

eles elegerem como seus, ampliando os seus leques de conhecimentos a respeito da sexualidade humana e nesse seguimento, combater tabus e preconceitos, abrindo espaços para discussões de emoções e valores, considerados elementos fundamentais para a formação de indivíduos responsáveis e conscientes de suas responsabilidades.

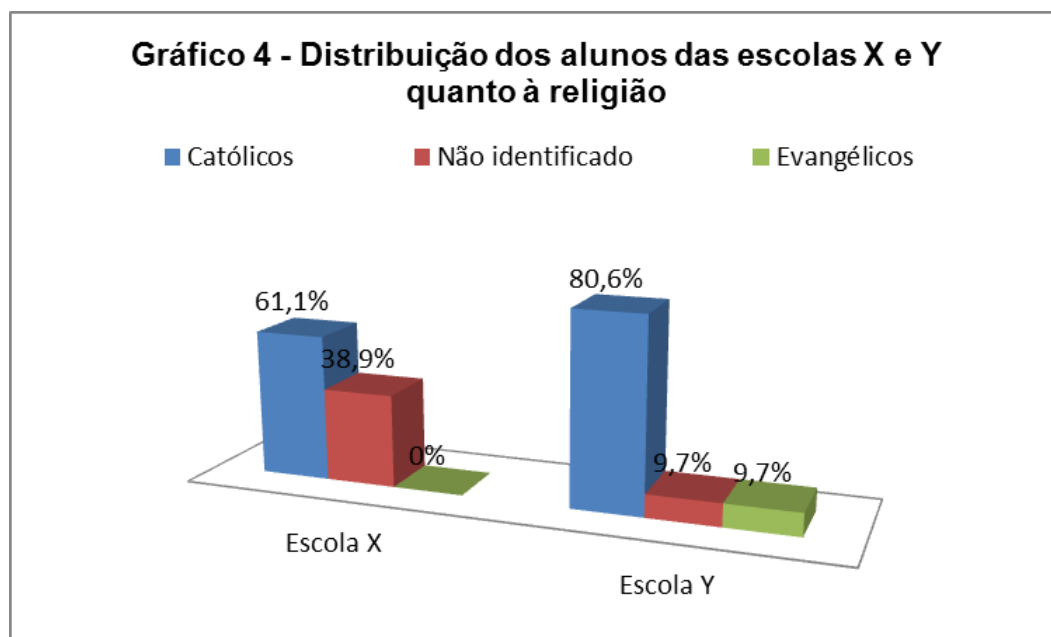
Quanto aos alunos da escola Y, se distribuíram pela ordem de maior índice percentual no 1º ano 24 (39%); 3º ano 22 (35%) e 2º ano 16 (26%) do ensino médio, como demonstrado no gráfico 3.1.



Fonte: Pesquisa direta, 2011.

Na realização deste trabalho, os PCNs (BRASIL, 2000) indicam que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, considerando os valores plurais existentes em cada tema e coerência da exposição didática com o nível de maturidade física e emocional dos discentes, dentre outras, e nesta abordagem deve-se sempre levar em consideração a idade do aluno e seu grau de conhecimento, posto que as questões eleitas para serem abordadas neste ciclo do ensino fundamental (7º ao 9º ano), devem equiparar-se ao grau de interesse da turma e levar em conta as possibilidades de compreensão própria para cada idade, devendo estas recomendações, serem também levadas para os níveis de ensino médio (1º, 2º, 3º ano), para os quais a escola deve abrir espaço ao debate e reflexão.

Quanto à religião, os resultados obtidos na pesquisa evidenciaram que 33 (61,1%) do grupo de alunos pesquisados na escola X declararam serem católicos e 21 (38,9%) não identificaram nenhuma religião. Na escola Y, os resultados obtidos em relação a esta questão, evidenciaram também a predominância de alunos que se afirmaram ser católicos 50 (80,6%), e 6 (9,7%) deste grupo revelou ser evangélico; e 6 (9,7%) não declararam qualquer religião, conforme se verifica no gráfico 4.



Fonte: Pesquisa direta, 2011.

Verificou-se por estes resultados que nestes espaços escolares, convivem adolescentes e jovens com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada um conhece e com visões de mundo diversificadas sobre sexualidade da qual compartilham em família ou não, sendo prescrito nos PCN's (BRASIL, 2000) que o fato de a família ter valores conservadores, liberais ou progressistas, professar alguma crença religiosa ou não e a forma como o faz determina em grande parte a educação destes adolescentes.

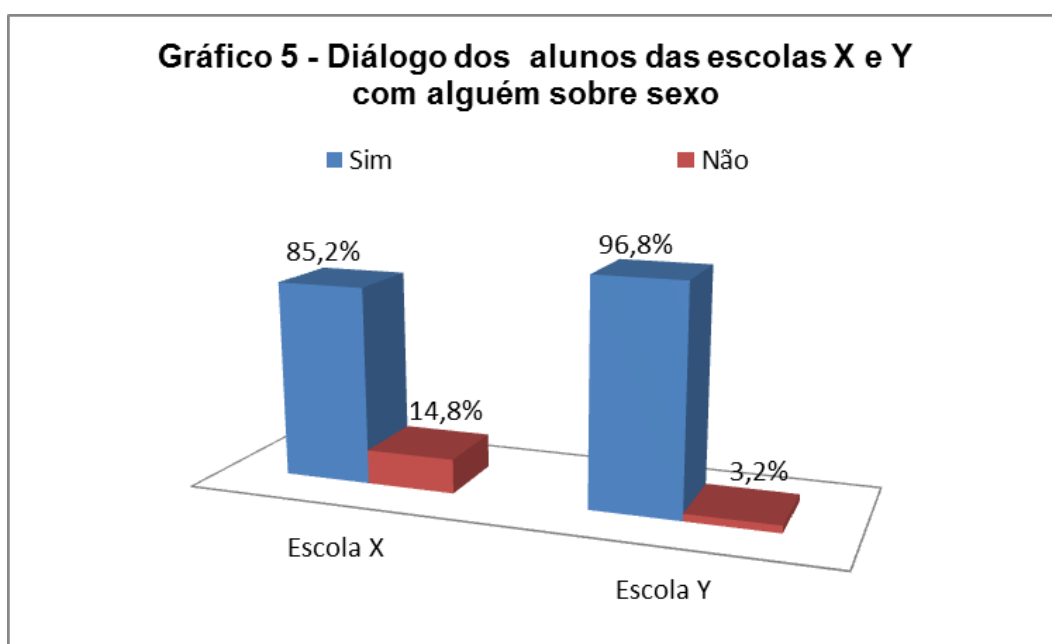
Focalizando o aspecto religioso, Dadoorian (2000) diz que influenciou os costumes e a educação das jovens do século XIX, no Brasil, especialmente se tratando do discurso religioso de tradição ibérica e católica, que valorizava o casamento, a monogamia e o sexo reprodutivo, e especialmente a castidade, posto que, era-lhe imposta a imagem da virgindade pelo catolicismo que recebia reforço da educação, que inculcava nas jovens a imagem da inocência, visando mantê-las na incipiência em relação ao prazer carnal, e sem o conhecimento da sexualidade que se associava ao casamento. Para obterem maior esclarecimento sobre os deveres sexuais do matrimônio, buscavam informações acerca da sexualidade com as amigas recém-casadas, na tentativa de romper com as normas sociais vigentes.

Dadoorian (2000) ressalta que o homossexualismo feminino era bastante comum entre as jovens, quando estas ficavam internadas em conventos à espera de um casamento, sendo esta uma maneira que as meninas encontravam para burlar a repressão sexual que a sociedade lhes impunha. Já para os rapazes, era permitido experimentarem os prazeres do sexo antes do casamento, mesmo havendo o controle familiar.

Neste sentido, Lopes (2010) defende que a influência religiosa manteve sua força e a repressão ao tema da sexualidade de forma constante, exercendo um impacto significativo na educação dada pela família e a escola às crianças e adolescentes. O discurso centrava-se na importância de manter a pureza destes sujeitos, pois o sexo era visto como pecado e não deveria ser praticado fora de uma relação conjugal.

De acordo com Dadoorian (2000), o aspecto religioso influenciou de forma latente a educação dada pela família e pela escola aos jovens, acirrando a cultura do silêncio no domínio da sexualidade. As adolescentes sofreram repressão mais forte que os adolescentes, que por sua vez, buscavam suprir a carência do discurso em casa, dentre outras formas, conversando sobre sexo com jovens mais experimentados, o que demonstra na visão desta autora que a curiosidade sexual dos jovens é mais forte do que qualquer barreira social imposta.

E nos dias atuais, a força da sexualidade na puberdade, ainda é fato, pois mesmo que muitos pais se neguem a falar a respeito do sexo com seus filhos, existe um saber que circula entre estes e seus pares, com os quais tratam sobre o assunto.



Fonte: Pesquisa direta, 2011.

Quanto ao diálogo sobre sexualidade com alguém, obteve-se de 46 (85,2%) dos alunos da escola X, resposta positiva e apenas 8 (14,8%) resposta negativa. Na escola Y, 60 (96,8%) dos alunos pesquisados revelaram dialogarem sobre sexualidade com alguém, e apenas 2 (3,2%) responderam negativamente a esta questão, como mostra o gráfico 5.

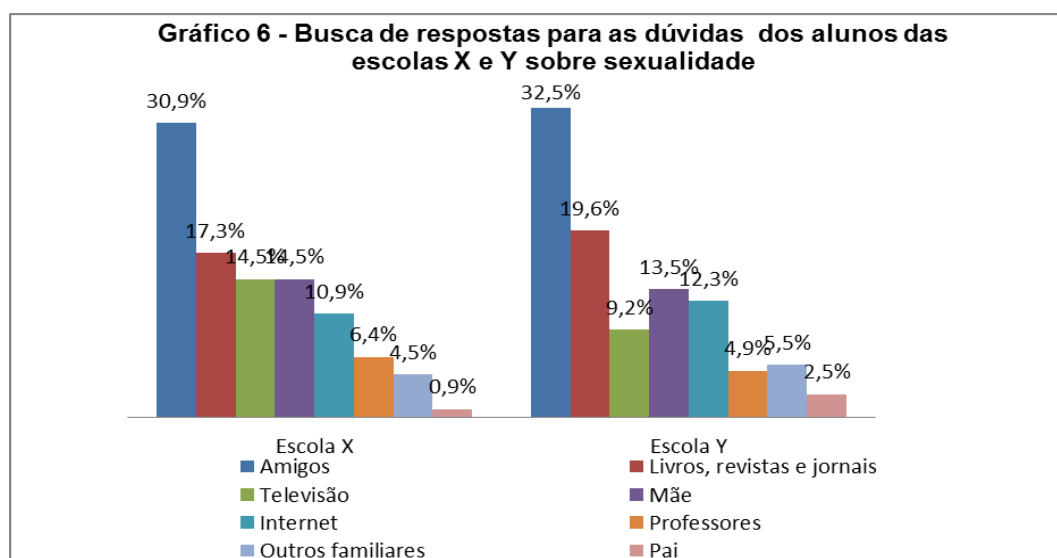
Estes resultados evidenciaram que a maioria dos alunos pesquisados (85,2% e 96,8%) respectivamente nas escolas X e Y, confirmaram estabelecer diálogo sobre sexualidade com alguém, o que pressupõe curiosidade pelo saber em relação ao tema, e o

compartilhar do diálogo com alguém, que segundo Baleeiro, *et al.*, (1999 *apud* LOPES, 2010) pode ser um membro da família, um colega da escola ou de um grupo específico de amigos que escolhe a partir das afinidades pessoais que ele se identifica, e fazem parte de seu espaço social.

Conforme afirma Silva (2002), muitas vezes esta população não possui acesso às informações claras, em questões de sexualidade, devido a mecanismos existentes, que vão desde a proibição até o excesso de informações e exposição aos eventos sexuais e assexualizados, que impedem aos mesmos a compreensão de significados profundos da sexualidade.

A falta de abertura para o diálogo sobre sexualidade em casa, ou mesmo proibição referente ao tema, podem levar os adolescentes e jovens a buscarem respostas as suas dúvidas sobre sexo com os amigos, dos quais podem receber informações incompletas, errôneas e preconceituosas, ou se utilizar dos meios de comunicação como a televisão e a *internet* em que são veiculadas cenas de sexo e relacionamentos entre pessoas nem sempre de forma neutra e saudável.

Os alunos pesquisados da escola X assinalaram respostas diversas quanto à fonte de busca para as suas dúvidas sobre a temática da sexualidade. Conforme resultados obtidos no gráfico 6. Segue em ordem de maior índice percentual para o menor indicado: amigos 34 (30,9%); livros, revistas e jornais 19 (17,3%); televisão 16 (14,5%); mãe 16 (14,5%); *internet* 12 (10,9%); professores 7 (6,4%); outros familiares 5 (4,5%); pai 1 (0,90%). Dos alunos da escola Y, foram obtidos resultados semelhantes em relação a esta questão, sendo indicados como canais de informação, amigos 53 (32,5%); livros, revistas e jornais 32 (19,6%); mãe 22 (13,5%); *internet* 20 (12,3%); televisão 15 (9,2%) outros familiares 9 (5,5%); professores 8 (4,9%) e pai 4 (2,5%), professores 8 (4,9%).



Fonte: Pesquisa direta, 2011.

Os resultados evidenciados no gráfico 6 demonstram que o canal de informação representado pelo item “amigos”, foi o mais assinalado pelos alunos de ambas as escolas, indo de encontro ao exposto por Baleeiro (1999 *apud* LOPES, 2010), de que esta população se sente mais a vontade para interagir com seus pares seja por acharem mais fácil devido a uma maior identificação com os mesmos, seja porque o diálogo com a mãe/pai, com outros adultos das famílias ou professores é permeado de conflitos de geração.

Outros canais de informação assinalados pelos alunos da escola X e escola Y, como livros revistas e jornais, *internet* e TV, segundo os PCNs (BRASIL, 2000) atuam de maneira decisiva na formação sexual destes adolescentes e jovens. Estes canais, conforme entendimento prescrito por Lessa (2004), deram abrangência à abordagem da temática da sexualidade à medida que a premência das especializações nos adolescentes é dada também pela AIDS, na necessidade de controlar a epidemia que se intensificava no Brasil em meados dos anos de 1980; da proliferação das DSTs; aumento da gravidez na adolescência e consequentemente do número de abortos desencadeados, representativo de uma das maiores causas de mortalidade materna no país nos dias atuais, sendo a ocorrência na maior parte dos casos na faixa etária de 17 a 19 anos, conforme dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2009), exigindo, pois, a orientação e prevenção, visando à promoção de comportamentos seguros junto a esse público.

De acordo com Lessa (2004), foi no ano de 1900, no Brasil, que se institucionalizaram os cadernos e páginas de jornais direcionados aos adolescentes, que levavam notícias sobre educação, lazer, comportamento e consumo para leitores jovens, como também foram lançadas revistas para a faixa etária dos 12 anos em diante com linguagem, tratamento e pautas diferenciadas, para agradar especificamente este leitor, destacando dentre essas publicações a revista *Capricho*, que formada pelas editorias de moda, entretenimento, beleza e comportamento, incluiu no seu cardápio, impulsionada pela revolução sexual, desde a década de 1960, as matérias de sexualidade especialmente produzidas para a faixa etária adolescente.

A televisão seguiu também esta tendência de abordagem de temas gerais e da sexualidade voltados para o público adolescente. Redondo (2004) em estudo sobre o interesse da juventude de assistir a programas de sexo debochado na TV verificou que desde a chegada da televisão nos anos 1950 no Brasil, os programas de entretenimento fazem sucesso, e que nessa trajetória e tendência, os programas sobre sexo foram se expandindo.

Nesse viés, pode-se fazer alusão à TV Mulher, apresentada por Marta Suplicy, na emissora de televisão Globo, entre 1980 e 1986, foi a pioneira a tratar do assunto, tendo como objetivo acabar com as dúvidas sexuais do público feminino e que após este programa, outros foram surgindo tanto na TV aberta, como na TV por assinatura, se

propondo a tirar dúvidas dos jovens a respeito de sexo e optando pela discussão sobre a sexualidade, abordando temas como promiscuidade, rotinas, dentre outros, como é o caso do programa *Fala que eu te escuto*, da TV Record (REDONDO, 2004).

Além de mostrar que os quadros dos programas televisivos relacionados à discussão da sexualidade foram fundamentais para o aumento da audiência e provocar o surgimento de programas nos anos iniciais do século XXI, tendo a sexualidade como tema específico, Redondo (2004) acentua que na televisão brasileira, é possível informar sobre sexo, mas que apenas em algumas vezes isso ocorre e outras não, pois, não descartando o aspecto construtivo de se estar em uma sociedade em que se pode conversar abertamente sobre sexo, ressalta que, alguns programas não correspondem às expectativas de seu público-alvo, porque as respostas não são convincentes e embasadas cientificamente, mas sim cheias de “achismos”, assim como as discussões que deixam a desejar por ganharem uma série de reticências sobre o assunto.

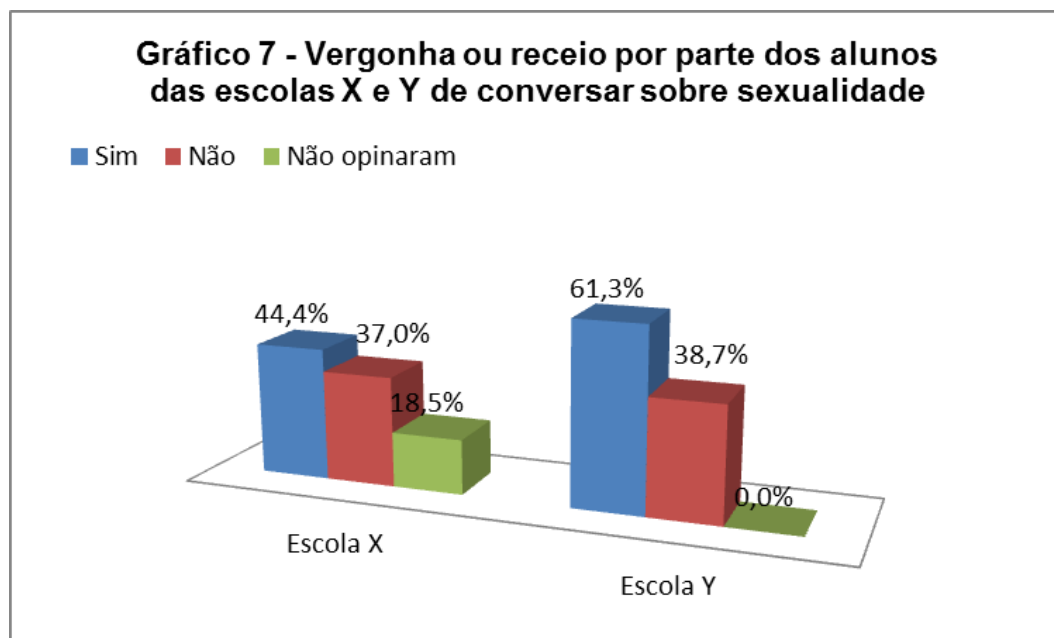
Ao tratar sobre a veiculação da informação pelo dispositivo televisivo, o psiquiatra Jairo Bauer, referido por Redondo (2004) considera que como veículo de informação, a televisão pode ser um instrumento de educação, na medida em que seu uso for medido pelo bom senso, pois como se sabe nem tudo o que é veiculado pela mídia televisiva em relação à sexualidade tem fundamentação científica ou servem para tirar as dúvidas que abrigam a cabeça do adolescente.

Quanto à *internet*, também assinalada pelos discentes pesquisados nas escolas X e Y como veículo utilizado para a busca de respostas às suas dúvidas, tem alcance próximo ao da televisão, e conforme Cardozo (2004), pode ser caracterizada como uma mídia completamente diferenciada das mídias tradicionais, por dar possibilidade de interação do receptor, oportunizando-o a escolha da informação que deseja acessar e qual aprofundamento que deseja ter desta mesma informação.

Contudo, assim como dispõe em escala impressionante, informações, cultura e divertimento, programas educacionais e científicos, também revelam pornografia, pirataria real e virtual, dentre muitas outras coisas que além de não acrescentarem contribuição para que os adolescentes entendam a sexualidade como um aspecto positivo e inerente da vida humana, mostra relações superficiais que restringem a sexualidade a um relacionamento momentâneo ausente de um conteúdo palpável que traduza suas dúvidas.

Nesse sentido, como enfatizado na literatura de Barbosa (2002), a forma como as questões de relacionamento que trazem à tona o tema sexualidade são tratadas na mídia e promovem nesta uma visão diferente da sexualidade, já liberada de alguns princípios importantes de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2009), esses conhecimentos muitas vezes fragmentados e desconexos devem ser levados em conta na escola por exercerem forte influência sociocultural.

No gráfico 7, são apresentados os resultados obtidos nas escolas X e Y respectivamente, relacionado ao diálogo sobre sexualidade no que diz respeito a presença de vergonha ou receio.



Fonte: Pesquisa direta, 2011.

Na escola X, 24 (44,4%) dos alunos pesquisados, afirmaram terem vergonha ou receio de conversar sobre sexualidade. Solicitados a justificarem o porquê das suas respostas, relataram as seguintes: a timidez 10 (18,5%); incompreensão/repressão dos pais 8 (14,8%); falta de conhecimento 4 (7,4%); a pouca idade 2 (3,7%).

O restante, que corresponde a 20 (37,0%), revelou não terem receio ou vergonha de conversar sobre sexualidade e apenas 10 (18,5%) não opinaram.

Na escola Y obtiveram-se como resultados que dos 62 alunos pesquisados, 38 (61,3%) afirmaram não terem vergonha ou receio de conversar sobre sexualidade, justificando tal posicionamento com as seguintes respostas: há abertura para a abordagem na atualidade 12 (19,4%); sente-se a vontade para falar sobre o assunto com os familiares 8 (12,9%); obtém muitas informações sobre o assunto na mídia 7 (11,3%); considera um tema normal 5 (8,0%); não vê tabu quanto à sexualidade 4 (6,5%); considera-se experiente 2 (3,2%).

Os 24 (38,7%) restantes do grupo revelaram terem vergonha ou receio de conversar sobre sexualidade, apontando como justificativa a timidez 8 (12,9%); incompreensão/repressão dos pais 7 (11,3%); falta de conhecimento sobre o assunto 5 (8,0%); se considera inexperiente 4 (6,5%) e nenhum justificou suas respostas.

Verificou-se que contrariamente aos alunos pesquisados da escola X, a vergonha ou receio de conversar sobre sexualidade foi negada pela maior parte dos sujeitos pesquisados na escola Y, devido à abertura existente para a abordagem nos dias atuais, assim como no meio familiar, a consideração da sexualidade como um tema comum, e que não é vista como um tabu, e a experiência considerada com a vivência sexual.

Quanto às justificativas dos alunos da escola Y que afirmaram terem vergonha ou receio de conversar sobre sexualidade, se assemelha as colocadas pelos alunos da escola X. Tendo em vista os resultados apresentados, a timidez seguida pela incompreensão/repressão dos pais se destacam como as justificativas mais acentuadas pelos alunos de ambas as escolas a vergonha ou receio de conversar sobre sexualidade, pode estar indicando que, embora este tema seja tão abordado atualmente de forma natural e presente em todos os indivíduos, como citado por Silva (2005), todavia está cercado de repressões, valores diversos e preconceitos que afetam a espontaneidade de manifestação sobre o assunto, por isso, talvez o alunado não se sinta a vontade em falar de sexualidade por ser uma questão ainda muito peculiar e cultural, deve-se portanto respeitar as crenças, valores, tabus, emoções e curiosidades dessa população.

Da mesma forma opera a incompreensão/repressão dos pais a este respeito. Este tipo de atitude revela que ou os pais não têm conhecimento sobre o assunto e/ou não estão preparados para assumir o ônus de orientar seus filhos, preferindo o silêncio sobre o assunto. Em comentário a respeito da educação realizada no lar, Silva (2005) reitera que os pais fazem o acompanhamento das fases de desenvolvimento dos seus filhos. Entretanto, quando estes chegam à fase da adolescência; muitos dos pais se complicam por virem às manifestações da sexualidade como tabu, deixando a responsabilidade da orientação sexual para a escola.

Este procedimento é indicativo de que muitos pais não demonstram estarem preparados para a realização dessa tarefa junto a seus filhos, seja por não terem esclarecimentos a respeito da sexualidade, e/ou por falta de diálogo, ou ainda, porque culturalmente eles foram conduzidos a silenciar frente a este assunto, o qual em casa é tratado com receio e tabu, e em ambos: pais e filhos, vergonha e medo de falarem sobre sexualidade persiste. Entretanto, conforme salientado por Dadoorian (2000), o silêncio sobre a sexualidade em casa implica em aumento da curiosidade dos adolescentes e jovens, que por sua vez reagem adquirindo um saber inócuo, vago e incorreto a esse respeito por outros meios.

A falta de conhecimento referida por uma parcela de alunos pesquisados, na escola X e Y, respectivamente pressupõe que se em casa eles não encontram espaço para a abordagem da sexualidade, na escola as condições são similares, ou seja, o trabalho de orientação sexual não está preenchendo as lacunas nas informações que estes alunos

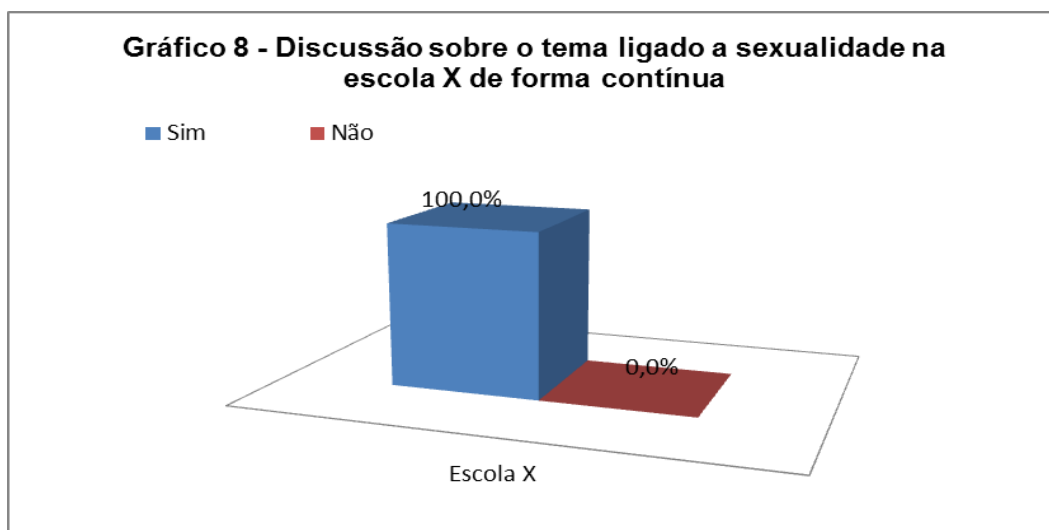
apresentam, proporcionando-lhes informações atualizadas, do ponto de vista científico, para que sejam ampliados os conhecimentos a respeito da sexualidade humana, tal como referido nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Orientação Sexual (BRASIL, 2000).

Já a pouca idade, justificada para a vergonha ou receio de conversar sobre o tema por 9,43% dos alunos, da escola X e inexperiência para falar sobre o tema, revela um pensamento de senso comum de que existe uma idade pré-determinada para a abordagem sobre sexualidade. E esse pensamento tem raízes em uma sociedade conservadora brasileira influenciada pelas concepções médico-higienistas, que de acordo com Foucault (2010) devia, dentre outras coisas, convencer as famílias da necessidade de higiene e cuidado visando o bem-estar da criança, para o qual a prática do onanismo (masturbação) representava o pior mal.

Felix López (*apud* SILVA, 2005) fazem referência à atitude histórica dominante de negação, ocultamento e proibição em relação ao sexo que predominou dos anos 1940 aos 1960 na sociedade brasileira, a sexualidade era reduzida a algo secreto, e cuja abordagem em casa era feita muito sorrateiramente e de preferência para os rapazes. O assunto não deveria ser falado para as crianças, pois além de considerar-se que não estavam preparados, era cedo demais para receberem qualquer orientação a respeito. Na escola da época exercia-se o controle da sexualidade, mediante o entendimento de que crianças e adolescentes não tinham interesses sexuais.

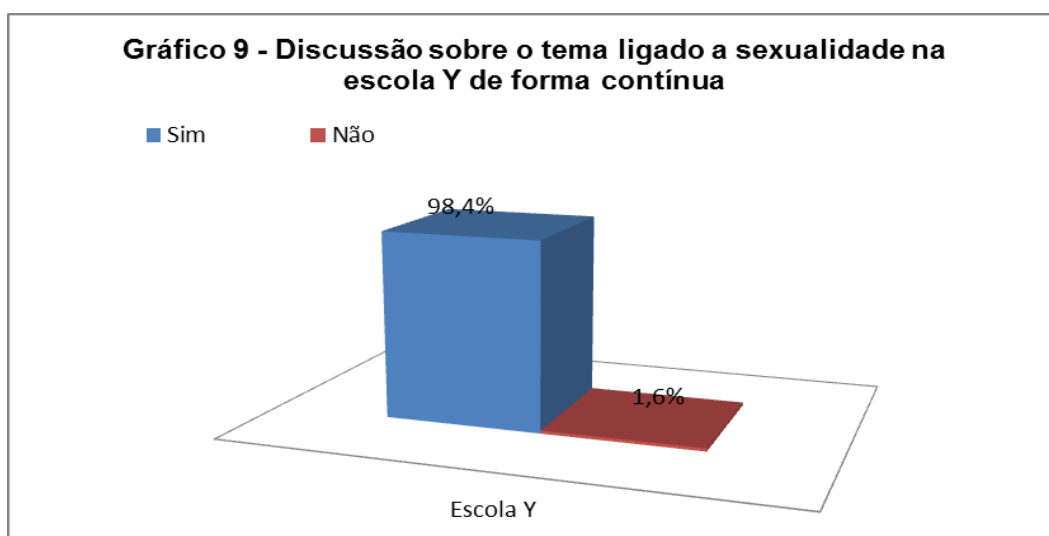
Conforme indicam os PCNs (BRASIL, 2000), não existe uma faixa etária pré-determinada para a abordagem da sexualidade, postos ocorrerem às manifestações da sexualidade infantil desde muito cedo e serem decorrentes do desenvolvimento humano. O trabalho de orientação sexual pode ser desenvolvido desde quando a criança entre na escola e se desenvolve de forma contínua ao longo de toda a seriação escolar.

Os alunos investigados da escola X afirmaram de forma unânime 54 (100%) que o tema ligado à sexualidade deve ser discutido na escola de forma contínua. Quando solicitados a justificarem o porquê de suas respostas, quase a totalidade dos que haviam opinado anteriormente, fizeram-na. As justificativas relatando a importância desta abordagem foram: Porque deixa o aluno bem informado 22 (40,7%); porque a escola orienta de maneira correta 15 (27,8%); porque a escola é o local correto para esta abordagem 10 (18,5%); porque a família não dá abertura para falar sobre o assunto 5 (9,3%). Somente 2 (3,7%) não opinaram, conforme exposto no gráfico 8.



Fonte: Pesquisa direta, 2011.

Entre os 62 alunos pesquisados na escola Y, o percentual de respostas favoráveis a esta questão também foi significativo, alcançando 61 (98,4%), considerando-se que apenas 1 (1,6%) do grupo não concordaram, como verifica-se no gráfico 9.



Fonte: Pesquisa direta, 2011.

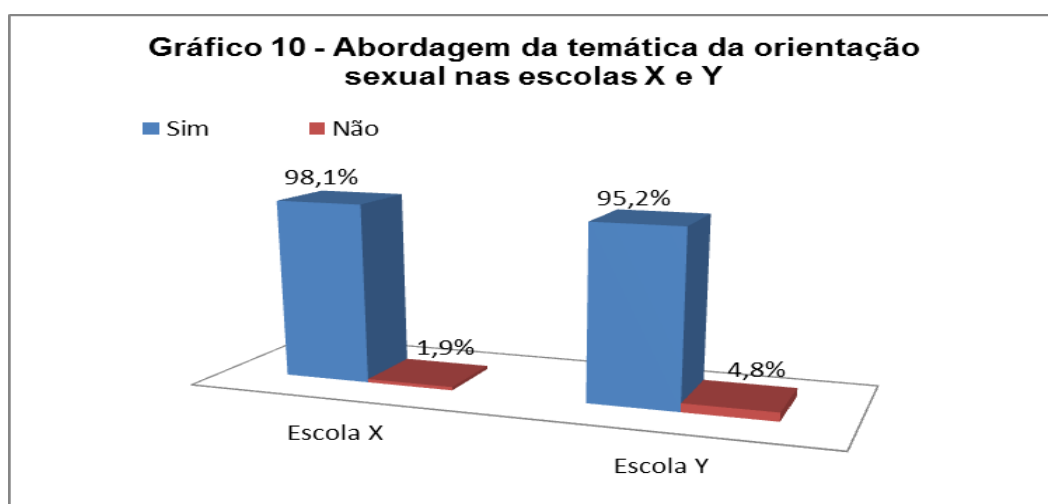
Os que responderam positivamente, 61 (98,4%), expuseram como justificativas as seguintes: a escola é espaço adequado para informação, debate e discussão sobre sexualidade 22 (35,5%); para propiciar o esclarecimento das dúvidas dos alunos 18 (29%); melhorar as informações veiculadas na mídia 14 (22,6%); para propiciar melhor aprendizado sobre o assunto 5 (8,1%); porque é melhor aprender na escola do que na rua 3 (4,8%).

Diante dos resultados, obtidos dos alunos da escola X, pode-se pressupor que em totalidade há consciência e/ou conhecimento da importância de se discutir a sexualidade na escola continuamente, reconhecendo que orientação sexual deve ocorrer na escola

porque ela deixa-os melhor informados orienta-os de forma correta, sendo considerado o local adequado para a abordagem do tema, e até mesmo porque no âmbito familiar não encontram espaço para falar sobre sexualidade.

Servindo a mesma reflexão para escola Y, na qual a pesquisa demonstrou que a orientação sexual é vista não só como meio de prevenção, mas de informação e esclarecimentos que os alunos necessitam para tirar as suas dúvidas sobre o tema, e esse processo de assimilação deverá ser feito de forma contínua e sequenciada na escola, espaço institucional que segundo Silva (2002), é privilegiado para isso, dado que a relação construída entre escola e aluno se faz cotidianamente, e que esse último se identifica e cria vínculos afetivos que por sua vez lhe propicia a possibilidade de uma maior confiança e motivação para ouvir e refletir sobre sexualidade com seus professores e colegas.

No que tange à abordagem da temática da orientação sexual na escola X, obteve-se de 53 (98,1%) da totalidade dos alunos pesquisados resposta positiva. Somente 1 (1,9%) negou a existência da referida abordagem. Também na escola Y, obteve-se da grande parte do grupo de alunos pesquisados 59 (95,2%) afirmativa quanto da abordagem da temática da orientação sexual. Somente 3 (4,8%) negaram a existência desta abordagem, conforme se verifica no gráfico 10.



Fonte: Pesquisa direta, 2011.

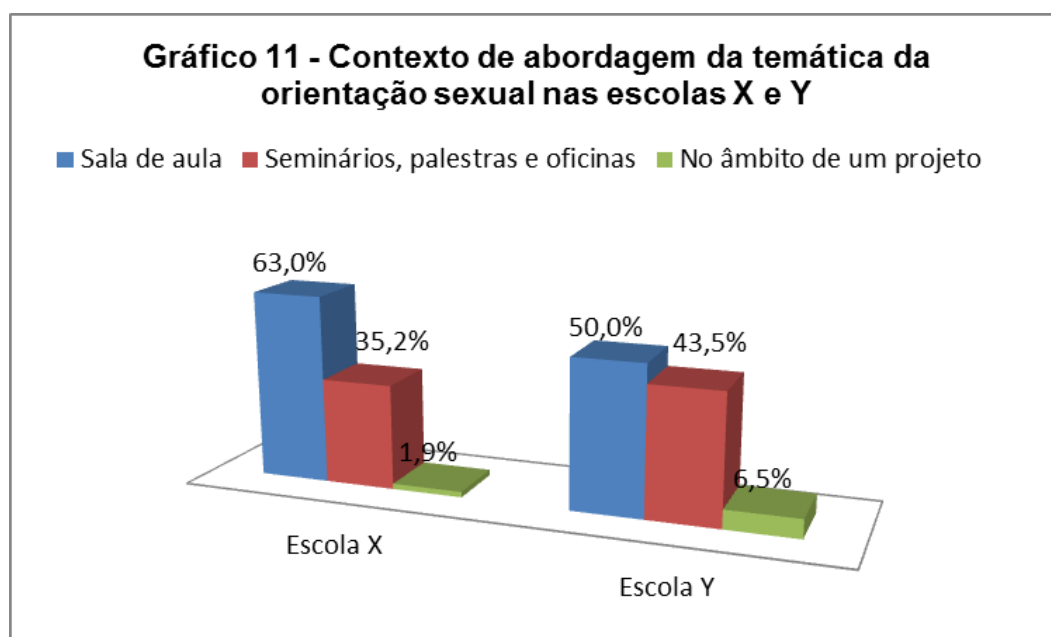
Estes resultados evidenciaram que na escola X e na escola Y é dada a possibilidade da realização do trabalho de orientação sexual e que conforme enfatizado por Lopes (2010), a escola, está nesse processo, seja tentando incorporar algumas de suas questões no seu programa educacional, seja negando a discussão em relação a sexualidade no seu espaço.

A escola é indicada pelas autoridades educacionais e especialistas da área como sendo a agência formadora de uma sociedade plenamente esclarecida e consciente

de suas problemáticas e, sobretudo no que se refere hoje à sexualidade. Neste sentido, conforme exposto pelos PCNs (BRASIL, 2000) e referido por Figueiró (2006), o trabalho de orientação sexual, realizado por esta instituição, longe de substituir ou concorrer com a função da família, complementa-o, ampliando o leque de conhecimentos e opções para que o próprio aluno escolha seu caminho, dando-lhe possibilidade de discutir diferentes pontos de vista associados à sexualidade.

O trabalho de orientação sexual constitui um processo formal e sistemático, o qual envolve um espaço no currículo escolar, exigindo planejamento e intervenção por parte do profissional da educação. Nesta direção, ambas, as escolas X e Y, baseando-se na realidade diagnosticada de sua população, pode construir seu programa de orientação sexual unicamente de forma transversal, incluindo os conteúdos já instaurados na sala de aula, integrando a esses conteúdos que se referem mais especificamente a sexualidade, ou então desenvolver a transversalidade acrescida de espaços optativos fora do horário de aula, nos quais os alunos possam aprofundar-se em questões tratadas em sala de aula, e ainda, estabelecer no seu horário oficial um espaço específico para orientação sexual no mesmo turno de estudos dos alunos, e que segundo Silva (2002), tem sido feito por escolas do país, e cujas propostas com seus ganhos e limites, tem em comum o alcance de bons resultados comprovados no aprimoramento das relações entre o professor, o aluno a instituição escolar.

Os resultados referentes ao contexto de abordagem da temática da orientação sexual dão indicativo de que a escola X se vale da abordagem em sala de aula, acrescida de espaço optativo e que também se utiliza de uma abordagem preventiva, pois como demonstrado no gráfico 11, o grupo de alunos pesquisados indicou que a abordagem da orientação sexual ocorre em contextos como sala de aula 34 (63,0%); em seminários, palestras e oficinas 19 (35,2%) e no âmbito de um projeto 1 (1,9%). Na escola Y, os resultados obtidos e visualizados se assemelham aos da escola X, visto serem os contextos de abordagem da temática da orientação sexual: sala de aula 31 (50%); seminários, palestras e oficinas 27 (43,5%); e no âmbito de um projeto 4 (6,5%).

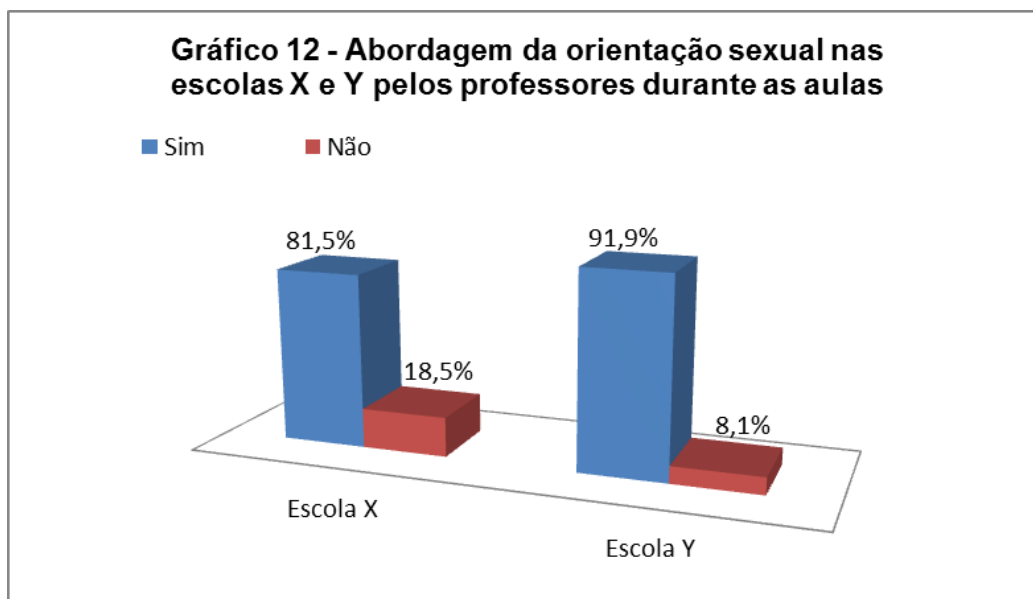


Fonte: Pesquisa direta, 2011.

Estes resultados demonstram que na escola X, assim como na Y, a abordagem da temática da orientação sexual ocorre mais corriqueiramente no âmbito da sala de aula pressupondo-se, como já indicado pelos PCNs (2000), por meio dos conteúdos transversalizados nas diversas áreas do currículo. Esse trabalho também já feito em seminários, palestras e oficinas, e desenvolvido como projeto, conforme apontado por uma minoria dos alunos pesquisados em ambas as escolas.

Na escola X conforme mostram os dados do gráfico 12, o maior índice de respostas afirmativas 44 (81,5%) revela que os professores da 7º, 8º e 9º ano do ensino fundamental da escola X, abordam a orientação sexual durante as aulas. Em menor percentual 10 (18,5%) foi negada a realização desta abordagem por parte dos professores.

Na escola Y, conforme o gráfico 12, assinalado por 57 (91,9%) do grupo pesquisado, os professores abordam a orientação sexual durante as aulas. Em minoria 5 (8,1 %) autodeclararam que não há abordagem em nenhuma disciplina, relativa a orientação sexual nas salas de aula desta escola.

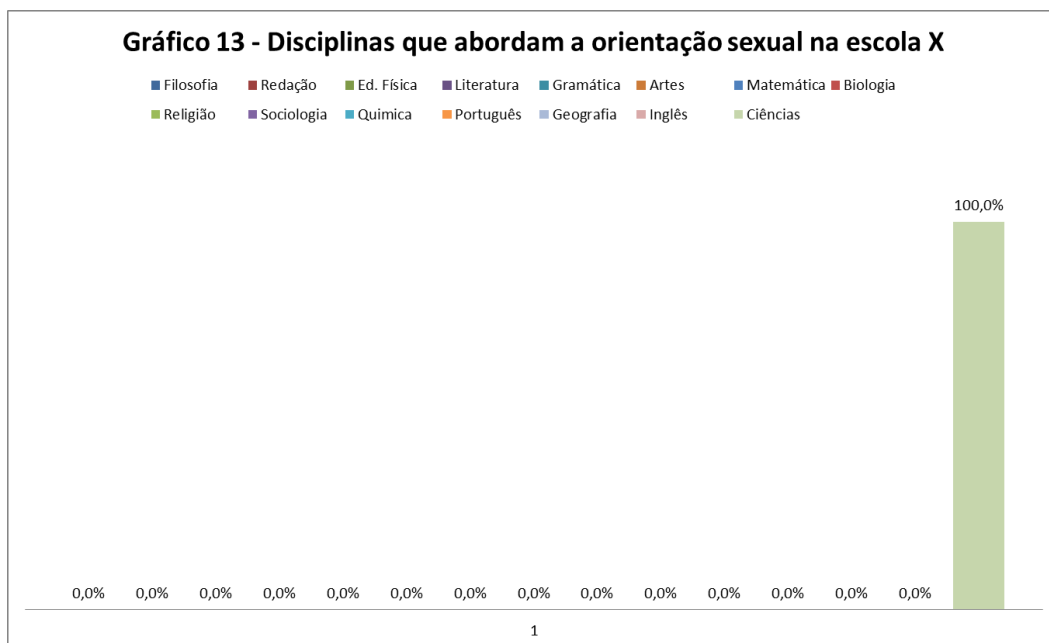


Fonte: Pesquisa direta, 2011.

Estes resultados identificam que grande parte do grupo pesquisado afirma a existência de discussão sobre sexualidade, dentro da escola X e dentro da escola Y, mais especificamente no âmbito da sala de aula, pressupondo um processo de transversalidade proposto pelos PCNs (BRASIL, 2000) que colocam a orientação sexual como tema transversal na escola, a ser dado de forma articulada com as demais disciplinas, visto como um tema de responsabilidade de todos os professores e incluído em várias disciplinas.

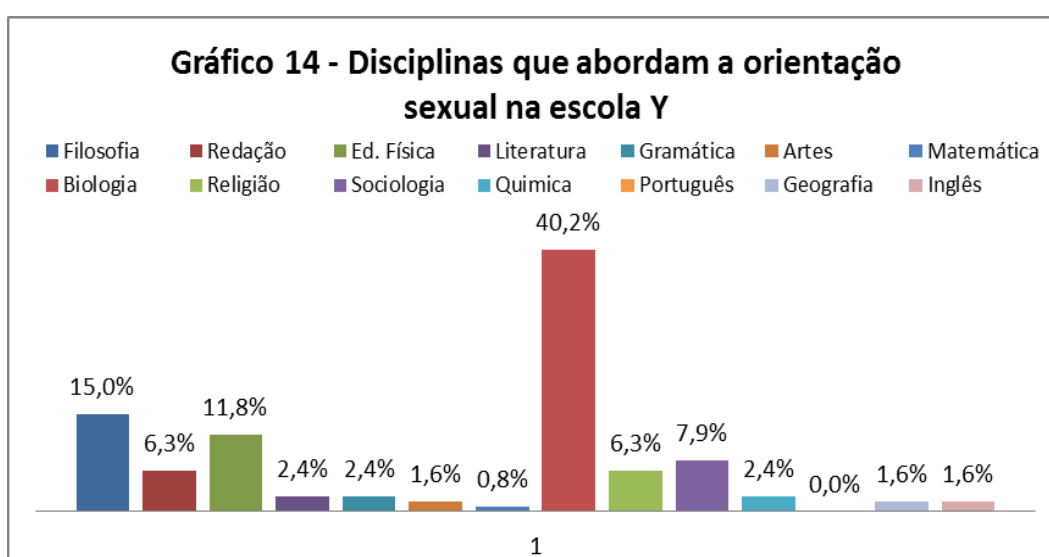
De acordo com Altmann (2009), tornou-se evidente a partir dessa proposta, que à escola cabe trabalhar o tema orientação sexual como um dos temas transversais a ser abordado ao longo de todos os ciclos de escolarização, assumindo uma posição frente a questão do comportamento sexual do jovem, desenvolvendo uma ação crítica, reflexiva e educativa que vise a promoção da saúde das crianças e adolescentes.

Nesta empreitada, o trabalho da orientação sexual na escola pede a sua inclusão no currículo escolar de forma que respeite o aluno no próprio ritmo, nas suas aflições curiosidades e emoções e outros aspectos que dizem respeito à sexualidade em seu caráter subjetivo: e que os temas abordados não sejam integrados apenas a disciplina de ciências e biologia, centrando-se a preocupação em questões referentes à reprodução, saúde sexual e prevenção, como tem sido prática verificada em algumas instituições de ensino no Brasil, que de acordo com Lopes (2010), restringem a orientação sexual aos saberes sobre o corpo, seu funcionamento e as informações sobre cuidados a serem tomados com relação à prevenção das DSTs e AIDS.



Fonte: Pesquisa direta, 2011.

Quanto às disciplinas em que a abordagem da orientação sexual é feita, demonstra-se no gráfico 13, que em sua totalidade, 54 (100%) os alunos da escola X assinalaram a disciplina ciências como a única do currículo do ensino fundamental que efetivasse esta abordagem. Na escola Y, a abordagem da orientação sexual é realizada em disciplinas diversificadas: biologia 51 (40,2%); filosofia 19 (15,0%); educação física 15 (11,8%); sociologia 10 (7,9%); redação 8 (6,3%); religião 8 (6,3%); gramática 3 (2,4%); literatura 3 (2,4%); química 3 (2,4%); artes 2 (1,6%); inglês 2 (1,6%); geografia 2 (1,6%); matemática 1 (0,8%).



Fonte: Pesquisa direta, 2011.

Quanto aos dados do gráfico 13 referentes à escola X, em sua totalidade (100%) a orientação sexual é abordada pelos docentes na disciplina de ciências. Dados estes que se coadunam com o exposto na literatura revisada de Lopes (2010), que verificou ser a abordagem da orientação sexual, prioritariamente na área de ciências, fato corriqueiro em escolas de Teresina-PI, assim como ocorre em muitas das escolas do Brasil.

Os resultados do gráfico 14 evidenciaram que a abordagem da orientação sexual na escola Y; ocorria em disciplinas que compõem a matriz curricular do ensino médio, e assim estabelece possibilidades de relações interdisciplinares entre os diversos campos científicos e um trabalho de orientação sexual amparado na história e investigação aprofundada pela filosofia, sociologia, religião dentre outras ciências referidas, propiciando entendimento de como se deram os percursos do pensamento e da postura social assumida frente à questão da sexualidade humana. Contudo, observou-se também que a abordagem da orientação sexual é feita em maioridade pelo professor de Biologia, visto ser a de maior percentual entre as demais referidas pelos alunos.

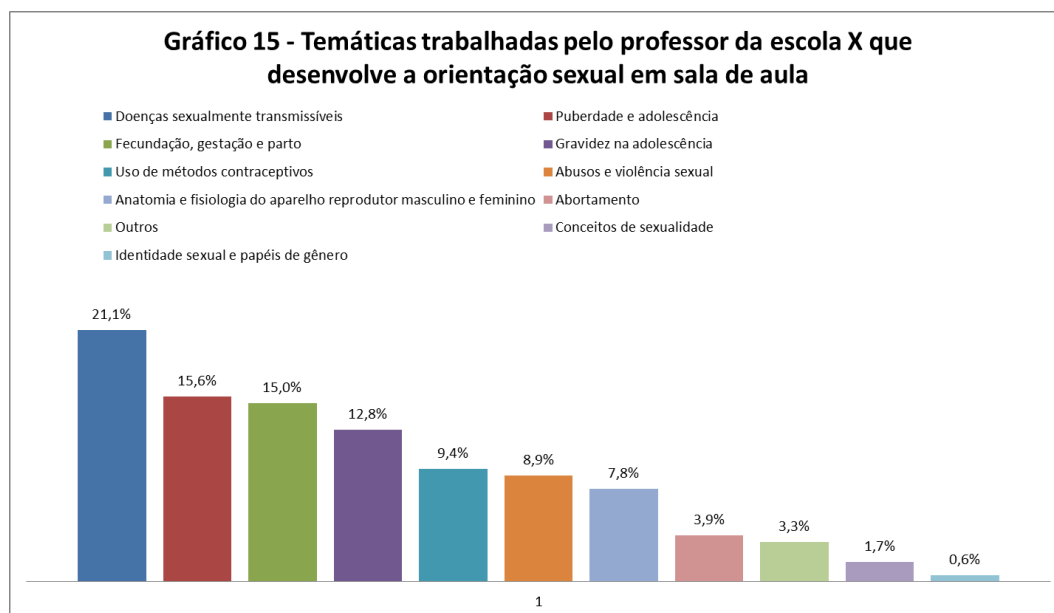
Como enfatizado por Barbosa (2002), Dadoorian (2000), dentre outros que tratam esta temática em comento, o tema transversal orientação sexual recebe tratamento equivalente a uma matéria curricular: a ciências e seus conteúdos exatos e racionais, que focalizam informações de caráter puramente biológico, correndo o risco de ficar no plano da racionalidade. Certo que, se tratando da sexualidade, o conhecimento do corpo é importante, mas insuficiente para mudança de práticas e atitudes, dado que sexualidade esta ligada aos valores individuais e coletivos, requerendo discussão, troca de ideias, conhecimento das diferenças, reflexão, aprofundamento, que por sua vez, exige tanto tempo, como espaço para ocorrer.

O tema sexualidade pede uma atenção diferenciada, cuja abordagem não se dê como um conteúdo a ser cumprido, mas como um tema importante que se relaciona com o desenvolvimento dos educandos do ensino fundamental da escola.

Sobre isso, recorre-se a Lopes (2010), que explica este fato acentuando que a escola delega ao profissional da área de Ciências ou Biologia a responsabilidade de trabalhar questões ligadas à sexualidade tradicionalmente, mediante o pensamento de que se trata de um profissional cujo costume é ministrar o conteúdo relacionado ao funcionamento e anatomia do corpo humano, pressupondo que ele possui também uma postura que o torna apto a ser um bom orientador sexual.

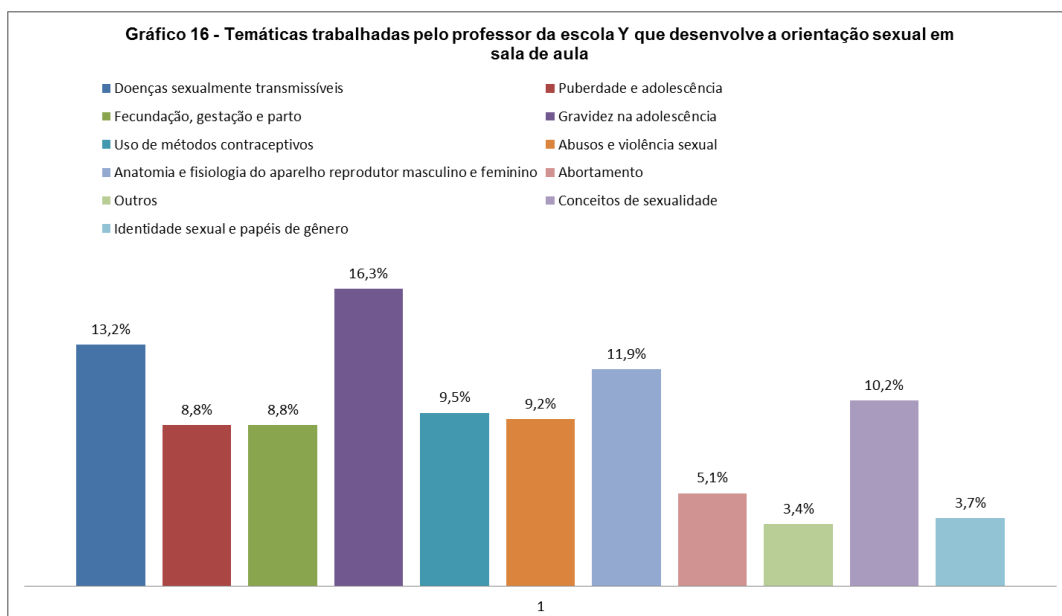
Quanto aos resultados referentes à questão das temáticas trabalhadas pelos professores, que desenvolvem a orientação sexual em sala de aula na escola, na X, como revelado pela totalidade do grupo de alunos pesquisados (54). Foram apontadas: Doenças Sexualmente Transmissíveis. DSTs 38 (21,1%); puberdade e adolescência 28 (15,6%); fecundação, gestação e parto 27 (15,0%) gravidez na adolescência 23 (12,8%); uso de

métodos contraceptivos 17 (9,4%); abusos e violência sexual 16 (8,9%); anatomia e fisiologia do aparelho reprodutor masculino e feminino 14 (7,8%); abortamento 7 (3,9%); outros 6 (3,3%); conceitos de sexualidade 3 (1,7%) identidade sexual e papéis de gênero 1 (0,6%).



Fonte: Pesquisa direta, 2011.

Na escola Y, como temáticas trabalhadas pelos professores que desenvolvem a orientação sexual em sala de aula, foram assinaladas: gravidez na adolescência 48 (16,3%); DST/AIDS 39 (13,2%); anatomia do corpo humano 35 (11,9%); conceitos de sexualidade 30 (10,2%); uso de métodos contraceptivos 28 (9,5%); abusos e violência sexual 27 (9,2%); fecundação, gestação e parto 26 (8,8%); puberdade e adolescência 26 (8,8%); abortamento 15 (5,1%); identidade sexual e papéis de gênero 11 (3,7%); outros 10 (3,4%).



Fonte: Pesquisa direta, 2011.

De acordo com os temas apontados pelos alunos nas turmas de 7º ano ao 9º ano do ensino fundamental da escola X, não ocorre a abordagem de um conteúdo exclusivo sobre o assunto, ressaltados que essa abordagem sobre orientação sexual se dá exclusivamente durante as aulas de ciências, pressupõe serem estes temas diluídos dentro do conteúdo desta área, podendo estar contemplada a forma tradicional de abordagem dos mesmos, baseada na informação sobre anatomia e fisiologia do corpo-humano e que como postulado pelos PCNs (BRASIL, 2000), normalmente não abarca as ansiedades e curiosidades dos alunos, visto que enfoca o corpo biológico, excluindo as dimensões culturais, afetivas e sociais contidas nesse mesmo corpo.

As temáticas referidas pelos alunos da escola X, como eixo do trabalho de orientação sexual na sala de aula, fazem parte dos blocos de conteúdos propostos para o ensino fundamental pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (corpo; matriz da sexualidade; relações de gênero; prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS).

Este documento diz que esses conteúdos podem e devem ser flexíveis, de forma a abranger as necessidades específicas de cada turma, a cada momento, pois o professor também pode abordar temas trazidos por estes alunos, mesmo que eles não estejam articulados com a sua área de ensino, considerando-se que as manifestações da sexualidade são diferentes em cada etapa do desenvolvimento, como também que a partir, da puberdade, estes alunos, trazem questões mais polêmicas em sexualidade para a sala de aula, apresentando ainda melhores condições de refletir sobre temáticas como aborto, virgindade, homossexualidade e outras mais que foram referidas pelos alunos pesquisados da escola Y e propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

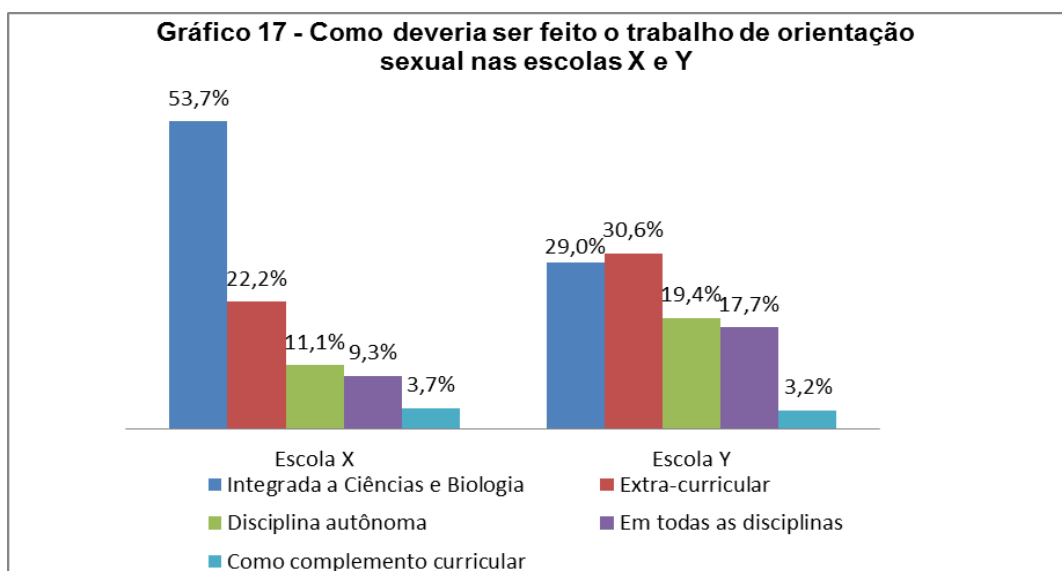
Ainda nesse viés, se nas etapas iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) apenas são tecidas informações a respeito; do 6º ao 9º ano e se estendendo ao ensino médio, eles irão discutir sobre as complexas questões que envolvem estes temas, pesquisar suas implicações em diferentes culturas, sua conotação em diferentes momentos históricos e os valores atribuídos por distintos grupos sociais contemporâneos, questionar e configurar mais claramente seus próprios valores.

De acordo com estes resultados na escola Y, a abordagem realizada, referente a orientação sexual em sala de aula, engloba os três eixos fundamentais propostos nos PCNs (BRASIL, 2000) e que devem nortear toda e qualquer intervenção do professor ao abordar o tema em sala de aula, a fim de não vincular a sexualidade à doença ou à morte.

Para o trabalho de orientação sexual a partir do 6º ano, além da transversalização dos conteúdos dentro da programação, nas diferentes áreas do currículo escolar, os PCNs (BRASIL, 2000) indicam a extraprogramação, que se efetivará sempre que surgirem questões relacionadas a sexualidade e ocorrer em um espaço específico na forma de uma hora-aula semanal para os alunos, dentro ou fora da grade horária existente, a depender das condições de cada escola.

Sobre a forma de trabalho da orientação sexual na escola X, obteve-se dos alunos pesquisados que deveria ser: Integrada a Ciências e Biologia 29 (53,7%); extracurricular 12 (22,2%); disciplina autônoma 6 (11,1%); em todas as disciplinas 5 (9,3%); como complemento curricular 2 (3,7%), conforme visualiza-se no gráfico 17.

Os resultados obtidos dos alunos sobre a forma de trabalho da orientação sexual na escola Y, visualizados no gráfico 17 demonstram que este deveria ser feito de forma extracurricular 19 (30,6%); integrada a ciências e biologia 18 (29,0%); como disciplina autônoma 12 (19,4%); em todas as disciplinas 11 (17,7%); e como complemento curricular 2 (3,2%).



Fonte: Pesquisa direta, 2011.

Como demonstrado nestes resultados, as opiniões dos alunos sobre como forma de trabalho da orientação sexual na escola X e escola Y se diversificaram. Na escola X em maior índice percentual (53,7%), predominou a sua integração à área de ciências e biologia, como já é feito na escola, onde é delegado ao professor de Ciências, o qual aborda o conteúdo relacionado à sexualidade, saúde reprodutiva, métodos contraceptivos, adolescência e puberdade. Diluídos na sua programação. Na escola Y, a forma extracurricular foi a mais assinalada pelos alunos (30,6%).

Foram sugeridas também um trabalho de orientação sexual em disciplina específica e também como atividade complementar ao currículo que refere-se a uma extraprogramação, no sentido de desvelar a dimensão da sexualidade em geral, oculta ou estereotipada nos conteúdos específicos da disciplina Ciências, e o trabalho de orientação sexual em todas as disciplinas, abordagem que condiz a transversalidade proposta pelos PCNs (BRASIL, 2000) para o trabalho de orientação sexual no qual, os objetivos e conteúdos propostos são contemplados pelas diversas áreas do conhecimento, as quais tratarão a temática da sexualidade por meio da sua própria proposta de trabalho.

De acordo com estes resultados na escola Y, a abordagem realizada, consciente a orientação sexual em sala de aula, engloba os três eixos fundamentais proposto nos PCNs (BRASIL, 2000) e que devem nortear toda e qualquer intervenção do professor ao abordar o tema em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar as incursões feitas em torno da temática orientação sexual como tema transversal em escolas públicas, proceder-se-á retomando alguns pressupostos teóricos que contribuíram com a discussão empreendida, e que evidenciaram que a orientação sexual emerge com relevante significado, dada a sua relação intrínseca com a condição humana, pois considera que a influência da sexualidade permeia todas as manifestações do indivíduo, desde o nascimento até findar de sua vida, abrangendo o papel sexual dos sujeitos masculino e feminino, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e estereótipos atribuídos e vivenciados nos relacionamentos humanos, dentre outros aspectos pertinentes a esta questão.

A história demonstrou que o século XVIII foi cenário do aparecimento de toda uma literatura médico-pedagógica sobre sexualidade do educando, na época em epígrafe, o discurso normatizado do sexo elaborado e absorvido pela escola da Sociedade Ocidental Europeia que se realinhava, visava o investimento na criança que se constituiria no futuro cidadão.

Conforme evidenciado na “História da Sexualidade: “a vontade de saber” de Michel Foucault, na sociedade ocidental construiu-se uma ânsia de saber sobre a temática da sexualidade, tanto nas suas expressões de sentido, como nas suas vivências normatizadas, produzindo uma síntese discursiva sobre o sexo, as experiências vivenciadas, assim como manifestações sociais e históricas.

A prática discursiva definida como *Scientia Sexuali*, foi fortalecida institucionalmente pela medicina do século XIX, sendo tal prática apontada como uma das formas mais efetivas de dominação e controle social da sexualidade, operada com uso de dispositivos de saber e poder, ocupando o médico uma função social de normatização e domínio das práticas, cabendo ao mesmo o poder de representação social da ciência, classificando o sexo em sadio e/ou patológico, e prescrevendo intervenções terapêuticas para decifrá-lo.

A *Scientia Sexuali* produzida pela cultura cristão europeia ocidental, visando o melhor controle do corpo e do sexo do ser humano, criou uma verdade e um discurso científico sobre a sexualidade, focalizando o sexo como objeto do conhecimento, de uma ciência-confissão, utilizando-se de procedimentos técnicos: exames, interrogatórios,

observações e entrevistas que incentivam o homem a falar, a confessar, colocando o sexo no discurso.

Alvo de saber e de poder, o sexo é centro das preocupações, surgindo assim estratégias como a histerização do corpo da mulher, para a qual são atribuídos dois papéis: o de procriadora/mãe (positivo) e o de histérica/nervosa (negativo), e a pedagogização do sexo da criança, sendo esta predominante na mentalidade de todos, mediante a justificativa de que por ser inocente em relação ao significado de uma relação sexual saudável, estaria sujeita a se dedicar a atividades sexuais indevidas, entre as quais a prática da masturbação.

O aporte teórico referente à pedagogização da sexualidade no Brasil, indica que no século XVIII, está positivada na repressão sexual, mediada pelo aconselhamento teórico que postulava a permanência das jovens na ignorância em relação ao sexo até o casamento, cabendo aos pais afastá-las de tudo que possibilitasse o mínimo interesse sexual das mesmas. O discurso higienista mostrava a necessidade da disciplina dos instintos humanos, associando o sexo com a higiene e a moral.

No século XIX, a orientação sexual não marcou presença na escola, tampouco no âmbito familiar, persistindo os esforços empreendidos no sentido de afastar os desejos sexuais dos jovens. Entretanto o silêncio em relação à sexualidade contribuiu para o aumento da curiosidade dos mesmos sobre o assunto e aquisição de um saber vago e errôneo a respeito, especialmente pelos do sexo masculino, que diferentemente do sexo oposto, era permitido vivenciar experiências das relações sexuais antes do casamento.

As mudanças sociais operadas no século XX repercutiram na sociedade brasileira: movimento *hippie*, descoberta da pílula, revolução sexual, movimento feminista, transformaram a vida de homens e mulheres e a estruturação das famílias. Neste contexto, as mudanças no comportamento sexual também vão se refletir em novas formas de exercício da sexualidade; e nas escolas contemporâneas, nas quais a orientação sexual passa a ser incluída na década de 1980 nos currículos, de forma mais sistemática aos jovens, visando a redução do índice de DSTs/AIDS e da gravidez precoce e/ou indesejada.

Não considerando a sexualidade no seu sentido mais amplo, como parte integrante da personalidade de cada sujeito, posto ser embasado no fornecimento de informações de cunho técnico-científico aos alunos, tendo muito mais um caráter moralista e repressor do que informativo e conscientizador sobre a sexualidade e suas influências e confluências na vida destes seres humanos, dando enfoque prioritário ao corpo biológico, excluindo-se as dimensões culturais, afetivas e sociais contidas nesse mesmo corpo.

Nesse sentido, o Ministério da Educação consolidou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) referentes à orientação sexual na década de 90 do século XX, atribuindo a instituição escolar, incluir em seu currículo, a temática transversal que versa sobre orientação sexual, como um processo formal e sistematizado, no qual é exigido um

planejamento para nortear a intervenção por parte dos profissionais da educação, cabendo a estes, na escola, abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o seu alunado a construir um ponto de auto referência por meio da reflexão, tratando-se, pois, de uma (re)educação que tome a abordagem da sexualidade, de modo a aproximá-la das peculiaridades atuais, abrangendo os vários problemas que vêm se manifestando nas várias camadas sociais, e sobretudo, nas faixas etárias de indivíduos em fase de escolarização.

Contudo, mesmo com os avanços da demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas, verificada em meados do século XX, passada uma década do século XXI, a realidade apresentada demonstra que, a orientação sexual nas escolas públicas do País, ainda não tem a seu favor, a devida atenção das políticas públicas educacionais, pois, apesar da nova LDB (9.394/96) regulamentar como dever da família e, sobretudo, do Estado favorecer o pleno desenvolvimento do educando.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais recomendarem a sua abordagem como um dos Temas Transversais, grande parte das instituições de ensino ainda reluta para incluí-la como umas das suas preocupações pedagógicas, não obstante, alguns professores que não se deram conta da necessidade de incluir com premência a temática da sexualidade no seu trabalho pedagógico, por julgarem que o assunto é incômodo, complexo e/ou que deve ser transmitido por um professor da área de Ciências Biológicas, ou outros especialistas da área da saúde, como médico, enfermeiro, psicólogo, e pela família.

Neste contexto, esquecem que os adolescentes e jovens que compõem a escola e nela convivem com seus pares e com eles se relacionam são, na sua condição de pessoas em formação e desenvolvimento, sujeitos tanto de direitos fundamentais, universalmente reconhecidos a toda a pessoa humana, como, e principalmente, de direitos especiais derivados de sua peculiar condição de vulnerabilidade, dependência e contínuo desenvolvimento, posto em foco pela ciência moderna e contemporânea.

Estes sujeitos sociais constroem a sexualidade na interação com outros sujeitos da sua faixa-etária, com a sociedade, com os adultos e sobre a influência deles mesmos, conforme as crenças e valores que determinam o seu comportamento. A escola, considerada campo ideal para o trabalho com orientação sexual pode propiciar-lhe conhecimentos mais confiáveis e consistentes e que permitam a estes assumirem seu corpo e sua sexualidade com atitudes positivas, sem sentimentos de medo, culpa, preconceito ou vergonha, e com maior responsabilidade pelos seus atos, além da vivência de emoção e prazer de uma forma mais saudável.

Assim sendo, a escola não pode excluir as manifestações da sexualidade antes, sim, criar um espaço de discussão aberta e franca sobre o tema, se desprendendo de preconceitos e tabus, permitindo que cada um dos sujeitos a quem educa se mostre como é:

com suas dúvidas, conflitos, medos. É a escola que detém os meios pedagógicos necessários para a intervenção sistemática sobre a sexualidade, de modo a proporcionar a formação de uma opinião mais crítica sobre o assunto, permitindo assim, a satisfação e os anseios dos alunos.

Além disso, a escola constitui um espaço no qual estes alunos passam grande parte de suas vidas formando novos e importantes vínculos sócio-afetivos, sendo natural que levem consigo o desejo de terem suas expectativas respondidas em relação à sexualidade. A escola é atribuída o papel de ampliar este conhecimento tendo como norte a diversidade de valores existentes na sociedade tornando possível ao aluno discuti-lo, e dar sua opinião sobre tudo que foi ou é a ele apresentado.

O fundamental é desenvolver um trabalho educativo positivo de valorização humana, mesmo que seja restrito o seu alcance, por meio de uma intervenção pedagógica adequada que possibilite a totalidade do alunado à capacidade de escolhas. Contudo, muitas ainda são as escolas que caminham em sentido contrário a este propósito. Estas tendem a ignorar, ocultar e em grande parte das vezes reprimirem determinadas atitudes dos alunos diante das manifestações da sexualidade, seja por falta de conhecimento e/ou esclarecimento manifesto de alguns dos profissionais de educação, e/ou por que guardam para si a ideologia que a orientação sexual é de inteira responsabilidade da família ou porque julgam-se despreparados para abrange-la e dialogar com e sobre a mesma.

A pesquisa realizada nas escolas X e Y de Curralinhos-PI evidenciou como é grande a necessidade de se discutir e implementar a orientação sexual no espaço escolar. Foi constatado, no foco de interesse deste estudo, os seguintes pontos, que dizem respeito a abordagem da orientação sexual nas escolas X e Y de Curralinhos-PI:

- a) As práticas docentes relacionadas à orientação sexual, enquanto tema transversal, em ambas as escolas; consistem em discussão em sala de aula, leitura e interpretação de textos nas aulas de português, uso de vídeo e documentários contendo informações sobre o assunto e dados estatísticos, sendo que estas práticas são efetivadas pela maioria dos professores sujeitos da pesquisa;
- b) Os fatores condicionantes para a realização da orientação sexual em sala de aula se tratam de planejamento, preparo do professor, conhecimento da proposta dos PCNs, disponibilidade para o trabalho com orientação sexual, abertura dada pela escola para a realização deste trabalho. Contudo, não foi evidenciada a sistematização do trabalho, havendo opinião contrária quanto à realização de planejamento.

- c) As oficinas do SPE contribuíram para a prática docente possibilitando aos profissionais investigados vivenciarem momentos de discussão e prática com as questões de sexualidade, troca de informação, segurança para a realização do trabalho em sala de aula, não operando, entretanto, mudanças na totalidade dos participantes;
- d) As práticas docentes relacionadas à orientação sexual em ambas as escolas obtiveram como predominante a palestra com profissionais capacitados na área de saúde, procedendo-se a uma intervenção esporádica e de caráter preventivo.

Embora a maioria dos professores entrevistados reconheça a importância de trabalhar a orientação sexual como tema transversal e demonstrem conhecer esta proposta dos PCNs, ainda são difusas as práticas incorporadas em suas atividades pedagógicas.

Outro ponto a ser considerado diz respeito às dificuldades encontradas pelos professores em comentar e discutir a sexualidade na escola e no espaço restrito à sala de aula, sendo a pouca idade da criança, seus comportamentos disciplinares referidos como determinantes para sua abordagem ou ausência dela.

Assinala-se ainda a dificuldade em se trabalhar com oralidade ou diálogo referido ao tema, percebida no relato de alguns dos professores quando estes apontaram que palestras com pessoas capacitadas conferiam ao trabalho de orientação sexual mérito maior, confirmando a tese defendida na revisão de literatura de que a escola interpreta esses eventos esporádicos como um trabalho de orientação sexual, mas na verdade, esse processo de assimilação deveria ser feito de forma contínua e sequenciada.

O professor de Ciências/Biologia foi também referido como o mais capaz de operar o trabalho de orientação sexual, expressando assim que a sexualidade supõe somente a constituição biológica do ser humano, não levando em consideração os aspectos históricos e culturais adicionados a esta e que vão criando valores em torno de um instinto e de um aparelho capaz de reproduzir a espécie.

A maioria dos alunos entrevistados das escolas X e Y evidenciam em seus relatos, que dialogam sobre sexo com alguém, e que se sentem mais à vontade para interagir com seu grupo de amigos, e com estes supõe-se trocam informações sobre sexualidade com seus pares. Também a pesquisa direcionada aos discentes mostrou que apesar das informações serem repassadas na mídia (televisão, *internet*, revistas, dentre outros), eles sentem vergonha ou receio de conversar sobre sexualidade, o que revela apresentam dúvidas e angústias próprias das suas fases de vida, assim como dificuldades para lidar com o tema da sexualidade na vida diária especialmente no âmbito familiar, o que propicia dizer que cabe à escola a criação de atividades que incluam a orientação

sexual com uma metodologia que não priorize tão somente conteúdos de caráter preventivo, mas também como um tema de pesquisa e estudo que deve ocorrer de forma sistemática e transversal em todas as disciplinas, para a compreensão das relações humanas que ocorrem nesse cotidiano, entendendo-o como problematização, dando a este alunado a possibilidade para que ele próprio trilhe seu caminho.

Outrossim, é pertinente constatar que nas escolas alvo da pesquisa, os treinamentos das oficinas do SPE contribuiu para que os professores sujeitos deste estudo vivenciassem na prática as questões da sexualidade. Contudo, para alguns, as oficinas não operaram suficientemente no sentido de dar a estes docentes um suporte necessário para a aplicação dos temas transversais, de um modo geral e em particular, a orientação sexual em sala de aula, pois além das mudanças não se fazerem sentir com o mesmo nível de intensidade nos participantes, é importante que os professores tenham abertura, receptividade e interesse pelo tema, que já é um passo grande para a mudança de práticas e atitudes.

Pode-se concluir que o trabalho de orientação sexual é de fundamental importância e sua efetivação na escola implica a modificação de uma concepção ultrapassada de que a abordagem da sexualidade se reduz à partilha de informações de cunho preventivo, e que não deve ser tratada como tema secundário de forma esporádica.

Adicionando-se ainda a estes aspectos, a inserção dos cursos de formação continuada direcionadas aos docentes, são necessários para viabilizar um diálogo aos escolares, para efetivar a discussão sistemática sobre a sexualidade; que o poder público se comprometa com a viabilização de cursos de capacitação docente nesta área; que os professores que não se dispõem para a abordagem da sexualidade, omitindo-se das discussões e resistindo em sentido contrário às manifestações da sexualidade dos seus alunos, revejam suas práticas e posturas, entendido que os sujeitos por eles assistidos não podem ficar à mercê de informações infundadas, vazias e distorcidas.

Apesar da proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), da informação sobre a temática da sexualidade em livros, revistas, internet, televisão, escola, dentre outros. Esta temática ainda está aquém do que se deseja propor em todo o contexto social para que este adolescente e jovem possa vivenciar sua sexualidade sem mitos, preconceitos, tabus e medos.

Para que este seja implementado nas escolas de forma efetiva, não basta a informação repassada pelos professores de ciências e biologia, não basta palestras isoladas realizadas por profissionais de saúde. Contudo mudanças têm que ocorrer, principalmente no corpo docente, o que implica haver uma mudança de dentro para fora na formação deste profissional. É preciso que eles conheçam as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) na sua íntegra, conhecer e efetivar as propostas do Programa Saúde na

Escola (PSE) e Programa Prevenção e Saúde na Escola (SPE). Portanto havendo uma sensibilização e abertura da escola para implantação e implementação destes programas dentro dos conteúdos programáticos bem como extra-programação.

Nesse sentido, também é importante que haja sensibilização dos docentes para perceberem mudanças na sua prática profissional após capacitações. Também é necessário envolver pais, professores e alunos nesse processo; haver continua articulação entre os setores saúde e educação para promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens e prevenção dos agravos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, H. "Corpo e gênero na educação sexual: análise de uma escola carioca." *In*: HEILBON, M.L., *et al.* (2009). **Sexualidade, Reprodução e Saúde**. Rio de Janeiro: FGV. (p. 337-362).

ANDALÓ, C.S. de A.; FERNANDES, M.M. e GONÇALVES, M.D. da S. (1998). "Trabalhando sexualidade na sala de aula." *In*: **Rev. Perspectiva**. v.16. n.30. Jul/dez. Florianópolis: Ed. UFSC: NUP/CED. (p. 35-56).

BARBOSA, L.M.S. (2002). "Sexualidade: matéria escolar ou secular?" *In*: PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais. **Temas transversais**: uma interpretação e sugestões para a prática. v.2. Curitiba: Bella Escola. (p. 89-100).

BARDIN, Laurence. (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BASSALO, L. de M.B. (2000). "Educação Sexual e Escola: resgatando evidências históricas dessa relação." *In*: **História Atas do II Congresso Luso-Brasileiro de Educação**. v.2. São Paulo: Faculdade da USP.

BONATO, N.M.C. (1996). **Educação (Sexual) e sexualidade**: o velado e o aparente. Rio de Janeiro: UERJ. (Dissertação de mestrado)

BRASIL. (2009). **Atenção humanizada ao abortamento**. Brasília: Ministério da Saúde.

_____. (2009). Saúde na escola. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *In*: **Caderno de Atenção Básica**. n.24. Brasília: Ministério da Saúde.

_____. (2008). **Saúde e prevenção nas escolas**: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. (160 p).

_____. (2007). **Marco teórico e referencial**: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Editora do Ministério da Saúde.

_____. (2005). **Saúde Integral de Adolescentes e Jovens**: orientações para a organização dos serviços de saúde. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.

_____. (2000). **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural e orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A. 164p.

_____. (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF.

_____. (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: LDB 9394/96. Brasília: Ministério da Educação. MEC / SEF.

_____. (1996). Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação da Saúde da Criança e do Adolescente. Programa Saúde do Adolescente (PROSAD). **Bases Programáticas**. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde. (p. 5-6).

_____. (1990). **Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado Federal.

_____. (1988). **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal.

BUSS, P.M. (2003). “Uma introdução ao Conceito de Promoção de Saúde.” In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C.M. (Orgs.). **Promoção de Saúde**: Conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. (p. 19-42).

CARDOZO, M.L. (2004). “O paradigma: real x virtual.” In: **Rev. Thésis**. v.5. n.8. São Paulo: Ed. FCL. (p. 37-41).

CHIZZOTTI, A. (2010). **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11.ed. São Paulo: Ed. Cortez.

DADOORIAN, D. (2000). **Pronta para voar**: um novo olhar sobre a gravidez na adolescência. Rio de Janeiro: Rocco.

FIGUEIRÓ, M.N.D. (2006). **Formação de educadores sexuais**: adiar não é mais possível. Campinas/SP: Mercado de Letras; Londrina/PR: Eduel.

_____. (1998). “O preparo de educadores sexuais.” In: **Rev. Perspectiva**. v.16. n.30. Jul/dez. Florianópolis: Ed. UFSC: NUP/CED. (p. 89-114).

FOUCAULT, M. (2010). “História da sexualidade.” In: **Vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 20.reimpr. Rio de Janeiro: Edições Graal.

GIL, A.C. (2010). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed., 3.reeimp. São Paulo: Atlas.

GTPOS, ABIA, ECOS. (1994). **Guia de Orientação Sexual**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

GUIMARÃES, I. (1995). **Educação sexual na escola**: mito e realidade. São Paulo: Mercado das Letras.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). (2010). “Departamento de Canais e Banco de Dados.” In: **Cidades@**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 15/11/2011, às 16h:05m.

LE MOS, A. (2003). **As estruturas antropológicas do cyberespaço**. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberespaçopesquisa/lemos/strcy1.html> Acessado em: 03/07/2010, às 09h:20m.

LESSA, A.C. (2004). “Discursos de sexualidade na mídia jovem: indicações para uma reflexão.” In: **Rev. Thésis**. v.5. n.8. São Paulo: Ed. FCL. (p. 89-93).

LOPES, J.D.M. (2010). **Orientação sexual na escola**. (manuscrito). (56f).

LOURO, G.L. (Org.). (2000). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica.

MINAYO, M.C. de S. (2010). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes.

REDONDO, L.P.B. (2004). "O interesse da juventude de assistir sexo debochado na TV." *In*: **Rev. Thésis**. v.5. n.8. São Paulo: Ed. FCL. (p. 10-14).

RICHARDSON, R.J. (2009). **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas.

ROSA, J.A.R. da. (2000). "Orientação Sexual: levantamento de interesses direciona o trabalho realizado." *In*: **Rev. do Professor**. v.16. n.62. Abr/jun. Porto Alegre: Ed. CPOEC. (p.23-27).

SAYÃO, Y. (1997). "Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários." *In*: AQUINÓ, J.G. (Org.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus. (p.107-118).

SILVA, R. de C.R. (2002). **Orientação Sexual**: possibilidades de mudança na escola. Campinas/SP: Mercado de Letras.

SILVA, O.M. da. (2005). **A orientação sexual como tema transversal e a formação de professores**. Teresina/PI: UFPI. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, T.T. (1999). **O Currículo como fetiche**. Belo Horizonte: Autêntica.

SIMONETTI, C. (1998). "Adolescência hoje." *In*: **Boletim transa legal**. São Paulo: ECOS.

TRIVINÖS, A.N.S. (1990). **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.

WEREBE, M.J.G. (1998). **Sexualidade, política e educação**. Campinas: Autores Associados.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ORIENTAÇÃO SEXUAL COMO TEMA TRANSVERSAL EM ESCOLAS PÚBLICAS DE CURRALINHOS-PI

Eu, _____ abaixo assinado, concordo em participar da presente pesquisa.

O(a) pesquisador(a), manterá sigilo absoluto sobre as informações aqui prestadas, assegurará o meu anonimato quando da publicação dos resultados da pesquisa, **além de me dar permissão de desistir**, em qualquer momento, sem que isto me ocasione qualquer prejuízo para a qualidade do atendimento que me é prestado, caso sinta qualquer constrangimento por alguma pergunta ou simplesmente me queira retirar dela.

A pesquisa será realizada pelo(a) mestrando(a) **Maria Alexandra Fontinelle Pereira**, aluno(a) do mestrado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, do seu Instituto de Educação, e orientada pelo(a) Professor(a) Doutor(a) Fulano(a) de Tal.

Fui informado(a) que posso indagar o(a) pesquisador(a) se desejar fazer alguma pergunta sobre a pesquisa, pelo telefone: (86) 9437-3410, endereço: **Rua José Joaquim Santana, 5488, bairro Campestre, Teresina/PI, CEP 64053-530** e que, se por tal me interessar, posso receber os resultados da pesquisa quando esses forem publicados. Esta pesquisa corresponde e atende às exigências éticas e científicas próprias do que é determinado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que consentimento prévio dado pelo(a) colaborador(a) cujo nome e informações serão guardados pelo(a) pesquisador(a) e, em nenhuma circunstância, eles serão dados a conhecer a outras pessoas alheia ao estudo, a não ser que o(a) colaborador(a) o consinta, por escrito.

Assinatura do (a) participante: _____

Local e data da assinatura deste Termo:

Pesquisadora Mestranda

Maria Alexandra Fontinelle Pereira

Orientador Científico

Professor(a) Doutor(a) Emmanuel Maria
Carlos Borrego Sabino

APÊNDICE 1 – ENTREVISTA (ROTEIRO DE QUESTÕES-GUIA)

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

ENTREVISTA DE INVESTIGAÇÃO PARA DOCENTES

A presente entrevista faz parte de uma investigação que tem como título a Orientação Sexual como Tema Transversal em Escolas Públicas de Curralinhos/PI, a ser realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Conhecer a sua opinião é importante e fundamental para o desenvolvimento do estudo pelo qual solicito sua contribuição. A entrevista consta de um roteiro de questões-guia através das quais expressará a sua opinião. Sua identidade permanecerá em anonimato. Agradeço pela atenção e tempo dispensado.

I. IDENTIFICAÇÃO

Escola na qual ensina: _____

Sexo: () M () F

Idade: Até 23 anos ()

Entre 24 a 30 anos ()

Entre 31 a 40 anos ()

Entre 41 a 50 anos ()

Acima de 50 anos ()

Área de formação: _____

Pós-graduação: () Não () Sim Especifique: _____

Tempo de atuação na escola: Menos de 2 anos ()

De 2 a 5 anos ()

De 6 a 10 anos ()

De 11 a 15 anos ()

Mais de 15 anos ()

Série e nível de ensino a que leciona: _____

II. QUESTÕES

1. Quais estratégias a escola deveria trabalhar para desenvolver o tema da Educação Sexual nas escolas?

2. Você se acha preparado (a) para desenvolver a temática da sexualidade em sala de aula? Por quê?

3. Ao elaborar seu plano de ensino como você inclui seus conteúdos relativos à orientação sexual enquanto tema transversal?

4. Existem situações em que a orientação sexual é trabalhada fora do plano de ensino? Exemplifique.

5. Em que o treinamento das oficinas do Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE) pode contribuir na melhoria da Educação Sexual nas escolas?

6. Quais as suas estratégias de abordar a sexualidade em sala de aula?

7. Você já vivenciou alguma dificuldade, na sala de aula, em relação à abordagem no campo da sexualidade? Em caso positivo diga como.

8. Na sua percepção, a escola dá abertura para o trabalho direcionado à questão da sexualidade? Em caso positivo diga como.

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO PARA DISCENTES

O presente questionário faz parte de uma investigação que tem como título a Orientação Sexual como Tema Transversal em Escolas Públicas de Curralinhos/PI, a ser realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Conhecer a sua opinião é importante e fundamental para o desenvolvimento do estudo pelo qual solicito sua contribuição. O questionário consta de questões abertas através das quais expressará a sua opinião e fechadas, em que terá somente de assinalar com um **X** a(s) opção (ões) e ainda, se for o caso, expressar sua opinião. Sua identidade permanecerá em anonimato. Agradeço pela atenção e tempo dispensado.

I. IDENTIFICAÇÃO

Escola na qual estuda: _____

Sexo: () M () F

Idade: _____

Série em que estuda: _____

Religião: _____

II. QUESTÕES

1. Você conversa sobre sexo com alguém? Sim ____ Não ____

2. Onde você busca resposta para suas dúvidas sobre a temática da sexualidade? Assinale com X a(s) opção (ões):

- Pai ()
- Mãe ()
- Outros familiares ()
- Amigos ()
- Professores ()
- Televisão ()
- Internet ()
- Livros, revistas e jornais ()
- Outros ()

3. Você tem vergonha ou receio de conversar sobre este assunto? Por quê?

4. Você acha que o tema ligado à sexualidade deve ser discutido na escola de forma contínua?

Sim ____ Não ____

4.1 Em caso afirmativo, justifique sua resposta relatando a importância da abordagem da orientação sexual de forma contínua em sala de aula.

5. A temática da Orientação Sexual é abordada na escola em que você estuda?

Sim ____ Não ____

5.1 Em caso afirmativo, em que contexto escolar? Assinale com um X a(s) opção(ões):

- Em sala de aula ()
- Em seminários, palestras, oficinas ()
- No âmbito de um projeto ()
- Outros ()

6. Seus professores durante as aulas falam de Orientação Sexual?

Sim ____ Não ____

6.1 Em caso afirmativo, em qual(is) disciplina(s)?

7. Que temáticas o professor que desenvolveu/desenvolve a Orientação Sexual trabalhou / trabalha em sala de aula? Assinale com um X a(s) opção(ões):

- Anatomia e fisiologia do sistema reprodutor masculino e feminino ()
- Conceitos de sexualidade ()
- Fecundação, gestação e parto ()
- Doenças sexualmente transmissíveis e AIDS ()
- Abortamento ()
- Gravidez na adolescência ()
- Identidade sexual e papéis de gênero ()
- Abusos e violência sexual ()
- Uso de métodos contraceptivos ()
- Puberdade e adolescência ()
- Outros ()

8. Na sua opinião, como você acha que deveria ser trabalhada a Orientação Sexual na sua escola?

- Em todas as disciplinas, de acordo com os anos de escolaridade ()
- Como uma atividade de complemento curricular, mas não de caráter obrigatório para os alunos ()
- Integrada na disciplina de Ciências e Biologia ()
- Como uma atividade extra-curricular, de acordo com os interesses dos alunos e colaboração de profissionais da saúde ()
- Como uma disciplina autônoma ()
- Outros ()